



Universidade Federal
de São João del-Rei



CARLA CASSIANO DE ALMEIDA

**REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DO TRABALHO FEMININO: AS
MÃOS E AS MARCAS EM “EU, EMPREGADA DOMÉSTICA”**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS
DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL**

**São João del-Rei
Setembro de 2021**



Universidade Federal
de São João del-Rei



CARLA CASSIANO DE ALMEIDA

**REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DO TRABALHO FEMININO: AS MÃOS
E AS MARCAS EM “EU, EMPREGADA DOMÉSTICA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientadora: Profa. Dra. Nádia Dolores Fernandes Biavati

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS
DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL**

**São João del-Rei
Setembro de 2021**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

d445r de Almeida, Carla.
REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DO TRABALHO FEMININO:
AS MÃOS E AS MARCAS EM "EU, EMPREGADA DOMÉSTICA" /
Carla de Almeida ; orientadora Nádia Dolores
Fernandes Biavati. -- São João del-Rei, 2021.
121 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei,
2021.

1. Trabalho Doméstico no Brasil. 2. Empregada
doméstica. 3. Análise Crítica do Discurso. 4.
Relatos. I. Dolores Fernandes Biavati, Nádia,
orient. II. Título.

Ofereço esta dissertação às empregadas e ex-empregadas domésticas e a todos que, por alguma razão, trabalham a vida toda e, mesmo assim, não são pagos com o mínimo para sobreviverem com dignidade.

“Uma mulher que merece viver e amar

Como outra qualquer do planeta”

Milton Nascimento

AGRADECIMENTOS

“Quem traz na pele esta marca, mistura dor e alegria”

O trecho retirado da música “Maria, Maria”, composta por Milton Nascimento, resume perfeitamente o meu sentimento em relação a esta dissertação – a qual é para mim, além de um trabalho acadêmico, que me confere o título de Mestre em Letras, a voz de uma mulher, que, embora não tenha vivenciado situações tão fortes como as que perpassam os relatos analisados nesta dissertação, também já trabalhou em casas de família como babá, realizando, por vezes, além de outras atividades, o trabalho doméstico.

Chegar até aqui não foi nada fácil, o percurso foi realmente um misto “de dor e alegria” e, se hoje comemoro esta conquista, ela se deve àqueles que estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço a Deus e à Nossa Senhora Aparecida, minhas fontes inesgotáveis de força e esperança, principalmente no decorrer desta pesquisa.

Aos meus pais, Zilda e Carlos, pelo amor incondicional, pelo apoio e incentivo aos estudos, sempre. Sem vocês, eu nada seria!

Ao meus avós maternos e paternos, em especial ao meu avô Afonso, homem que sempre foi para mim sinônimo de alegria e sabedoria. Uma das pessoas mais importantes de minha vida e que deixou a trajetória terrena, enquanto este trabalho estava no início. “Aonde o senhor estiver, não se esqueça de mim”.

À minha orientadora, Nádia, um dos meus maiores exemplos de vida. Profissional exemplar que me ajudou a trilhar o caminho da pesquisa em Análise Crítica do Discurso, desde o terceiro período da graduação, sempre com um olhar instigante e problematizador sobre as pesquisas que desenvolvemos, durante os seis anos que trabalhamos juntas.

Ao Rhuan, que se dispôs a me ajudar quando este trabalho ainda não passava de um projeto.

Aos meus amigos de longa data, em especial à Joicy, minha amiga de infância, que tive o prazer de dividir, entre tantos momentos, as alegrias e as angústias da vida acadêmica.

Aos colegas do PROMEL, em especial à Dulci, à Vic e à Lívia, pelo apoio nos momentos mais difíceis do desenvolvimento da pesquisa.

Às minhas amigas, Jacqueline, Deruchette e Rafaela, que dividiram comigo muito mais que um apartamento, em São João del-Rei, durante a graduação e parte do mestrado.

À Maria Amélia, grande amiga e conselheira ao longo desta jornada.

Ao Marcus Vinícius que, de maneira indireta, tanto me ensinou e contribuiu para que esta pesquisa fosse finalizada.

Aos colegas do Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Bambuí, que muito me ensinaram durante o tempo que estive como professora nessa instituição.

À Universidade Federal de São João del-Rei e seus funcionários pelo ensino público, gratuito e de qualidade, durante o período de 2014 a 2021, em especial, a todos os professores que tanto me ensinaram.

À UFSJ/FAUF, pelo financiamento desta pesquisa.

A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

Em um diálogo interdisciplinar com os estudos historiográficos e culturais, a presente pesquisa parte de uma perspectiva discursiva, destacando os planos do social e da materialidade linguística, bem como o olhar à sociedade para investigar como empregadas domésticas são representadas na página do *Facebook* “Eu, Empregada doméstica”, relatando o modo como o trabalho perpassa a vida social, conforme depoimentos (re)(a)presentados na página da rede social. Propomos questionar, pela via da Análise Crítica do Discurso, o modo como se constituem os relatos de empregadas domésticas postados na *fanpage* supracitada, criada e administrada por uma ex-empregada doméstica, professora e *rapper*: Preta Rara, bem como a identidade dessas trabalhadoras na página. O problema da discriminação, da exploração e da invisibilidade das empregadas fica à mostra no presente estudo que lança o olhar para o(s) discurso(s), que compreende(m), segundo Fairclough (2001), o uso da linguagem como prática social, e aponta para o modo como vemos o mundo e o (re)significamos. Com esses pontos em mente, lançamos mão da proposta de Fairclough (2001; 2003), mais especificamente, de alguns conceitos apresentados que são basilares para este trabalho: os significados acional, representacional e identificacional para tratar o objeto de análise discursiva da *fanpage* e o modo como empregadas se retratam e são retratados em dizeres sobre o trabalho doméstico. Desse modo, serão analisadas as práticas sociais que refletem e (re)constituem os padrões históricos sociais mais amplos de exclusão presentes nos relatos, considerando-os como práticas discursivas sobre o ator social - empregada doméstica. Ao tratar dos significados, percebemos a forte presença dos dizeres da identidade, a partir dos estudos de Stuart Hall (1999), diretamente ligada à empregada, que “fala” sobre si nos relatos. Por vezes, há o narrar da história do outro, enquanto denúncia social da condição de trabalhadoras domésticas com quem conviveram. Trabalhamos, em profundidade, com o conjunto de implicações desses dizeres e como eles se manifestam em relatos. Percebe-se, nessa empreitada, portanto, a representação da doméstica na página voltada para a visibilidade do fazer doméstico, bem como para a denúncia sendo prática importante para a sobrevivência dessa profissional, ainda que as formas de (in)justiça sejam pauta nos discursos da/sobre essa forma de trabalho na página.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico no Brasil. Empregada doméstica. Análise Crítica do Discurso. Relatos.

ABSTRACT

In an interdisciplinary dialogue with historiographic and cultural studies, this research is based on a discourse perspective, highlighting the planes of social and linguistic materiality, as well as the look at society to investigate how maids are represented on the Facebook page "Eu, Empregada doméstica", reporting how work permeates social life, according to testimonials presented on the social network page. We propose to question, through Critical Discourse Analysis, how the accounts of domestic workers posted on the above-mentioned fanpage, created and managed by a former domestic worker, teacher and rapper: Preta Rara, are constituted, as well as the identity of these workers on the page. The problem of discrimination, exploitation and invisibility of maids is exposed in this study that looks at discourses, which, according to Fairclough (2001), understand the use of language as a social practice, and points to the way we see the world and resignify it. With these points in mind, we take advantage of Fairclough's proposal (2001; 2003), more specifically, of some of the concepts presented that are fundamental to this work: the acational, representational and identational meanings to treat the discourse analysis object of the fanpage and the way maids portray themselves and are portrayed in sayings about domestic work. In this way, we will analyze the social practices that reflect and (re)constitute the broader social historical patterns of exclusion present in the accounts, considering them as discursive practices about the social actor - domestic workers. When dealing with meanings, we noticed the strong presence of the sayings of identity, according to Stuart Hall's studies (1999), directly linked to the maid, who "speaks" about herself in the reports. Sometimes, there is the narration of the history of the other, as a social denunciation of the condition of domestic workers with whom they lived. We worked, in depth, with the implications of these sayings and how they manifest themselves in the reports. One can see, therefore, the representation of the domestic worker on the webpage focused on the visibility of domestic work, as well as on the denouncement of the fact that this is an important practice for the survival of this professional, even though forms of injustice are on the agenda in the discourses of this form of work on the webpage.

Keywords: Domestic work in Brazil. Housemaid. Critical discourse analysis. Reports.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo tridimensional de análise.....	19
Quadro 2 – Enquadre para ACD de Chouliaraki & Fairclough (1999); Fairclough (2001).....	22
Quadro 3 – Recontextualização da LSF na ACD.....	24
Quadro 4 – Cruzamento da Visão Social da Linguagem segundo a ACD e a LSF.....	24
Quadro 5 – Direitos reconhecidos as trabalhadoras domésticas após a PEC das Domésticas.....	39
Quadro 6 – Relatos catalogados.....	48
Quadro 7 – Recorte metodológico.....	50
Quadro 8 – Tipos e Gêneros textuais.....	51
Quadro 9 – Análise do Relato.....	54
Quadro 10 – Modo de representação do empregador e da empregada doméstica.....	82
Quadro 11 – Significado acional – gênero relato e pessoa do discurso.....	83
Quadro 12 – Tipos de narradores.....	85
Quadro 13 – Descrição dos sentimentos das empregadas – transitividade, identidade e práticas.....	86
Quadro 14 – A exploração do trabalho humano.....	87

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
1.1 Análise Crítica de Discurso.....	15
1.2 Significado acional e gênero.....	25
1.3 Significado representacional e discurso.....	26
1.4 Significado identificacional e estilo	28
CAPÍTULO 2 O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UM RECORTE.....	30
2.1 Algumas raízes do trabalho doméstico no Brasil.....	33
2.2 O trabalho doméstico na perspectiva do Direito Trabalhista	35
2.2.1 Emenda Constitucional 72: PEC das Domésticas (PEC 66/2012)	38
2.3 Marias, mãos e marcas: a visão social e cultural do Trabalho Doméstico	42
CAPÍTULO 3 OS SIGNIFICADOS EM ANÁLISE: “EU, EMPREGADA DOMÉSTICA”	44
3.1 “Eu, Empregada Doméstica” e as vozes subalternizadas que ecoam na <i>fanpage</i>	44
3.2 Análise dos relatos: selecionando o <i>corpus</i>	48
3.2.1 Análise dos relatos – <i>Vozes das trabalhadoras</i>	53
3.2.2 Análise dos relatos – <i>Vozes dos familiares</i>	64
3.2.3 Análise dos relatos – <i>Vozes de observadores</i>	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	93
ANEXO A – RELATO 1	97
ANEXO B – RELATO 2	98
ANEXO C – RELATO 3	99
ANEXO D – RELATO 4.....	100
ANEXO E – RELATO 5	101
ANEXO F – RELATO 6	102
ANEXO G – RELATO 7.....	103
ANEXO H – RELATO 8.....	104
ANEXO I – RELATO 9	105
ANEXO J – RELATO 10.....	106
ANEXO K – RELATO 11.....	107
ANEXO L – RELATO 12	108
ANEXO M – RELATO 13	109
ANEXO N – RELATO 14.....	110
ANEXO O – RELATO 15.....	111
ANEXO P – RELATO 16	112
ANEXO Q – RELATO 17.....	113
ANEXO R – RELATO 18.....	114
ANEXO S – RELATO 19.....	115
ANEXO T – RELATO 20	116
ANEXO U – RELATO 21	117
ANEXO V – RELATO 22.....	118
ANEXO W – RELATO 23.....	119
ANEXO X – RELATO 24.....	120

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pesquisas inseridas no campo dos estudos da linguagem, mais especificamente no campo dos estudos sobre o discurso, enquanto forma de representação social, instigam-nos a desvelar as invisibilidades que muitas vezes perpassam as relações sociais.

Em consonância com a minha experiência pessoal (sobretudo durante a minha adolescência, já que trabalhei em casas de família como babá, realizando, por vezes, também o trabalho doméstico, embora não tenha vivenciado situações tão fortes como as que perpassam os relatos ora analisados neste trabalho), busco o olhar para o trabalho doméstico no Brasil, o que é, para mim, dar voz aos vários silenciamentos de tantas trabalhadoras.

É importante destacar, neste momento, que, embora o objeto desta pesquisa perpassasse a minha vivência, coloco-me como pesquisadora e assumo aqui a voz discursiva em primeira pessoa do plural (nós), com o intuito de atribuir o caráter acadêmico-científico que um trabalho de dissertação de mestrado deve apresentar.

Nessa perspectiva, recorro às palavras do sociólogo Jessé de Souza (2016) em seu livro “A Ralé Brasileira”, que aborda a forma como a profissão de empregada doméstica é, ainda hoje, um dos principais meios pelos quais mulheres que vivem sob condições sociais precárias podem dispor para obter renda (SOUZA, 2016, p. 147). Destarte, vale ressaltar que as empregadas domésticas constituem uma categoria profundamente marcada pelo estigma da profissão, preponderantemente composta por mulheres, em sua maioria negras, que vivenciam as desigualdades advindas da construção de hierarquias sociais ao longo da história. Além disso, o *corpus* que será analisado apresenta, intrinsecamente ligado às hierarquias sociais, as relações de poder, no que tange o trabalho doméstico e que, de certo modo, contribuem para a invisibilidade da trabalhadora a partir do seu papel social de “empregada doméstica”. Desse modo, questionamos: Quais são os mecanismos que tornam visíveis o trabalho doméstico nos relatos da *fanpage* em questão?

Dessa forma, os dizeres que refletem as relações trabalhistas, no que diz respeito ao trabalho doméstico no Brasil, carecem de problematizações, uma vez que a profissão ainda carrega a história de mulheres invisíveis, trazendo marcas da desigualdade social brasileira, do trabalho doméstico como predestinação, e que muitas vezes é visto como um dos poucos meios para subsistência familiar para essas mulheres, tornando em muito essa condição perpetuada na prática social que atravessa o trabalho doméstico.

Na busca do estudo dessas representações das mulheres em suas atividades, que tratamos como mãos e marcas, abordamos o trabalho doméstico no Brasil retratado em uma

amostragem, recorte que tomamos como *corpus* para a presente dissertação. São vinte e quatro relatos publicados na *fanpage* “Eu, empregada doméstica”, na rede social *Facebook* analisados em profundidade, os quais foram escolhidos para compor os dados da presente dissertação. Tal seleção pautou-se não apenas na relevância discursiva, mas principalmente no caráter social do assunto, visto que os relatos postados na rede social se configuram como voz de uma classe trabalhadora silenciada que, ainda hoje e em todo o Brasil, traz em suas práticas a representação da precarização das relações trabalhistas sobre as quais alçamos nosso olhar.

Dessa forma, há a necessidade de se entender em que medida as relações trabalhistas entre patrões e empregadas domésticas são reveladas na *fanpage* e/ou reproduzem, em seu cerne, um modelo de sociedade que exclui e reforça estereótipos sobre essas mulheres. Além disso, faz-se necessário, também, destacar o modo como as trabalhadoras se identificam e são identificadas pela visão dos patrões e/ou de outrem nos relatos, revelando retratos de uma realidade ou o modo como são vistas por meio das lentes que escrevem na página.

Partimos dos elementos teóricos propostos pela Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), mais especificamente o trabalho de Fairclough (2001; 2003), para a análise discursiva dos relatos postados na *fanpage*. Durante alguns momentos deste trabalho, tratamos também de trazer à tona algumas discussões sobre a sociedade, a partir de alguns apontamentos de Giddens (2003) sobre classe, raça e gênero que perpassam a identidade dessas trabalhadoras, fazendo com que haja uma significativa descrição das mãos que executam as muitas atividades nessa forma de trabalho, bem como as marcas da contribuição e do sofrimento, observando implicações do trabalho das empregadas narradas nos relatos.

Desse modo, a presente pesquisa lança os seguintes questionamentos: como representações do ator social “empregada doméstica” mostram-se imbricadas às relações de poder nos depoimentos da página? Em que medida as práticas e identidades sociais estão retratadas nos relatos da *fanpage* “Eu empregada doméstica”, representando relações de escravidão e de exploração perpetuadas nos relatos em questão? Entendemos que há um contínuo que se dá com a relação dialética entre o discurso e a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001), o discurso se constitui na/e pela estrutura social e o agente/ator social reflete historicamente, constituído de modos de exclusão social/cultural que se manifestam nos relatos.

Quando tratamos da relação dialética do discurso, apontamos que ele, enquanto prática social, “é socialmente constitutivo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Sendo assim, entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de

identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Para nós, a linguagem e seu uso implicam, antes de tudo, na percepção de nossa própria forma de significar o mundo, em um dado contexto sócio histórico e cultural, em que, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999), a linguagem figura na sociedade contemporânea e se faz presente nas lutas de poder e nas relações de mudança e permanência implicadas por ela.

Por meio dos estudos da ACD, apresentamos o embasamento teórico necessário para problematizar os relatos e os discursos sobre identidades e representações de empregadas domésticas, bem como as relações que perpassam esse trabalho em muito desvalorizado pelos brasileiros. Desse modo, os relatos demarcam não apenas o papel que a mulher assume enquanto trabalhadora doméstica, mas também (e principalmente) explicitam regramentos sobre como esse ator social recebe incumbências do patrão em execução de suas tarefas, moldando sua identidade: o modo de fazer, como deve comportar-se e ser no trabalho. Logo, há um fazer moldado pelo patrão, mas, ao mesmo tempo, as trabalhadoras trazem suas marcas ao fazer, o que nos permite associar o pensamento faircloughiano de que os atores sociais, ainda que posicionados ideologicamente, são capazes de agir livre e criativamente, executando suas próprias conexões entre as inúmeras práticas e ideologias a que são expostos, reestruturando tanto as práticas quanto as estruturas posicionadoras (FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse ínterim, a abordagem da ACD apresenta-se como opção viável para esta pesquisa, uma vez que propõe um diálogo com os lugares sociais de fala daqueles que produzem os discursos (no caso deste trabalho, os depoimentos na rede social) e aqueles com quem são compartilhados, atores sociais para quem os relatos chegam na prática discursiva. Por meio do lugar de fala desses indivíduos, as marcações sociais são definidas e a relação de intersubjetividade age para a construção ou negociação do objeto discursivo, permitindo, assim, localizar as possíveis intenções daquele que produz um objeto discursivamente para a recepção de um ator social, na tentativa de construção de um nós consensual. Isso incita-nos a refletir sobre o modo como as relações de poder perpassam nos/pelos discursos e, engendrando marcas às relações construídas socialmente, produzem representações e identidades de atores que constituem (e são constituídos discursiva e socialmente) a engrenagem do trabalho doméstico. Para nós, é crucial atentar para aspectos fundamentais dos estudos críticos a serem desenvolvidos, uma vez que as pesquisas relacionadas a mulheres e às relações trabalhistas e/ou de poderdesiguais que envolvem o trabalho doméstico representado na página da rede social, bem como os estudos da ACD faircloughiana, são alicerçados na Linguística Sistêmico-funcional de Halliday (2014), que destacam o discurso enquanto prática social.

Nesse propósito, o primeiro capítulo desta dissertação apresenta o referencial teórico que norteia esta pesquisa, bem como a explicitação teórica sobre a interdisciplinaridade com aspectos advindos de estudos de outras áreas que coadunam com a proposta da ACD, que emprega o termo texto como a linguagem falada ou escrita e integrante da vida social (FAIRCLOUGH, 2001).

A fim de compreender a engrenagem social do trabalho doméstico, o segundo capítulo desta dissertação apresenta um panorama histórico sobre as raízes que consolidaram essa profissão no Brasil. O percurso histórico traçado em dimensão nacional procura entender certas determinações sociais para a profissão em questão, considerando pontos desde o período escravocrata brasileiro dos séculos XVIII e XIX até as condições trabalhistas do século XXI, relatadas na *fanpage* “Eu, empregada doméstica”. Desse modo, as trajetórias de Marias (mulheres comuns, trabalhadoras), bem como as marcas deixadas tanto em suas mãos pelo trabalho braçal, quanto em suas histórias, são relatos da força, da resistência e da identidade que constituem a profissão de doméstica no Brasil.

O terceiro capítulo desta dissertação se aterá à metodologia e à análise dos relatos da *fanpage* e será dividido em três momentos: no primeiro, haverá o levantamento de um conjunto de tendências de representações e identidades que circulam no universo da página sobre como as empregadas domésticas são retratadas e se retratam nos relatos em questão. Importante considerarmos o enfoque acerca dos dizeres, de que modo eles acabam por, muitas vezes, reproduzir e reafirmar a desigualdade e a sociedade excludente brasileira. Nesse mesmo capítulo, em um segundo momento, verificam-se tendências para o esforço de tornar as regularidades e regramentos das práticas sociais (des)naturalizadas acerca do trabalho doméstico na *fanpage*, considerando o que recorre nos dizeres de relatos que foram selecionados a partir dos critérios estabelecidos na metodologia, tornando-se prática de protesto dessas mulheres. Além disso, em um terceiro e último momento, os significados apresentados por Fairclough (2003) serão retomados para focalizar as realizações textuais de questões socioculturais presentes nas relações trabalhistas referentes aos relatos sobre empregadas domésticas. Nessa perspectiva, essa etapa retoma os aspectos relevantes da ACD para direcionar a análise dos relatos, bem como apresenta a discussão dos resultados obtidos paralelamente ao contexto histórico social apresentado no segundo capítulo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Análise Crítica do Discurso

A presente seção tem como intuito principal apresentar um breve panorama sobre os estudos da Análise Crítica do Discurso, a qual é uma das abordagens teórico-metodológica para os estudos da linguagem na sociedade contemporânea. Essa vertente herda da Linguística Crítica (1970) um caráter interdisciplinar: alia teorias linguísticas, sociológicas e políticas na análise da Linguagem. Além disso, as influências da Escola de Frankfurt: estudiosos como Gramsci, Bourdieu, Habermas e Foucault foram fundamentais para que tal interdisciplinaridade fosse estabelecida e se tornasse um dos pontos principais dessa abordagem. Ao adotar a Análise Crítica do Discurso como proposta teórico-metodológica para a análise dos relatos postados na *fanpage* “Eu, empregada doméstica”, o foco do presente trabalho, mais especificamente nos dados sob análise, é identificar e relatar como se dão as práticas e as possíveis transformações sociais que elas implicam nas relações trabalhistas, no que tange o trabalho doméstico. Em outras palavras, evidencia-se o modo como os relatos representam a exclusão e a precarização do trabalho doméstico através da intensa desigualdade que perpassa a relação patrões/empregadas domésticas.

As relações desiguais de poder são patentes, quando nos referimos a patrão e empregada doméstica. Desde muito cedo, na história social dessa profissão, propõe-se o olhar do patrão para o modo de ser e de agir do empregado doméstico. Por isso, o sistema de relações sociais de classe se dá pelos regramentos do patrão ao empregado, que tende a precarizar, excluir e isolar o(a) empregado(a) doméstico(a), conforme se projetam essas relações desiguais e se dão os mandos e desmandos que são direcionados às trabalhadoras domésticas, reproduzindo o abismo social brasileiro.

Para a análise em questão, antes de iniciarmos uma discussão sobre a ACD, faz-se necessário apresentar uma reflexão sobre as terminologias ACD e ADC, usadas comumente para referir à teoria crítica do discurso no âmbito dos estudos acadêmicos brasileiros.

No Brasil, duas expressões são utilizadas para denominar os estudos críticos do Discurso: “Análise Crítica do Discurso” e “Análise de Discurso Crítica”. Essas denominações são semanticamente diferentes, mas estão ancoradas na *Critical Discourse Analysis* (CDA). Desse modo, para entender a escolha terminológica, faz-se necessário um resgate histórico, a constituição da CDA e a inserção desse estudo crítico no Brasil. Os estudos de Silva e Ramalho (2008) sobre a constituição da CDA apontam que, segundo as autoras, a abordagem,

inicialmente pautada na direção da Linguística, começou a ser discutida em um simpósio no ano de 1991 por vários pesquisadores europeus, inclusive Norman Fairclough.

Dois anos depois, em 1993, Izabel Magalhães, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UNB), firma discussões sobre a CDA no Brasil com a criação do “Grupo de Pesquisa de Linguagem e Ideologia da Universidade de Brasileira”, tomando a CDA como a Análise de Discurso Crítica (ADC). Nesse sentido, Silva (2018) esclarece que a escolha terminológica ADC, foi feita, como explica Magalhães (2005), por questões diretamente ligadas à tradução, por isso a adoção institucional do termo ADC e não ACD (Análise Crítica de Discurso). Além disso, Magalhães (2005, p. 6) enfatiza que “quanto ao termo a ser adotado, análise crítica do discurso não é nem mais nem menos correto do que análise do discurso crítica”.

O esclarecimento a respeito dessas terminologias faz-se necessário, uma vez que a presente pesquisa adota na maioria das vezes o termo Análise Crítica do Discurso (ACD), no entanto, em alguns momentos, o termo Análise de Discurso Crítica (ADC) pode ser também abordado por outros pesquisadores, especialmente os que estão filiados aos estudos da Universidade de Brasília (UNB). Feito o esclarecimento terminológico, para maior compreensão do referencial teórico que norteia este estudo, partiremos para uma revisão introdutória dos pontos teóricos fundamentais dos estudos de Norman Fairclough, maior expoente da ACD; segundo esse teórico, sua teoria social do discurso tem o propósito de

[...] reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89).

A preocupação central da teoria era mostrar que a linguagem tinha o potencial muito além das estruturas linguísticas na produção de sentido. A linguagem é vista como parte irredutível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais, pois a linguagem não é suficiente em si. Ela tem funções externas ao sistema, e essas são responsáveis pela organização interna do sistema linguístico. Nessa perspectiva, a relação entre linguagem e sociedade não é determinista, uma vez que a partir da linguagem é possível tanto reproduzir quanto transformar uma realidade, tendo em vista que sujeitos são atores sociais e o discurso é entendido como prática social. Desse modo, é preciso considerar a ação dos sujeitos que vivem em negociação em torno do poder, que perpassa todos os processos sociais.

Nessa revisão, tomamos a historicidade da abordagem da Análise Crítica do Discurso, a

partir da obra de Resende e Ramalho (2006). As autoras tomam uma divisão dos estudos da ACD em três momentos. Essa divisão é bem didática para compreendermos o modo como a teoria se desenvolve como fundamentação e modo de análise ao mesmo tempo, em 1ª fase; 2ª fase e 3ª fase. Essas três fases referem-se, respectivamente, ao modelo tridimensional do discurso, o qual compreende a relação dialética entre discurso e sociedade; ao enquadre de Chouliaraki e Fairclough, recontextualizando abordagens da Ciência Social Crítica na ADC à análise esquemática voltada para as práticas enquanto discursos; à recontextualização da Linguística Sistêmico-Funcional, proposta por Halliday, estabelecendo princípios gerais, significados relacionados ao uso da linguagem e investigando a interface entre as funções e o sistema internodas línguas.

Na primeira fase, a Teoria Social do Discurso tem seu marco atribuído à obra *Language and Power* (1989), mas a teoria fica mais consistente apenas em 1992 [2001a], com *Discourse and Social Change* (Discurso e mudança social) e é nesta obra que se insere a primeira fase, centrada no discurso, o qual é entendido como prática social e esse entendimento implica compreender o uso da linguagem como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

Em outras palavras, o discurso implica um modo de ação, uma forma como as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também por esse modo constroem formas de representação. Nesse sentido, o discurso é moldado pela estrutura social, mas também molda essa realidade. Nessa ótica, a prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.

Em síntese, os estudos de Norman Fairclough apresentam nessa fase a relação dialética entre língua e sociedade. Tal relação reflete os efeitos constitutivos do discurso, ou seja, eles contribuem para a construção de identidades sociais e posições de sujeito nas relações sociais e nos sistemas de conhecimentos de crenças.

É importante, antes de seguirmos com a discussão sobre os aspectos da ACD faircloughiana, demarcarmos o papel e a importância do conceito de identidade para este trabalho, conceito que, nesta vertente dos estudos discursivos, é entendido como as “formas de ser” (CARMO, 2015, p, 49). Stuart Hall (1999) apresenta três concepções de sujeito e suas

respectivas identidades: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

Nessa direção, o autor discorre sobre a relação entre eles. O sujeito do iluminismo, o baseava-se na concepção centrada e unificada da pessoa humana, ou seja, um “eu” como centro que correspondia a sua identidade; no entanto, essa visão de sujeito que determinava sua identidade foi questionada, pois o sujeito é formado e identificado através da alteridade, da relação com o outro, do eu em relação aos demais. Dessa forma, toma força a concepção de sujeito pós-moderno.

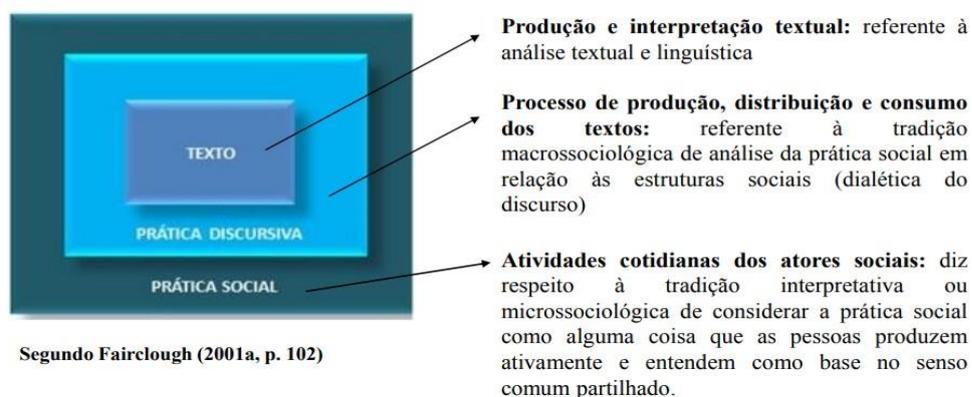
O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar. (HALL, 1999, p. 13)

Nessa multiplicidade de identidades possíveis, podemos retratar o modo como se dá o eu e o eu e(m)sua relação com a alteridade nos relatos sob análise, na *fanpage* “Eu, empregada doméstica”, projetado no/pelo discurso por meio da linguagem, como atuante na prática social.

Posto isso, retomamos às discussões sobre o Modelo Tridimensional proposto por Fairclough, que toma as três facetas como importante aos estudos crítico- discursivos: texto, prática discursiva e prática social. Reproduzimos o quadro abaixo, de Fairclough (2001), apresentando os princípios que caracterizam essa fase dos estudos.

Quadro 1 – Modelo tridimensional de análise

Concepção tridimensional do discurso



Fonte: FAIRCLOUGH (2001, p. 102).

Nessa primeira fase dos estudos faircloughianos, definem-se alguns conceitos cruciais para a presente abordagem. Nesse ponto, apresenta-se o modelo tridimensional, em que a análise da dimensão textual deve ser feita através da descrição das propriedades formais do texto e dos significados dessas propriedades (inter)relacionados, são eles: vocabulário, gramática, coesão e estrutura gramatical. Desse modo, a análise no âmbito do vocabulário diz respeito às escolhas lexicais feitas pelo produtor textual, uma vez que essas desvelam as questões ideológicas que perpassam o texto, por exemplo, quando o produtor do texto opta por uma palavra e não outra, essa utilização carrega valores ideológicos em um determinado contexto social. Nessa perspectiva, a análise da gramática também engloba os posicionamentos ideológicos, uma vez as relações estabelecidas entre estruturas gramaticais apresentam de modo, muitas vezes sutil, a marcação ideológica que o produtor textual insere e requerem atenção por parte do analista.

No que tange à análise da prática discursiva, pauta-se no que faz a mediação entre o texto e a prática social. Em outras palavras, pode ser entendido como a análise de “qualquer evento discursivo”, uma vez que o texto se apresenta enquanto manifestação linguística da prática discursiva, que também é uma forma de prática social, como postulam Oliveira e Carvalho (2013), ao retomarem os estudos de Fairclough. A análise da prática discursiva contempla a averiguação da produção, da distribuição e do consumo do texto; sendo assim, Fairclough (2001) apresenta um texto midiático para exemplificação desses processos de análise. Para ele, o analista considera no processo de produção os procedimentos editoriais de texto de mídia, ou seja, se esse objeto de análise for um texto publicado em um jornal impresso, o analista deve observar o espaço destinado ao texto no jornal, isto é, página e seção em que está inserido,

tamanho do texto e também os aspectos extratextuais como figuras e imagens que são (ou não) inseridas. Desse modo, no objeto da presente pesquisa, o processo de produção compreende uma página da rede social *Facebook* (*fanpage*), criada pela ex-empregada doméstica Preta Rara, que atualmente é professora de História e *rapper*.

A página surge com o intuito de dar voz a outras empregadas domésticas, que assim como a sua criadora, pretendem ecoar suas vozes silenciadas durante anos, já que, muitas vezes, não possuem um meio de relatar as invisibilidades do trabalho doméstico. Outro fator que merece destaque, no que tange ao processo de produção, é a rede social *Facebook* e a facilidade de acesso que ela permite às pessoas, principalmente aos que enviam seus relatos para serem publicados na página “Eu, empregada doméstica”. Vale ressaltar, também, que os relatos postados na *fanpage* estão em livre circulação na rede social e podem ser lidos por todos aqueles que tenham interesse e sejam seguidores da página.

Quanto à distribuição do texto, como aponta Fairclough (2001), refere-se aos modos como ele é posto socialmente em circulação: distribuição de panfletos, jornais, revistas, transmissão televisiva, entre outros. Entendemos que a distribuição da *fanpage* torna-se uma forma de tornar relativamente visível a profissão e seus processos de resistência, pois a hospedagem da página é permanente e acessível aos que se interessam por essa visibilidade, trazendo a oportunidade de as pessoas postarem seus relatos e protestos ali.

O último tópico de análise no âmbito da prática discursiva é o consumo do texto. Nesse tópico, segundo Fairclough, o analista deve observar se o texto é consumido individualmente ou coletivamente; desse modo, o consumo tem impacto direto nas escolhas sintáticas e lexicais, bem como na voz verbal escolhida pelo produtor do texto. Chama atenção, por exemplo, que o consumo da página é significativo, não apenas por trazer ali muitos relatos e oportunidade aos que se interessam nas histórias que são narradas, mas também por estar disponível na Internet. Essa disponibilidade, em um contexto de acesso livre e global, sem tantas barreiras, torna o consumo da página ainda mais significativo e importante. A última dimensão é a prática social e, como apresenta Fairclough (2001), sua análise é de natureza interpretativa e deve ser direcionada às condições sociais do contexto em que a prática discursiva acontece.

Essa análise pauta-se nos aspectos institucionais de produção e consumo dos textos. Em outras palavras, a prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. Vale destacar que a questão da ideologia e da hegemonia são presentes e relevantes no que tange a prática social.

A fim de estreitar ainda mais o entendimento sobre o modelo tridimensional de análise proposto por Fairclough, significativo à abordagem que escolhemos, apresentamos, de modo mais específico, as categorias analíticas que podem ser exemplificadas. Resende e Ramalho (2006) descrevem essa forma de pesquisa em fases, as quais em síntese, relatamos.

Conforme postulam as autoras supracitadas, tanto a prática social quanto o texto são descritos como uma dimensão do evento discursivo. Desse modo, essas duas dimensões são perpassadas pela prática discursiva em uma primeira fase de pesquisa, a qual têm como foco os processos sociocognitivos: produção, distribuição e consumo do texto, que são processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. Por essa perspectiva, tomamos o ambiente de extrema desigualdade social a que o trabalho doméstico está sujeito, além da desvalorização social das suas tarefas, bem como as escolhas que fazem com que as empregadas sejam preteridas na prática social. Assim, “A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais envolvidos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28).

A segunda fase dos estudos crítico-discursivos é estabelecida no enquadre de Chouliaraki e Fairclough (1999) recontextualizando abordagens da Ciência Social Crítica na ADC, na obra *“Discourse in Late Modernity: Rethinking critical discourse analysis”*, obra traduzida para a Língua Portuguesa como *Discurso e Modernidade Tardia*. Uma das principais referências para essa obra foi Anthony Giddens, sociólogo, que além dos seus estudos sobre a estrutura da sociedade, debruçou-se também sobre os estudos acerca da modernidade, e a apresenta como a presente fase de desenvolvimento das instituições contemporâneas, marcada pela radicalização dos traços básicos da modernidade: separação de tempo e espaço, mecanismos de desêncaixe e reflexividade institucional, o que se nomeia também como pós-modernidade.

Na fase em questão, o conceito de práticas sociais é trazido do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996). Para esse autor, o discurso é um momento de práticas sociais dentre outros – relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais – que, assim como os demais momentos, internaliza os outros sem ser redutível a nenhum deles.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 04) compreendem a ADC como “uma abordagem que coloca em diálogo uma variedade de teorias, especialmente as sociais e as linguísticas”. E a caracterizam como uma “síntese movediça de outras teorias”, com o principal objetivo de teorizar e analisar os processos de mediação entre o elemento social e o elemento linguístico. Os autores chamam a atenção para o fato de, em ADC, a operacionalização da teorização e análises dos processos de mediação entre o social e o linguístico requerer uma postura transdisciplinar, o que é reforçado especialmente em Fairclough (2001c, 2003)(CARMO, 2014, p. 81).

Nessa perspectiva, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), o discurso é entendido de dois modos: como elemento semiótico – ou uma combinação deles – da prática social; discurso como um substantivo concreto, significando um modo de construção de sentido das experiências vividas, a partir de uma perspectiva particular. Sendo assim, discurso é sinônimo de prática discursiva, elemento das práticas sociais.

Nessa fase, o termo “práticas” é explicado. Práticas são, então, “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos - materiais ou simbólicos - para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana.

Uma Análise Crítica do Discurso, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2001), deve seguir, de forma esquemática, as etapas e subetapas enumeradas a seguir:

Quadro 2 – Enquadre para ACD de Chouliaraki & Fairclough (1999); Fairclough (2001).

Etapas do enquadre para ACD de Chouliaraki & Fairclough (1999); Fairclough (2001b)		
1. Problema (atividade, reflexividade)		
2. Obstáculos para serem superados	a) Análise da conjuntura	
	b) Análise da prática particular	i) Práticas relevantes
		ii) Relações do discurso com outros momentos da prática
c) Análise de discurso	i) Análise estrutural	
	ii) Análise interacional	
3. Função do problema na prática		
4. Possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5. Reflexão sobre a análise		

Fonte: (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Sendo assim, esse modelo proposto pela abordagem de Chouliaraki e Fairclough (1999), nos dizeres de Resende e Ramalho (2006), destaca que a prática particular envolve configurações de diferentes elementos da vida social, os quais são nomeados como momentos da prática. Esses momentos são articulados e podem ser transformados quando os elementos são recombinaados. Portanto, pelo enquadre da segunda fase dos estudos da ACD, entendemos que o trabalho doméstico é problemático, pois repercute uma prática social extremamente classificatória, que discrimina e torna essa profissão cercada por práticas de injustiça, o que a faz pouco protegida diante da sociedade, invisibilizada. A ideia é que o trabalho do analista

torne visíveis essas injustiças e favoreça práticas que colaborem para a valorização da profissão, pela igualdade social e pela visibilidade.

Destacamos a terceira fase da ACD, a qual merece maior atenção neste trabalho, pois é a partir dela que desenvolvemos nossa análise. Nessa fase, como postulam Resende e Ramalho (2006), apresenta-se o que as autoras chamam de recontextualização da Linguística Sistêmico-funcional de Halliday, dando ênfase aos significados: acional, representacional e identificacional. Esses significados aparecem como o enquadre para a análise textual em pesquisas sociais e estão presentes nas obras de Fairclough: “*Analysing Discourse: textual analysis for social research*” (2003) e “*Language and Globalization*” (2006).

A Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday, base para a discussão desses significados, não concebe a gramática de modo estruturalista e, assim como a maioria dos estudos funcionalistas, tem dois objetivos: (i) estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem; (ii) investigar a interface entre as funções e o sistema interno das línguas.

A compreensão das implicações de funções sociais na gramática é central à discussão que relaciona linguagem e sociedade. A relação entre as funções sociais da linguagem e a organização do sistema lingüístico é, para Halliday (1973), um traço geral da linguagem humana. Daí a necessidade de se estudar os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 56-57).

Halliday (2014) registra três macrofunções que atuam em textos: ideacional, interpessoal e textual. Resende e Ramalho retomam essas macrofunções e apresenta a definição da função ideacional como a função que representa a experiência, segundo as autoras “um modo de refletir a ‘realidade’ na língua: os enunciados referem a eventos, ações, estados e outros aspectos da atividade humana através da relação simbólica” (2006, p. 57). A função interpessoal diz respeito ao modo que a língua é usada para expressar as relações pessoais e sociais. Já a função textual está relacionada aos aspectos gramaticais, semânticos e estruturais, os quais serão analisados no âmbito funcional.

As três macrofunções são inter-relacionadas, e os textos devem ser analisados sob cada um desses aspectos. Isso significa que todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, ou seja, serve simultaneamente a diversas funções. Nesse sentido, a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas linguísticas não “selecionam” funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 58).

Desse modo, na recontextualização da Linguística Sistêmico-Funcional em Fairclough (2003), as macrofunções de Halliday foram operacionalizadas para dar origem aos três significados propostos por Fairclough: “o significado representacional, ligado a discursos; o significado acional, ligado a gêneros; e o significado identificacional, ligado a estilos.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 57). Sendo assim, a operacionalização das macrofunções de Halliday que originaram os três significados propostos por Fairclough (2003), resume-se ao quadro abaixo.

Quadro 3 – Recontextualização da LSF na ACD.

LSF (Halliday, 1991)	ACD (Fairclough, 1992)	ACD (Fairclough, 2003)
F. Identificacional	F. Ideacional	S. Representacional
F. Interpessoal	F. Identitária	S. Identificacional
F. Textual	F. Relacional	S. Acional
	F. Textual	

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 61).

Na obra “*Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*“, Fairclough (2003), ao apresentar a recontextualização da Linguística Sistêmico-Funcional na Análise Crítica de Discurso, estreita o diálogo teórico da seguinte forma: as macrofunções de Halliday são articuladas com os conceitos de gênero, discurso e estilo; no entanto, no lugar das funções da linguagem, aparecem os significados: acional, representacional e identificacional. Nessa recontextualização também é possível destacar o modo que os aspectos do social constituídos (em parte) pelo discurso se relacionam com os significados de Fairclough (2003), como foi sintetizado por Silva (2018), no quadro abaixo.

Quadro 4 – Cruzamento da Visão Social da Linguagem segundo a ACD e a LSF.

Aspectos do social constituídos (em parte) pelo discurso	Significados textuais (Fairclough, 2003)
Sistema de conhecimento e crença	Representacionais
Relações sociais	Acionais
Identities sociais	Identitários

Fonte: (SILVA, 2018, p. 48).

Resende e Ramalho (2006) postulam que a noção de multifuncionalidade presente na Linguística Sistêmica-funcional se manteve na operacionalização dos três significados propostos por Fairclough, já que ambos atuam simultaneamente em todo enunciado.

Segundo Fairclough (2003), o discurso configura-se a partir de três modos como parte

de práticas sociais, são eles: modos de agir, modos de representar e modos de ser, correspondendo respectivamente aos significados: acional, representacional e identificacional.

O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/ questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo - físico, mental, social - em textos, aproximando-se da função ideacional, e o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidade no discurso, relacionando-se à função identitária (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 60).

Em síntese, os significados apresentam-se, nessa teoria, como a relação entre identidade, ação e representação. Diante disso, Resende e Ramalho (*Ibidem*) apontam que a análise de discurso deve ser feita pautada nos três significados, verificando como gêneros, discursos e estilos são articulados nos textos e as relações externas que perpassam as relações internas nos textos. Como a terceira fase é bastante utilizada para a análise, explicamos, a seguir, o seu tratamento aos significados e a sua relação com o nosso objeto de pesquisa.

1.2 Significado acional e gênero

Resende e Ramalho (2006) apresentam os três significados propostos por Fairclough e a articulação deles com gênero, discurso e estilo. Postulam o diálogo entre o significado acional e o gênero e retomam a concepção de linguagem enquanto

[...]um momento de práticas sociais dialeticamente interconectado aos demais momentos dessas práticas reserva um lugar especial para as ordens de discurso, o elemento discursivo do social no nível das práticas. (*Ibidem*, p. 58).

Nessa perspectiva, o uso de gêneros discursivos específicos em cada prática social relaciona-se diretamente com estilos e discursos estáveis, até certo ponto, em contextos socio-históricos e culturais distintos.

No significado acional, temos o texto visto como interação, logo, retornando de certa forma à função relacional, tomando como uma das principais categorias os gêneros, isto é, “os aspectos discursivos específicos de maneiras de agir e interagir no curso de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65). Mas esclarece também que esse significado pode ser analisado por meio das relações semânticas interacionais ou de níveis mais complexos, analisando a própria interação, as funções de fala, o modo oracional ou a intertextualidade/interdiscursividade (*Ibidem*, p. 67).

Dessa maneira, Resende e Ramalho (2006) apontam, ao retomarem Fairclough (2003), que o estudo de um texto – no que tange o gênero – é pautado em sua análise enquanto figura na (inter)ação social, bem como na sua contribuição para a (inter)ação em eventos sociais concretos. Sendo assim, os gêneros considerados específicos são determinados na relação com as práticas sociais e no modo com que as práticas são articuladas, visando incluir as mudanças nas formas de ação e interação que são promovidas pelas práticas sociais.

Nessa direção, na presente pesquisa, os gêneros são entendidos como “gêneros discursivos”, uma vez que elegemos a perspectiva bakhtiniana para nos embasar. Nessa ótica, eles são compreendidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 290), o que coaduna com o significado acional do discurso e com gêneros tidos como específicos. No presente caso, optamos por trabalhar o significado acional a partir do gênero relato em *fanpage*. Definir tal relato como gênero é importante para ressaltá-lo como uma forma de depoimento que descreve, define e defende o posicionamento das/sobre as empregadas, destacando seu papel e as (des)construções necessárias para, geralmente, protestar contra a falta de reconhecimento, evidenciar as injustiças e requerer reconhecimentos acerca da profissão.

1.3 Significado representacional e discurso

O significado representacional está relacionado ao conceito de discurso que é apresentado como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Outrossim, Fairclough (2003) infere que os discursos são diversas perspectivas sobre/de mundo, as quais são diretamente ligadas às diferentes relações estabelecidas entre pessoas e o mundo, relação na qual ambos são interdependentes.

Os diferentes discursos não apenas representam o mundo “concreto”, mas também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares. As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas - discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação -, porque os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 70-71).

Desse modo, pode-se inferir que os discursos tecem as realidades de diversas maneiras, já que, conforme Fairclough (2003), os diferentes discursos são modos distintos de ver e

representar o mundo. Sendo assim, o significado representacional se manifesta através do papel do discurso na construção, manutenção e reestruturação dos sistemas de conhecimento e crença dos atores sociais, ou seja, é possível constituir, reproduzir, desafiar ou reestruturar sistemas instaurados socialmente através do(s) discurso(s).

Outro fator importante a ser destacado em relação aos discursos é a variação que acontece em termos de variedade e escala. Isso acontece, pois “alguns discursos, em contextos sócio históricos definidos, apresentam um alto grau de compartilhamento e repetição, podendo gerar muitas representações e participar de diferentes tipos de texto” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 71). Nesse sentido, pode ocorrer variação de representações que são localizadas e representações que são globais na escala de atuação de um discurso, sendo elas capazes de colonizar diversas práticas sociais na vida social.

No representacional, deve-se atentar para as formas de representação do mundo dentro dos textos, seja pensando nas porções de mundo representadas, seja numa representação dentro de uma perspectiva particular mais específica ou não, sendo uma reinterpretação da metafunção ideacional, uma vez que o autor sugere atenção na análise de processos, participantes e circunstâncias, além de atenção nos processos de lexicalização e no uso de metáforas (vocabulário metafórico) (CARMO, 2015, p. 47).

Posto isso, no âmbito desta pesquisa, o foco de análise acerca do significado representacional é voltado para entender como os relatos envolvem diferentes discursos para representar “as mãos e as marcas” do trabalho. Desse modo, há situações narradas por diversas vozes que se apresentam como formas de representação do mundo e da profissão. Os relatos em questão apresentam como uma característica recorrente a situação das domésticas narradas por familiares e vizinhos, além das empregadas, constituindo assim, um conjunto de vozes que narram a situação de empregadas domésticas no Brasil.

Nessa direção, a representação social é vista como as relações sociais que são estabelecidas pelos atores sociais, uma vez que, segundo Moscovici (1978), o ato de representar algo vai muito além de duplicá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo.

A representação exprime, em primeiro lugar, uma relação com o objeto e que preenche um papel na gênese dessa relação. Um dos seus aspectos, o perceptivo, implica a presença do objeto; o outro, o espírito conceptual, a sua ausência. Do ponto de vista do conceito, a presença do objeto, inclusive a sua própria existência, é inútil; do ponto de vista da percepção, a sua ausência ou a sua inexistência são uma impossibilidade. A representação mantém essa oposição e desenvolve-se a partir dela; ela re-presenta um ser, uma qualidade, à consciência, quer dizer, presente uma vez mais, atualiza esse ser ou essa

qualidade, apesar de sua ausência ou até de sua eventual inexistência. Aomesmo tempo, distancia-os suficientemente de seu contexto material para que o conceito possa intervir e modelá-los a seu jeito(MOSCOVICI, 1978, p.57).

Para ele, o ato de representar algo é reconstituí-lo, retocá-lo ou, até mesmo, modificá-lo o texto. Trabalha-se com um retrato de uma realidade, por meio de ressignificações. Dessa forma, o conceito de representação de Moscovici dialoga diretamente com o que Fairclough (2001) aponta a respeito do ator social, que se constitui através de um indivíduo ativo e atuante socialmente. Em outras palavras, esse, mesmo que posicionado ideologicamente, pode agir de forma livre e criativa, criando suas próprias conexões entre diversas práticas e ideologias, podendo assim, reestruturar práticas e estruturas posicionadoras e atuar para que ocorra a mudança social. Por isso, tratamos no âmbito discursivo a ideia da representação das domésticas a forma pela qual a sociedade, em larga escala, reconhece e se manifesta sobre elas, retratando, também, a maneira pela qual se veem e são vistas na *fanpage*.

1.4 Significado identificacional e estilo

Por fim, além dos significados aqui já apresentados, voltamo-nos para o significado identificacional, o qual está diretamente ligado aos atores sociais e a forma que esses identificam a si mesmos, aos outros e aos grupos sociais em textos.

Resende e Ramalho (2006) retomam o significado identificacional relacionando-o como conceito de “estilo”, uma vez que os estilos estão relacionados com a identificação de atores sociais em textos. Tal identificação, segundo Fairclough (2003), é um processo dialético, no qual identidades perpassam discursos, posto que a identificação está ligada à representação, no âmbito do que se é.

Por esse ângulo, Resende e Ramalho (2006) apontam a relação entre os conceitos de identidade e diferença. Para elas, os dois conceitos estão em uma relação de dependência, ao passo que o conceito de identidade é definido “através de uma cadeia de negações, de diferenças e afirmações sobre a diferença” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 76). Sendo assim, como as autoras explicam, os conceitos de identidade e diferença são determinados mutuamente.

Como apontam Chouliaraki e Fairclough (1999), uma das funções da linguagem dá conta da forma como atores sociais se identificam e os grupos aos quais pertencem, o que contribui para a construção de identidades particulares e sociais. Nessa direção, Carmo (2015)

esclarece que

O significado identificacional é elaborado para análise identitária, ou seja, a construção e articulação de identidades no discurso, o que relaciona à função identitária, devendo dar vazão à análise da avaliação, da modalidade e da metáfora, respectivamente, relacionadas às formas avaliativas indicadoras de juízos de valor, aos estudos dos julgamentos que envolvem probabilidade ou indicam obrigação, polarizados ou não (numa escala entre o sim e o não na perspectiva de Halliday) que enfocam a forma como produtor do texto se posiciona frente ao que afirma e representa, e metáfora, não em termos de lexicalização do mundo, mas na sua faceta capaz de enfatizar ou encobrir aspectos do mundo representados, aclarando ou opacizando elementos. (CARMO, 2015, p. 47-48)

Assim, o significado identificacional relaciona identidade e estilo proposto por Fairclough (2003). Para o autor, os estilos são “o aspecto discursivo das formas de ser, das identidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159). Quem os atores sociais são é, em parte, uma questão de como eles falam, escrevem ou como se portam socialmente, e assim por diante. Os estilos estão ligados, assim, à identificação dos atores sociais no mundo. Como uma das perspectivas desta pesquisa é analisar as construções identitárias dos atores sociais presentes nos relatos postados na *fanpage* “Eu, empregada doméstica”, o uso desse significado revela como o discurso se configura na construção e na negociação de identidades. Por isso, ao analisar textos sob a perspectiva do significado identificacional, destacamos a perspectiva analítica que se centra nos traços que apontam para os estilos utilizados por aqueles que produzem os textos.

Para o empreendimento de analisar a página “Eu, empregada doméstica”, cabe considerar a prática social que envolve o trabalho doméstico no Brasil. Caminhamos, assim, nessa empreitada no próximo capítulo.

2 O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UM RECORTE

Um estudo crítico discursivo orienta que tratemos da prática social por meio da qual abordamos os dizeres, uma vez que, segundo Fairclough (2001), o discurso é um modo de ação que possibilita às pessoas agirem sobre o mundo e sobre os indivíduos, construindo assim, significados. Nessa perspectiva, é importante ressaltarmos, ainda, que a Análise Crítica do Discurso faircloughiana está fundamentada em práticas discursivas, as quais são perpassadas por diversos componentes culturais e que auxiliam no entendimento do discurso enquanto prática social. Além disso, como aponta Fairclough (2001), o discurso possui alcance em toda a sociedade, pois está inserido em todas as práticas e eventos sociais de que os indivíduos participam, contribuindo, assim, no processo de negociação de significados e construção do mundo.

O trabalho de Fairclough (2003) aponta como o significado representacional se relaciona ao conceito de discurso enquanto um modo de representação de aspectos do mundo. Segundo ele,

Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social, e das relações sociais que elas estabelecem com outras pessoas. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124 – tradução da autora).

De acordo com suas posições, dentro de qualquer prática, os atores sociais percebem e representam a vida social, com diferentes discursos e produzem representações de outras práticas, bem como representações ‘reflexivas’ de sua própria prática. Tais representações são configuradas, para esses atores, em consonância com o modo como eles se posicionam e são posicionados.

Desse modo, abordar o significado representacional requer que situemos em que bases são gerados os discursos das/sobre as empregadas nos relatos, visto que os dados coletados a partir deles, e analisados nesta pesquisa, demonstram e denunciam as injustiças e invisibilidades pelas quais a profissão passa, aspectos que refletirão no/ou perpassam os relatos, caracterizando a prática social do trabalho das empregadas.

Nesse ponto do texto, tratamos da temática do trabalho doméstico no Brasil, propondo compreender o que se entende como trabalho doméstico e como essa prática social pode repercutir nos discursos. Essa forma de compreensão estimula, intensamente, os discursos que circulam a promover/desmerecer a profissão, construindo representações sobre ela.

Inicialmente, toma-se a nomeação e termos variantes de empregada doméstica adotados nesta pesquisa, como faxineira e secretária do lar. Tais nomeações são parte das práticas culturais correntes, pois em muito se rejeita o termo “empregada”, por exemplo. Opta-se por “ajudante”, “secretária”, “diarista”, tendo vínculo empregatício ou não. Em se tratando das representações da empregada doméstica, é importante perceber que as características em muito permanecem para compor o processo de remuneração: trabalho remunerado e nomeado com termos que em geral o patrão considera mais adequados. Seja com vínculo formal ou não, o uso do trabalho doméstico de uma pessoa contratada precisa ser compreendido como parte dos processos sociais brasileiros, prática dos lares mais abastados.

Em geral, destaca-se a desvalorização e a precarização dessa prática, característica que acaba repercutindo como protesto na *fanpage*, ou “desabafo” nos depoimentos. O objetivo deste capítulo é traçar um percurso histórico, compreendendo algumas raízes que consolidaram as atividades domésticas remuneradas, repercutindo algumas características que constituem a classe trabalhadora doméstica no Brasil já no século XXI.

Em um trabalho de pesquisa inscrito no campo da ACD, os estudos sociais são de grande importância para os estudos discursivos, uma vez que se parte do entendimento de que o mundo sociocultural é continuamente construído e reconstituído por seus agentes/atores sociais e o trabalho doméstico se insere nas práticas culturais vigentes no país. Sendo assim, buscamos apresentar uma breve explanação acerca do conceito de cultura, retomando algumas postulações pautadas nos estudos sociais.

Na tentativa de abordar indivíduo e(m) sociedade, voltamos o olhar a Giddens (2003), que apresenta em seu trabalho “A constituição da sociedade”, tema que envolve elementos da estruturação na teoria social, a qual propõe reflexão acerca do ser e do fazer humano, das reproduções e das transformações sociais. Para ele, as propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de conduta social são reproduzidas através do tempo e do espaço. Ou seja, as práticas sociais, tomadas em caráter temporal e espacial, estão enraizadas na constituição do ator social e do objeto social. Ademais, na Teoria da Estruturação, Giddens (2003), toda ação humana é, ao menos, parcialmente pré-determinada com base nas regras variáveis do contexto em que ela ocorre. Porém, com a estrutura e as regras, não há uma permanência, já que elas são sustentadas e modificadas pela ação humana, o que podemos dizer que é discursivo. Desse modo, os significados propostos por Fairclough (2003) apontam como os aspectos relacionados à estruturação da sociedade são textualizados nos relatos sob análise.

Segundo Giddens (2003), a Teoria da Estruturação possui três conceitos básicos: estrutura,

sistema e dualidade de estrutura.

A estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a delimitação de tempo-espaço em sistemas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma sistêmica (GIDDENS, 2003, p. 20).

Em relação aos conceitos de sistema e de estruturação, podemos inferir que eles retomam e cumprem a função da estrutura e, no que se refere à dualidade de estrutura, associa-se à proposição de que regras e recursos projetados na produção e na reprodução da ação social são inerentes aos modos de reprodução do sistema. Assim, Giddens (2003) exemplifica o conceito das regras, chamando a atenção para dois aspectos delas: seu papel na constituição do significado e sua estreita conexão com sanções.

Entre os vários pontos da Teoria da Estruturação, retomamos em Giddens (2003) um conceito chave para o desenvolvimento deste trabalho: o de coerção, pois consideramos que a prática social do trabalho doméstico se dá sob uma rede coerções.

A coerção refere-se aqui à estruturação de sistemas sociais como formas de poder assimétrico, em conjunto com o qual uma série de sanções normativas podem ser aplicadas contra aqueles cuja conduta é condenada, ou desaprovada, por outros. Como indica o enunciado de Durkheim, as coerções geradas por diferentes tipos de recurso podem variar desde a coerção física nua e crua até os métodos muito mais sutis de coerção se mescla aos outros. Além disso, como sublinhei com firmeza, o poder nunca é meramente uma coerção, mas está na própria origem das capacidades dos agentes de realizar as ações pretendidas (GIDDENS, 2003, p. 205).

A partir da Teoria da Estruturação, Giddens (2003) postula que a ação acontece em detrimento das influências causais do corpo que perpassam a relação com o mundo material. Nesse sentido, os seres humanos se envolvem em determinadas ações materiais devido a uma seleção da estrutura. Assim, a próxima seção, pretende apresentar as raízes que sustentam o trabalho doméstico no Brasil, aspecto que se relaciona com as estruturas que ancoram a prática social do trabalho, importante para compreendermos o modo como se dão as práticas culturais que cercam o trabalho doméstico em seus desdobramentos discursivos. A seguir, tomamos o tema em lupa, para compreendermos o trabalho doméstico como prática social não recente, mas representativo de velhos problemas.

2.1 Algumas raízes do trabalho doméstico no Brasil

A prática social do trabalho no Brasil envolve nuances que carregam as características de desigualdade social do país, com aspectos de exploração de uns e favorecimento de outros. Na história brasileira, mais especificamente na sua história econômica, temos, nos primeiros séculos de sua formação, um período colonial em que o trabalho escravo e a servidão eram os pilares que sustentavam a economia. Durante esse período, como informado por Oliveira (2013), homens, mulheres e crianças negros, geralmente trazidos do continente africano para o trabalho escravo, eram os responsáveis pela realização de todo trabalho manual. Para o autor, os escravizados realizavam todo o trabalho, e a sua relação com os senhores era de pura exploração, especialmente sobre aqueles que trabalhavam como serviçais na chamada “casa grande”. Ademais, as condições de trabalho dos escravizados eram totalmente desumanas, pois além de uma jornada muito grande, condições de higiene e alimentação precárias, os escravos eram muitas vezes torturados por não conseguirem finalizar as inúmeras tarefas a eles destinadas.

Miranda (2019) postula que no período escravocrata brasileiro, principalmente no século XIX, os escravizados eram os responsáveis pelas tarefas do campo e das construções, já as criadas, mulheres negras escravizadas, realizavam as tarefas domésticas, os designados serviços de porta adentro, esses serviços abrangiam as mais diversas funções domésticas, tais como: governantas, amas de criação, amas de leite, cozinheiras, copeiras, mucamas, lavadeiras e engomadeiras.

Durante o período colonial, os lugares e papéis sociais da população eram demarcados e enraizados, tanto os dos homens e das mulheres brancos quanto de homens e mulheres negros e indígenas. Kofes (2001) postula que, durante esse período, as relações entre trabalho e trabalhador se equivaliam socialmente, em outras palavras, o trabalhador era designado pelas funções que exercia e também pela cor da pele, logo, ser negro e ser escravizado eram posições equivalentes. Vale lembrar que o trabalho doméstico não era remunerado e, por vezes, era tido até como privilegiado, pois as empregadas, ainda que escravizadas, participavam da rotina da casa e permaneciam próximas às patroas/sinhás, criando os filhos e participando das atividades da casa grande. O Brasil Império vigorou desde a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, atravessando dois governos monárquicos, o de D. Pedro I e o de D. Pedro II. Durante esse período, o Estado Imperial estava diretamente ligado à manutenção da escravidão, pois era o Estado quem mantinha a tarefa de vigilância dos escravizados. A respeito disso, Aquino, citado por Soares (2010, p. 336), aponta

que a legalização do sistema escravista mediante a instauração de uma ordem jurídica que, defensora da propriedade privada, não hesitava em definir os negros escravizados como objetos da propriedade dos escravistas, portanto, protegidos pela lei.

Da Silva *et. al.* (2017) destacam que em 1886 houve a criação do Código de Posturas do Município de São Paulo, primeiro dispositivo legal para regular as diversas normas específicas para os trabalhadores domésticos no Brasil, a “criadagem”, conforme lembra Bentivoglio (2014)

O criado de servir, como toda pessoa de condição livre, que mediante salário convencionado, tiver ou que quiser ter ocupação de moço de hotel, hospedaria ou casa de pasto, cozinheiro, copeiro, cocheiro, hortelão, ama de leite, ama-seca, engomadeira ou costureira e, em geral, a de qualquer serviço doméstico. (Artigo 263, Código de Posturas do Município de São Paulo) (MARTINS, 2013 *apud* BENTIVOGLIO; DE FREITAS, 2014, p. 221).

No entanto, Maziero (2010) ressalta que esse Código pretendia estabelecer, de certo modo, o controle das trabalhadoras por seus empregadores e não atuava como uma lei que resguardava os direitos das empregadas domésticas.

No decorrer do período do Brasil Império, já havia alguns movimentos abolicionistas, mas foi somente em 1888, após a assinatura da Lei Áurea, que essa configuração de mão de obra sofreu algumas alterações, embora isso não caracterizasse a superação da hierarquia racial e de gênero constituída no período colonial. Nesse tempo, homens negros e mulheres negras, então escravizados, abandonaram a condição legal de escravizados, mas muitos ainda viviam em um processo de hierarquização que não os possibilitavam condições dignas de trabalho.

Segundo Bernardino-Costa (2007), mesmo após a assinatura da Lei Áurea, muitos escravizados continuavam servindo aos seus empregadores, devido à proximidade que eles tinham com a família. Desse modo, o trabalho doméstico ainda continuava sendo feito pelas mulheres e pelas crianças negras, muitas vezes em troca de alimentação e moradia. Assim, essa relação permitia, de um lado, certa proteção às trabalhadoras e, de outro, apresentava a continuidade da relação escravocrata.

Já no Brasil República, período que se iniciou no dia 15 de novembro de 1889 e vigora até os dias atuais, a configuração do trabalho doméstico teve algumas mudanças, uma vez que sindicatos e leis trabalhistas começaram a surgir e ações de defesa ao trabalho doméstico tomaram força, especialmente nas duas últimas décadas. Tais acontecimentos serão detalhados na seção seguinte.

2.2 O trabalho doméstico na perspectiva do Direito Trabalhista

Dentre as várias considerações que norteiam este trabalho, buscamos a compreensão de alguns termos. Segundo o dicionário on-line de Língua Portuguesa (2020), a palavra “doméstico” vem do Latim *domus*, que significa casa, algo ligado à esfera do particular. Nessa perspectiva, o conceito de empregado doméstico atualmente adotado no Brasil está consubstanciado na Lei nº 5.859 de 1972, a lei especial dos empregados domésticos, e abarca uma gama maior de trabalhadores do que é usualmente conhecido como empregado doméstico.

Dispõe o artigo 1º da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015,

Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei.

Nesse sentido, incluem-se como empregados domésticos, não somente a faxineira, lavadeira e arrumadeira, mas também babá, cuidador de idosos, dentre outras atividades exercidas no lar. Ilustrando sobre a abrangência da lei, Alice Monteiro de Barros (2011) exemplifica:

[...] cozinheira, copeira, babá, lavadeira, mordomo, governanta, e os que [...] prestam serviços nas dependências ou em prolongamento da residência, como jardineiro, o vigia, o motorista, o piloto ou marinheiro particular, os caseiros e zeladores de casas de veraneio ou sítios destinados ao recreio dos proprietários [...] (BARROS, 2011, p. 268-269).

Considerando o posto, buscamos apresentar de maneira concisa as alterações no trabalho doméstico a partir da perspectiva do direito trabalhista, aspectos que nem sempre se cumprem no que diz respeito aos relatos em análise.

Em termos historiográficos, o final do século XIX e o século XX foram marcados por grandes fatos históricos não só no Brasil, mas também em âmbito mundial, entre eles as mudanças políticas e movimentos sociais. No que se refere ao trabalho doméstico, algumas mudanças foram fundamentais para que a empregada doméstica começasse a sair da invisibilidade. Segundo Da Silva *et al.* (2017), a partir de 1916 algumas normas para o trabalho doméstico começaram a surgir, das quais podemos destacar a da Lei 3.071, do Código Civil de 1916, que disciplinou a relação dos contratos trabalhistas relacionados à locação de serviços dos empregados, inclusive dos domésticos, sendo esse aplicável dentro das possibilidades e o Decreto nº 16.107, de 30 de julho de 1923, “que também aprovou o regulamento de locação de

serviços domésticos, onde traz todos os dispositivos necessários para atender as necessidades e interesses desses trabalhadores” (CHAGAS, 2013, p. 5).

No entanto, as principais conquistas, no que tange aos direitos trabalhistas, começaram a surgir por meio de vários movimentos iniciados na década de 1930, por Laudelina de Campos Melo, mulher negra, trabalhadora doméstica, ligada a movimentos sociais e ao Partido Comunista Brasileiro. Segundo Santos (2008), Laudelina apresenta-se como grande referência na luta das trabalhadoras domésticas, uma vez que não somente atuou de forma articulada a contextos políticos mais amplos, acerca das discussões que englobam trabalho doméstico e racismo, mas também pela criação da associação que, mais tarde, seria o estímulo para a futura base sindical.

Desde a criação da Associação dos empregados domésticos em Santos, em 1932, aspecto destacado por Preta Rara (2020) na introdução ao livro “Eu, empregada doméstica” e à *fanpage* homônima (que compõe o *corpus*/ objeto desta pesquisa), muitos acontecimentos perpassaram a história legislativa do Brasil. Entretanto, referente à legislação relacionada aos direitos da empregada doméstica, somente a partir da Lei 5.859, aprovada em 11 de dezembro de 1972, os empregados domésticos passaram a ter algumas prerrogativas. Como postula Da Silva (2017), essa classe trabalhadora deixou de ser totalmente desprotegida, adquirindo assim, a partir dessa lei, um pouco de cidadania, através de alguns direitos adquiridos, entre eles: benefícios e serviços da Previdência Social, carteira de trabalho e férias anuais com o adicional de 1/3 a mais que o salário normal.

Em 1988, após a promulgação da Constituição Cidadã e a consolidação das Leis Trabalhistas, algumas discussões sobre o trabalho doméstico possibilitaram que as trabalhadoras conquistassem alguns direitos, mas, ainda há muita mudança a ser feita para que o trabalho saia totalmente da invisibilidade e exclusão social. Com a promulgação da Constituição de 1988,

O rol constitucional compreende as seguintes parcelas: salário mínimo; irredutibilidade de salário; 13º salário; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, licença a gestante, semprejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias; licença paternidade, nos termos fixados em lei; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo trinta dias, nos termos da lei; aposentadoria (art. 7º, parágrafo único, CF/88). O mesmo dispositivo refere-se, ainda, à integração à previdência social – o que já constava da legislação anterior (DELGADO, 2009, p. 356).

Desde 1940, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou interesse na discussão a respeito do trabalho doméstico, buscando promover a proteção mais efetiva desses trabalhadores. Segundo Da Silva *et. al.* (2017), para OIT a temática apresenta grandes desafios

em função da complexidade que perpassa os aspectos fundamentais da organização social e das desigualdades de gêneros e raça que estruturam o trabalho doméstico. Da Silva *et. al.* (2017) postulaque a OIT define o trabalho doméstico como

[...] trabalho realizado por uma pessoa, no âmbito de um domicílio que não seja o de sua unidade familiar, e pelo qual se recebe uma remuneração, o trabalho doméstico compreende atividades ligadas aos cuidados como serviços de limpeza, arrumação, cozinha e cuidado de vestuário, além do cuidado das crianças, idosos, pessoas com deficiência e animais, entre outrasatividades (OIT, 2011, p. 9).

A OIT realizou algumas discussões direcionadas sobre o tema na Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que culminaram na Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos, pela resolução nº. 189 (2011), acompanhada da Recomendação nº. 201. Para Da Silva *et. al.*(2017), entre as recomendações, elucida-se o fato de que seus membros deveriam fomentar o desenvolvimento contínuo de competência e qualificação dos trabalhadores domésticos, inclusive, se for o caso, a alfabetização de forma a melhorar suas possibilidades de desenvolvimento profissional (OIT, 2011, p. 9-10).

Sendo assim, no Brasil, as mudanças propostas pela OIT refletiram na Emenda Constitucional nº. 72, de 2 de abril de 2013, que culminou na Lei Complementar nº. 150, também conhecida como PEC das Domésticas. Para o Deputado Federal Carlos Gomes Bezerra, autor da PEC, a necessidade de ampliação dos direitos domésticos está pautada nos seguintes dizeres:

Sabemos que, seguramente, equalizar o tratamento jurídico entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores elevará os encargos sociais e trabalhistas. Todavia, o sistema hoje em vigor, que permite a existência de trabalhadores de segunda categoria, é uma verdadeira nódoa na Constituição democrática de 1988 e deve ser extinto, pois não há justificativa ética para que possamos conviver por mais tempo com essa iniquidade (BRASIL, 2013).

Da Silva Schneider *et al.* (2014) apontam que a partir dessa Emenda Constitucional, os empregados domésticos conquistaram uma série de direitos adicionais que já eram assegurados aos demais trabalhadores. Desse modo, com a promulgação da PEC, em 2013, os empregados domésticos obtiveram os seguintes direitos:

- salário mínimo;
- irredutibilidade salarial;
- licença gestante de 120 dias, sem prejuízo do emprego e dos salários;
- estabilidade à gestante;
- férias de 30 dias com acréscimo de um terço;
- décimo terceiro salário;
- repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

- licença paternidade;
- aviso prévio;
- integração à Previdência Social;
- recolhimento do FGTS;
- em caso de dispensa sem justa causa, é devido o pagamento da multa de 40% do FGTS;
- seguro desemprego;
- controle da jornada de trabalho -carga máxima de 44 horas semanais e jornada não superior a oito horas diárias;
- pagamento de horas extras;
- pagamento do adicional de noturno (BRASIL, 2013).

Percebemos pelos dados que os direitos indicam um conjunto de práticas que nem sempre é cumprido, se tratarmos dos direitos de trabalhadoras domésticas. Da Silva *et al.* (2017), ao retomar Andrade (2014), apontam que além desses direitos que foram concedidos às empregadas domésticas, é importante destacar o resultado de lutas de movimentos feministas, raciais, e do movimento de trabalhadoras domésticas, liderado pela Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas que buscam demarcar a importância dessa classe trabalhadora, bem como a equiparação às demais classes de trabalhadores.

2.2.1 Emenda Constitucional 72: PEC das Domésticas (PEC 66/2012)

Após muitos anos de lutas, incluindo campanhas de rua, seminários, audiências públicas no Senado e na Câmara, no dia 02 de abril de 2013, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC) nº. 66/2012, apelidada de PEC do trabalhador doméstico ou PEC das domésticas, a qual, a partir de então, se transformou na Emenda Constitucional (EC) nº. 72/2013. Essa emenda tinha como propósito alterar a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Desse modo, os direitos reconhecidos aos trabalhadores domésticos seriam ampliados, conforme exemplificado no quadro abaixo retirado de Rocha (2013).

Quadro 5 – Direitos reconhecidos as trabalhadoras domésticas após a PEC das Domésticas

Antes da EC72/13	Depois da EC 72/72
<p>Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:</p> <p>Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua interação com a previdência social.</p>	<p>Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:</p> <p>Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua interação com a previdência social.</p>

Fonte: ROCHA (2013).

Em suma, anterior a Emenda Constitucional, como percebemos na tabela acima, antes da EC/13, os trabalhadores domésticos tinham reconhecidos os direitos dos seguintes incisos:

- IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

- XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; e
- XXIV - aposentadoria (BRASIL, 2013).

Desde que a PEC entrou em vigor, muitas mudanças aconteceram, inclusive com a aprovação da Lei Complementar 150/2015, que regulamentou a Emenda Constitucional 72/13, e a partir dela, foram ampliados os direitos dos trabalhadores domésticos que, então, passaram a ter reconhecidos aqueles dos seguintes incisos:

- I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III - fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; e
- XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXIV – aposentadoria;
- XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
- XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou

culpa;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; e

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 2013)

Com a aprovação da Lei Complementar 150, em 2015, foram concedidos aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos de um trabalhador celetista, exceto o Abono Salarial (PIS), insalubridade e o seguro desemprego, que para a categoria de empregados domésticos possui uma regra diferente dos demais trabalhadores: para essa categoria o seguro desemprego é dividido em três parcelas no valor de um salário mínimo federal.

Outro fator importante, no que concerne o trabalho doméstico no Brasil, na perspectiva legislativa, foi a implantação do E-Social Doméstico através do decreto de nº 8.373 de 11 dezembro de 2014. Segundo esse decreto, “o E-Social é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas”. Além disso, o E-Social foi criado para simplificar, ou seja, fazer a remuneração do empregado doméstico em um canal único, contando com a participação de cinco importantes entes, são elas: Receita Federal, Caixa Econômica, Ministério do Trabalho, INSS e Ministério da Previdência Social. Desse modo, através da implementação do E-social, o qual passou a ser obrigatório desde outubro de 2015, o empregado doméstico passou a ter todos os direitos regularizados através do E-Social Doméstico, que funciona também como um fiscalizador dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Após todas essas mudanças na legislação do trabalho doméstico, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que dos 6.300.000 empregados domésticos existentes no Brasil atualmente, 1.574.000 são empregados domésticos formais. Esses dados, segundo Mário Avelino (2018), especialista em Direito Trabalhista e presidente do Instituto Doméstica Legal, mostram que com a PEC das Domésticas houve um aumento na formalidade do emprego doméstico, além disso, ele avalia que a PEC não precisa passar por modificações. No entanto, como será apresentado nas análises dos relatos das empregadas domésticas, em muitos casos, não há o cumprimento da Lei 150.

2.3 Marias, mãos e marcas: a visão social e cultural do Trabalho Doméstico

Araújo (2015) ressalta que o trabalho doméstico possui peculiaridades e particularidades que o compõem e o diferenciam dos demais. Por exemplo, o fato de esse trabalho ser caracterizado pela prestação de serviço no âmbito residencial, o que de certo modo é atrelado à vida pessoal do empregador, o que raramente ocorre nas demais relações trabalhistas. Sendo assim, o controle e a fiscalização por parte do Estado são dificultados, uma vez que o fato do ambiente de trabalho do empregado ser a residência do empregador não possibilita que a fiscalização seja feita como é em outros ambientes de trabalho.

Além disso, como destaca Araújo (2015), há algumas características que interferem na relação trabalhista entre patrões e empregada doméstica, tais como: negociações de pagamento (caracterizadas pelo famoso adiantamento no salário, pedido pelas empregadas); presentinhos dados pelos patrões, tais como – as roupas velhas da patroa que são dadas para a empregada. Esses ganhos extrassalariais que, de certa maneira, reforçam a subordinação e a dependência da empregada em relação aos favores feitos pelos patrões, acabam, em alguns momentos, sendo compensados por horas extras não pagas e até mesmo com a realização de atividades que não cabem às trabalhadoras domésticas.

Condições precárias de trabalho e de abuso de direitos que seriam considerados inaceitáveis em qualquer outra profissão, aqui são facilmente ignoradas e ratificadas pela sociedade. Discursos como —ela é praticamente da familiar são utilizados como justificativa para essas faltas graves, esquecendo-se que, independente da afetividade existente entre as partes, trata-se de uma trabalhadora, com direitos e deveres como os demais (ARAÚJO, 2015, p. 14).

Nessa perspectiva, Araújo (2015) retoma o trabalho de Figueiredo (2011), no qual a autora postula que três categorias sociais entrecruzadas compõem a classe das trabalhadoras domésticas, são elas: gênero, raça e classe, sendo as responsáveis pela subordinação existente nas relações trabalhistas, relativas ao trabalho doméstico.

Desse modo, segundo Araújo (2015), notamos que a relação trabalhista entre empregador (patrão) e empregada doméstica é permeada, em vários aspectos, por muitos conflitos, em sua maioria, desencadeados pelo fato de o trabalho doméstico ser visto como uma atividade laboral desqualificada, destinada a mulheres, advindas de classes sociais desprivilegiadas, que não possuem uma formação profissional, e, por vezes, com poucas perspectivas de futuro.

Embora a profissão de empregada doméstica seja regulamentada no Brasil desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente da república Getúlio Vargas, muito ainda se discute sobre as

condições em que trabalham. Algumas alterações já foram feitas nos direitos trabalhistas visando estabelecer melhores condições de trabalho para essas mulheres, no entanto, como postula Souza (2016),

Infelizmente, para o senso comum mundano e também para o da maioria dos sociólogos e dos antropólogos, perceber esses avanços se confunde e se mistura com uma ignorância a respeito dos dramas e aflições (principalmente morais) aos quais são submetidas as mulheres que procuram ocupar um lugar na boa sociedade através da profissão de empregada doméstica. O acesso ao consumo e a direitos formais é visto como o limite daquilo que compete ao debate político discutir e como o limite do bem-estar que deve ser garantido a essas pessoas pelo Estado (SOUZA, 2016, p. 125-126).

Percebemos e já ressaltamos, de antemão, que, em muito, a *fanpage* destaca o não respeito aos direitos descritos, principalmente o conjunto aprovado na PEC das Domésticas. Por outro lado, predominantemente, a página do *Facebook* põe em foco os deveres e obrigações a que as empregadas são submetidas sem a devida contrapartida. Assim sendo, o próximo capítulo destina-se à análise dos relatos.

3 OS SIGNIFICADOS EM ANÁLISE: “EU, EMPREGADA DOMÉSTICA”

No presente capítulo, que será dividido entre metodologia e análise de dados, nos ateremos ao tratamento analítico dos relatos em questão que acontecerá em três momentos. No primeiro, haverá o levantamento de um conjunto de tendências de representações e identidades que circulam no universo da página sobre como as empregadas domésticas são retratadas e se retratam nos relatos, em questão. Importante considerarmos o enfoque acerca dos dizeres, de que modo eles acabam por reproduzir e reafirmar a desigualdade e a sociedade excludente brasileira.

Posteriormente, no segundo momento, serão verificadas tendências para o esforço de tornar as regularidades e regramentos das práticas sociais (des)naturalizadas acerca do trabalho doméstico na *fanpage*, considerando os dizeres de relatos que são selecionados, a partir da quantidade de reações (curtidas, comentários e compartilhamentos) no *Facebook*. Cabe, nessa direção, perceber como se textualizam as práticas, os valores e as relações que transcorrem os dizeres presentes na página “Eu, empregada doméstica”, destacando as relações desiguais de poder, os sistemas de conhecimento e crenças que circulam a partir das práticas e identidades que perpassam a atividade da *fanpage* em questão.

No último momento, os significados apresentados por Fairclough (2003) serão retomados para focalizar as realizações textuais de questões socioculturais presentes nas relações trabalhistas que perpassam os relatos sobre empregadas domésticas. Nessa perspectiva, essa etapa retomará os aspectos relevantes da ACD para direcionar a análise dos relatos, bem como apresentará a discussão dos resultados obtidos paralelamente ao contexto histórico social apresentado no capítulo dois. Desse modo, abordamos a narrativa das trabalhadoras a partir da imagem construída nos discursos. A história social desses atores que constituem a categoria propõe uma leitura de reconhecimento da luta e do valor social dessas mulheres.

3.1 “Eu, Empregada Doméstica” e as vozes subalternizadas que ecoam na *fanpage*

A Análise Crítica do Discurso nos convoca a ter visão sobre o modo como a prática social influencia a sociedade e o modo como a sociedade influencia a prática social. É importante apontar os significados a partir dos quais podemos analisar o *corpus*.

Com o advento dos meios tecnológicos e o desenvolvimento de aparatos que buscam estabelecer uma conexão virtual entre as pessoas, surgiram os chamados *Social Network Sites*, que em português ficaram popularmente conhecidos pela expressão “redes sociais”. Essa

expressão, segundo Aguiar (2007), é utilizada para se referir aos variados tipos de relações sociais e de sociabilidade estabelecidas de modo virtual, as quais se diferenciam em dinâmicas e propósitos. Nesse sentido, o autor aponta que a utilização da Internet, como ambiente de interação, ou até mesmo como um espaço público complementar, possibilita que muitas práticas cotidianas e lutas sociopolíticas do mundo sejam constituintes e constituídas nas redes sociais.

Se considerarmos o significado acional discutido por Fairclough (2003), na presente seção, abordamos o modo como as narrativas se delineiam no tratamento do tema empregada doméstica e suas práticas. Além disso, vale ressaltar que há apropriação das tecnologias da informação e comunicação para motivarem interações e grupos sociais que possuem interesses e discussões sociais comuns ou, até mesmo, por adeptos que se aglutinam apenas com a finalidade de desenvolver uma rede de relacionamentos interpessoais. Segundo Tomaél (2005), o uso de recursos como um *software* social gera uma rede em que membros desenvolvem um conglomerado de contatos inicialmente profissional e pessoal, que certamente terá pontos de contatos em outras redes. E elas são uma excelente maneira de divulgar causas e levantar bandeiras.

Dessa forma, a *Internet* possibilita a ampliação dessa rede e a criação de novas conexões que se desenvolvem através de relacionamentos comuns, o que já acontece através da ideia de redes que é aplicada à sociedade, de acordo com o estudo das ciências sociais. Nessa perspectiva, Tomaél (2005) retoma os trabalhos de Marteleto (2000) e enfatiza que há uma dependência funcional entre os indivíduos, sendo ligados por elos invisíveis, de modo ininterrupto, mas reais. Sendo assim, a dependência entre indivíduos na rede social ocorre, ao passo que um indivíduo compartilha experiências e conhecimentos, cotidianos ou não, em uma página criada de acordo com interesses do grupo que esse indivíduo é pertencente.

Apresentando em lente o significado acional como uma forma de repercutir a prática social, compreendemos que a *fanpage* circula no *Facebook*, que é uma rede social criada em 2004, por Mark Zuckerberg e possui bilhões de usuários ativos em todo mundo. Assim como as outras redes sociais, o *Facebook* possui uma tendência de aproximar contatos, informações e conhecimentos com a finalidade de interagir virtualmente. Dessa maneira, a interação acontece por meio de compartilhamentos, curtidas e comentários feitos pelos usuários dos perfis, podendo ocorrer também através de discussão em grupos, com jogos e bate papo – que é chamado de *Messenger*.

Patrício e Gonçalves (2010) apontam que o *Facebook* não é apenas um canal de comunicação, e, sim, um destino para as pessoas que querem partilhar informações. Sendo assim,

essa rede social pode atuar como um meio de discussões e movimentos sociais, que são perpassados por lutas e, muitas vezes, conseguem dar voz às minorias, como é o caso da *fanpage* “Eu, empregada doméstica”.

Com o intuito de abordar a temática do trabalho doméstico no Brasil, a *fanpage* “Eu, empregada doméstica” se filia à história de sua criadora, Joyce Fernandes (Preta Rara), professora e *rapper*, que também já foi doméstica. A criação da página, como dito por Joyce, surgiu a partir de um relato da professora que além de ex-empregada doméstica, tem em sua constituição familiar muitas mulheres que exercem essa função. Essa voz, que constitui o significado acional, se dá pela atuação da administradora que repercute e dá voz às mulheres que trabalham como domésticas, para que essa classe trabalhadora tenha uma ferramenta de representatividade, na qual elas possam relatar situações que vivenciam no exercício de suas funções.

Há uma mobilização histórica que constitui a representatividade da *fanpage*: a foto de perfil é a foto de Laudelina de Campos Mello, mulher negra, empregada doméstica que lutou mais de meio século junto a essa categoria. Preta Rara atribui uma das primeiras publicações da *fanpage* à Laudelina, popularmente conhecida como Dona Nina, pessoa a qual Preta Rara descreve como “O Terror das patroas”, pois ela visitava com frequência vários condomínios de luxo para conversar com as empregadas domésticas a respeito de como elas eram tratadas pelos patrões. Segundo Pinto (1993), Laudelina fundou, em 1936, a primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil, na cidade de Santos, onde residia naquela época. Além disso, participou, em 1988, da fundação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil. Devido à militância de Dona Nina, que perpassou tantas conjunturas políticas diferentes, seu nome é tido ainda hoje como referência e por isso ilustra a foto de perfil da página, conforme explicação da fundadora da *fanpage*, Preta Rara.

Em meio à configuração da *fanpage*, comparecem relatos com comentários e apontamentos de empregadas e ex-empregadas domésticas, bem como de babás e diaristas, sobre suas experiências no cotidiano do trabalho. Vale ressaltar aqui a abrangência das atividades que compreendem o trabalho doméstico segundo a OIT (2011), por isso os relatos não apresentam apenas a nomeação empregada doméstica para referir-se ao trabalhador doméstico. Isso posto, entendemos que, discursivamente, o significado acional se constitui pelos discursos que perpassam esses relatos das/sobre as empregadas, ainda que surjam usos como “minha mãe”, “minha tia”, “a moça da rua” como agentes da ação de trabalhar na casa de alguém.

Dentre os vários relatos postados na *fanpage*, muitos deles chamam atenção pelas características subjetivas e também pelas histórias marcantes que neles são narradas. Na maioria das vezes, há uma característica recorrente nas vozes que ecoam na página da rede social: o relato sobre a empregada que começou no ofício desde criança, como exemplificado no trecho extraído do relato 9: “Minha mãe era uma criança quando começou a trabalhar, tinha 12 anos, parou de estudar para ajudar a família, ela até tentou conciliar a vida de trabalho e a de estudante mas não deu.” Parece que há uma naturalização (FAIRCLOUGH, 2001) das marcas da exploração desde muito cedo, tornando, em muito, a infância perdida, dedicada apenas às atividades domésticas a troco de quase nada.

Percebemos que os significados acional e representacional são indissociáveis na compreensão do nosso objeto, pois ao tratar das frustrações, desafios e superações das empregadas, compreendemos que há a representação das práticas e identidades das empregadas em questão. É nesse sentido que nos dizeres circulam as representações.

Nos estudos de caráter social, interessa-nos, ao pesquisar os discursos, o que Saboia (2000) afirma. Para o autor, no trabalho doméstico está presente uma das formas de exploração mais difundida e menos pesquisada, o trabalho infantil, que na maioria das vezes é realizado por meninas em um ciclo de tarefas exaustivas. Em muitos casos, mulheres e crianças advindas de famílias pobres, tanto residentes na periferia dos grandes centros quanto de recém-chegadas de áreas rurais que vão para as áreas urbanas em busca de um empregado. Nesses casos, o trabalho doméstico é uma fonte imediata (e por vezes urgente) de se adquirir algum tipo de renda, por ser um trabalho totalmente braçal e que não demanda nenhum nível de escolaridade para ser realizado.

Barros *et. al.* (2001) postulam que o trabalho infantil no Brasil se constitui da mesma forma que se constitui na maioria dos países subdesenvolvidos, expondo crianças e jovens a atividades braçais, que muitas das vezes, não estão dentro das possibilidades físicas e mentais. Além disso, essas crianças e adolescentes são numerosas em relação ao índice de evasão escolar, pois o trabalho dificulta a aquisição de capital humano e cultural através da escolarização. Vale ressaltar, também, que o salário de crianças e adolescentes é menor se comparado ao salário de mulheres adultas que fazem o mesmo trabalho. Após enfatizarmos um pouco do significado acional, tratando da prática laboral que significa o mundo dessa forma de trabalho, nos detemos à escolha do corpus que se deu para uma análise em profundidade.

3.2 Análise dos relatos: selecionando o *corpus*

Para análise, foram escolhidos 24 relatos. Tal escolha foi feita da seguinte forma: inicialmente, fizemos uma busca na *fanpage* desde a data de sua criação, julho de 2016, até o mês de dezembro de 2020. Tal busca foi pautada no critério baseado em índices indicativos de como esses relatos foram consumidos, através do maior número de reações, ou seja, curtidas, comentários e compartilhamentos na rede social *Facebook*, veículo pelo qual os relatos circulam e foram postados com o intuito de denúncia social sobre o trabalho doméstico, no Brasil. A partir da seleção por número de reações, chegamos em 47 relatos que possuíam de 400 a 4000 reações.

Quadro 6 – Relatos catalogados

Relatos postados entre julho de 2016 a dezembro de 2020.				
Identificação	Data	Reações	Comentários	Grupo de Relatos
Relato M.P. Gonçalves	21/07/2016	1.600	63	1
Relato D.U	22/07/2016	1.200	709	1
Relato S.R	22/07/2016	3.800	239	2
Relato V.A	22/07/2016	1.400	120	1
Relato J.L.F	23/07/2016	1.900	150	2
Relato P.C	25/07/2016	3.800	159	2
Relato V.A	03/08/2016	2.800	65	2
Relato M.A	07/08/2016	2.300	244	1
Relato L.G	08/08/2016	770	19	2
Relato A.M	07/10/2016	1.500	70	2
Relato R.M	08/10/2016	911	13	3
Relato M.G	17/10/2016	715	16	1
Relato L.N	23/10/2016	2.200	131	3
Relato A.S	04/11/2016	996	61	2
Relato C.M	25/11/2016	983	72	3
Relato A.P.V	27/11/2016	738	27	3
Relato R.G	22/12/2016	1303	127	3
Relato A.D.E	23/12/2016	742	60	1

Relato T.O	19/05/2017	1.201	172	2
Relato M.M	29/05/2017	1.101	94	2
Relato M.F	22/06/2017	514	83	1
Relato R.C	14/07/2017	3.303	622	1
Relato Y.F	21/07/2017	870	101	2
Relato L.D	27/08/2017	914	30	2
Relato A.R	04/09/2017	1.700	106	2
Relato C.A	14/11/2017	805	155	3
Relato Preta Rara	15/11/2017	1.100	94	1
Relato J.N	23/01/2018	930	245	1
Relato MAN	27/01/2018	1.100	342	1
Relato M.P	28/01/2018	400	72	1
Relato L.I.A	24/02/2018	522	52	1
Relato G	25/02/2018	624	115	1
Relato A.C	05/04/2018	571	63	1
Relato M.M	01/05/2018	645	46	2
Relato I.E	05/05/2018	512	56	3
Relato J	08/05/2018	1.600	63	1
Relato G	04/06/2018	573	157	1
Relato N.M	02/08/2018	662	45	1
Relato T.N	03/12/2018	445	4	3
Relato L.C	26/03/2019	976	121	3
Relato P.F	27/03/2019	747	57	2
Relato T.M	23/04/2019	3.002	294	1
Relato B	24/04/2019	2.201	162	2
Relato R.M	25/04/2019	1.910	121	3
Relato M.G	27/04/2019	1.300	161	1
Relato L.A	27/04/2019	2.640	320	1
Relato M.L	20/08/2019	465	41	2

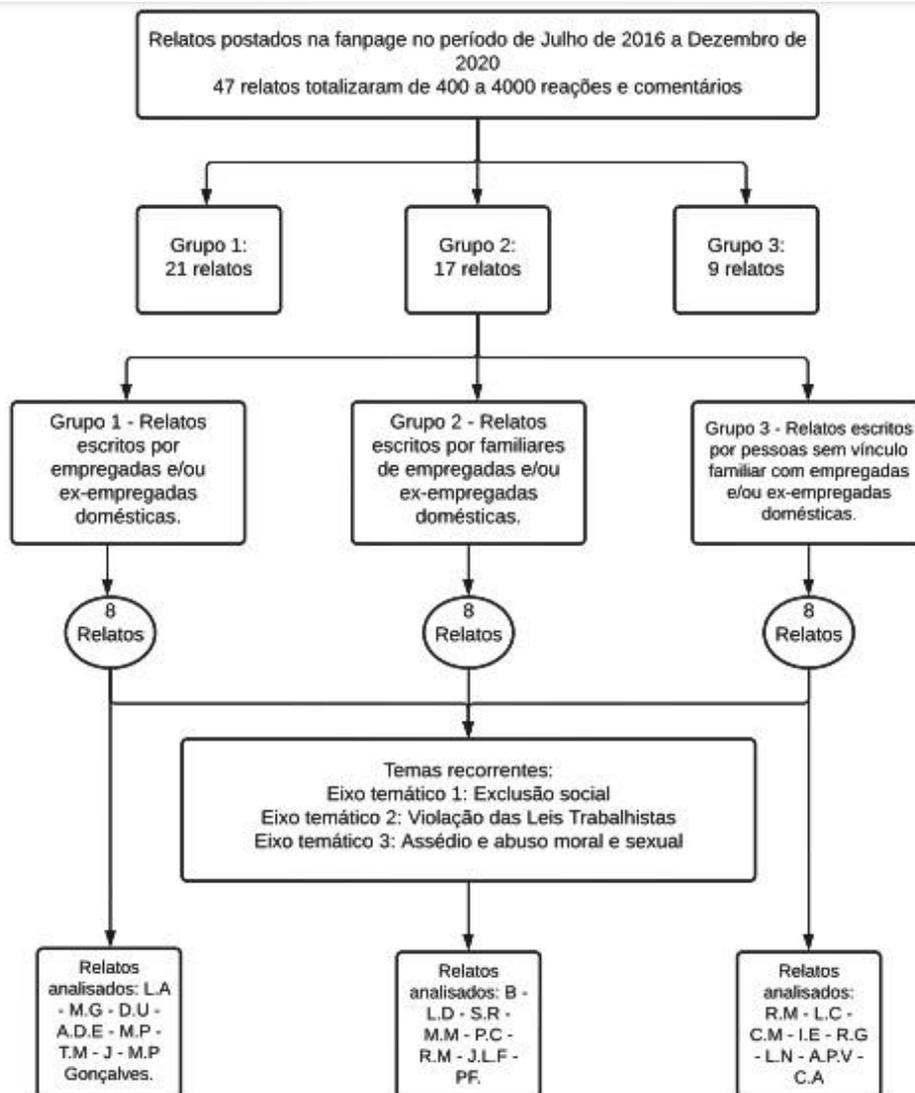
Fonte: (AUTORA, 2021).

Esses relatos foram separados em três grupos de acordo com a pessoa que relata os acontecimentos: Grupo 1 – relatos escritos pelas empregadas ou ex-empregadas domésticas; Grupo 2 – relatos escritos pelas filhas das empregadas e/ou ex-empregadas domésticas; e Grupo 3 – relatos escritos por outras pessoas (vizinhos, assistentes sociais ou algum parente das empregadas ou até mesmo dos patrões).

Dessa forma, chegamos a 21 relatos do Grupo 1, 17 relatos do Grupo 2 e 9 relatos do Grupo 3. Considerando que não seria possível analisar em profundidade, pelo viés discursivo, essa quantidade de relatos em um trabalho de dissertação, estipulamos que seriam analisados apenas 8 relatos de cada um dos grupos. A escolha desses relatos foi feita a partir de três eixos temáticos: Exclusão social; Violação da Lei 150 de 2015; e Assédio e abuso moral e sexual.

Em síntese, a escolha dos relatos foi feita como exemplificado no esquema abaixo:

Quadro 7 – Recorte metodológico



Fonte: (AUTORA, 2021).

Aprofundando o nosso olhar ao significado acional, considerando os gêneros como formas relativamente estáveis contidas na página em questão, entendemos que os relatos postados na página, e aqui analisados, estão estruturados em narrativas curtas, com traços da oralidade e alguns desvios gramaticais, geralmente iniciados por um enquadramento situacional que indica o local, o momento e as condições que perpassam a situação trabalhista narrada, marcando um olhar que aponta para o universo do gênero. Tais características dos relatos indicam aspectos do significado acional durante a análise.

Luiz Antônio Marcuschi (2002), em um dos seus trabalhos sobre gêneros textuais, atribui a expressão “gênero textual” aos textos que encontramos, em nosso cotidiano, materializados e que apresentam determinadas características sociocomunicativas. Tais características são “definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MASCUSCHI, 2002, p. 21). Além disso, o autor estabelece uma relação entre gêneros e tipos textuais, postulando que estes possuem um número limitado de apenas cinco categorias, sendo elas: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção, enquanto aqueles são inúmeros.

A proposição sobre tipos e gêneros textuais de Marcuschi (2002) é resumida por ele no quadro sinóptico abaixo:

Quadro 8 – Tipos e Gêneros textuais

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. constructos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas;	1. realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados e não são textos empíricos	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Fonte: MARCUSCHI (2002, p. 19).

Nesse sentido, o material analisado nesta dissertação configura-se como postagem que se dá, predominantemente, com o tipo textual narração, uma vez que contém algumas características básicas dessa tipologia textual, como: o fato de contar uma história, um problema, alguma situação complicadora e a resolução, bem como a presença de um narrador.

Dessa forma, os relatos, textos que contam uma história, no caso em questão, caracterizam-se como histórias que são contadas a partir de experiências pessoais. Faraco (2010) aponta que o gênero textual relato está diretamente ligado à necessidade ou desejo de contar experiências vividas, pois “toda vez que você conta um fato já ocorrido, organizando as ações e os eventos, por meio de algum critério previamente definido, está produzindo um relato” (FARACO, 2010, p. 202).

Os relatos podem ser descritos não só como pequenas histórias em narrativas, mas também como narrativas que carregam um teor de protesto e resistência a situações que ilustram a realidade da classe profissional doméstica no Brasil e retratam a desigualdade em uma sociedade brasileira excludente.

No que concerne às vozes discursivas, houve a predominância pelo uso da 1ª e 3ª pessoas do singular (EU/ELE), o que nos possibilitou identificar com mais precisão as características do significado identificacional. Além disso, os relatos em geral estão com “processos materiais, mentais e relacionais” (HALLIDAY, 1988 *apud* BIAVATI, 2001, p. 47) no passado destacando a condição de não ser mais empregada ou não estar mais trabalhando para a pessoa ou na casa onde o acontecimento, objeto de relato, se deu. Nessa perspectiva, os verbos que indicam tais processos parecem descrever sempre algo que se deu no passado, em geral já superado.

Vale lembrar aqui que as duas faces da análise de discurso, social e linguisticamente orientada, não podem ser separadas no trabalho analítico, pois o objetivo da análise é justamente mapear as conexões entre relações de poder e recursos linguísticos utilizados em textos. No capítulo 1, focalizamos brevemente os principais tipos de significados do discurso propostos em Fairclough (2003) – acional, representacional e identificacional – e discutimos algumas categorias analíticas da ACD segundo cada um dos tipos de significado, apresentando alguns exemplos que tornam mais claras as noções discutidas.

As próximas seções são destinadas aos três grupos de relatos em análise: Grupo 1: Vozes das trabalhadoras; Grupo 2: Vozes de familiares; Grupo 3: Vozes de observadores, as vozes que perpassam os relatos e, aqui, também dão nome às seções, estão diretamente ligadas ao significado representacional, ou seja, como os narradores dos relatos re(constroem) e textualizam as representações sociais das empregadas domésticas.

3.2.1 Análise dos relatos – Vozes das trabalhadoras

Segundo Fairclough (2006), o discurso parte de três principais modos como inserido nas práticas sociais, na relação entre textos e eventos, sendo elas: como modo de agir, de representar e de ser. Dessa forma, as produtoras dos relatos do Grupo 1 (relatos escritos pelas empregadas e ex-empregadas domésticas) narraram sobre ações que elas exercem no cotidiano, de maneira clara, em linguagem simples e com marcas de oralidade.

O Relato 1 (L.A) e Relato 2 (M.G) apresentam duas características em comum, que consideramos temáticas marcantes para a trabalhadora, a posição social marcada pela comida, situação em que as empregadas são privadas de determinados alimentos; e a superação dos momentos de humilhação enquanto empregada doméstica.

Relato 1 – L.A (iniciais fictícias)

Por 7 anos fui babá de duas crianças, um menino e uma menina. O que mais me chocava não era o tratamento a mim reservado, mas às outras empregadas da casa. Por ser babá, eu podia entrar nos quartos, sentar no sofá, ficar de sapato na casa, o que as outras nunca puderam. Era como se eu fosse superior, a distinção era horrível, e eu era odiada pelas outras! Lembro que um dia da semana era peixe, ‘filé de St Peter’, que não era um peixe muito barato na época.. a patroa comprava os filés, e só comia peixe, fazia as crianças repetirem pra não deixar sobrar e pra nós os empregados só sobrava arroz e feijão, e ela dizia “elas entendem, é um peixe caro, elas nem vão saber apreciar“. Mesmo assim era muito apegada às crianças, amava muito elas.. o que me fez levar um choque de realidade foi um dia em uma festa de aniversário, eu me lembro feito hoje, estava comendo uma quiche de espinafre.. a menina de 3 aninhos me pediu um pedaço, mas o garçom estava longe.. quebrei um pedacinho e dei pra ela! Só vi a patroa vindo feito um raio, furiosa, dar um tapa na mão da criança e me puxar pro canto e falar “nunca mais faz isso! Ñ dê a msm comida que vc tá levando à boca pra minha filha, ñ sei quais bichinhos vc tem que pode pegar nela!! Imagina minhas amigas vendo minha bebê comendo restos da babá!!“ “Bichinhos!! “Bichinhos”!!! Gente, fiquei humilhada, indignada, lagrimas presas fizeram minha garganta doer.. queria largar tudo e ir embora.. mas aos 19, sem pai ou mãe e o mundo todo me fechando as portas eu achava que era tudo o que me restava.. fiquei mais 2 anos, comecei a fazer facu, passei num concurso público e falo: aquele tempo deixou marcas na minha alma, às vezes tenho esse pensamento e logo peço perdão a Deus, mas volto e meia ele retorna: se um dia tudo der errado, e eu tiver que virar doméstica de novo, EU ME MATO!! Por favor, não me julguem. #EuEmpregadaDoméstica

O relato da ex-empregada doméstica é perpassado por algumas características e especificidades, possuindo, de um modo geral, momento feliz + momento triste + superação + encerramento, o que chama atenção e promove a comoção do leitor. A narrativa passou pela descrição inicial da situação de trabalho, relatou dois episódios, o do peixe e o da criança, nos

quais ela apresenta como a comida é uma marca de posição social. Há comidas para os patrões e familiares e há a comida das empregadas, o que sugere um conjunto de ações de exclusão e separação, tendo, assim, a representação do grupo dos patrões *versus* empregados, a partir do que são, como são e o que comem.

Quadro 9 – Análise do Relato 1

É um peixe caro, elas nem vão saber apreciar	Divisão de classe; Poder aquisitivo (Acesso a quem pode comprar)
Não sei quais bichinhos você tem: significado representacional, perspectivando a empregada	Associação entre pobreza, sujeira, doença; Perigo de contaminação biológica e social.
Imagina minhas amigas vendo minha bebê comendo restos da babá	Diminuição de status e classe em relação à empregada.
bichinhos, bichinhos	Diminuição do outro pela animalização. Eufemismo de mau gosto, tentando mitigar a pressuposição de sujeira da empregada.

Fonte: (AUTORA, 2021).

Ainda que haja o emprego do diminutivo denominando “bichinhos” (que a princípio seria uma maneira delicada para referir-se aos micróbios que a empregada possui), os dizeres carregam a relação com sujeira como sendo uma parte que constitui os empregados. O alimento é marca de exclusão, a comida dos patrões é sofisticada, precisa ser apreciada, e, a partir do momento que é direcionada à empregada, o básico é mais que o necessário e ela se torna suja, com “bichinhos”, termo utilizado e que reflete a condição biológica da babá e, também, uma diferença biológica que a patroa acredita que há entre ambas. Esse conjunto de contingências reflete as condições históricas de desigualdade enquanto são reproduzidas.

Relato 2 – M.G (iniciais fictícias)

Quando eu estava com 16 anos era baba de 3 meninos filhos de doutores. um dia os meninos queriam coca cola eu servi e coloquei um copo pra mim. O pai deles entrou na cozinha e me proibiu de beber isso na frente dos meninos. ele jogou a minha bebida na pia. Sabem o que fiz esperei acabar o que eles tinhamna dispensa Fui ao mercado e comprei um grande refri pra mim. tive a sorte de no mesmo dia o doutor veio ate a cozinha e foi direto na minha coca cola. eu sem medo lhe disse. essa coca cola e minha por favor nao pegue. ele me olhou e largou o copo. e ainda eu falei isso e pro senhor ver como tmb posso comprar. fim da historia ele comecou a tratar melhor eu e a outra empregada ainda trabalhei muito la. #EuEmpregadaDoméstica

A posição que opõe empregada e patrão também se coloca no relato acima, que apresenta, em um primeiro momento, um enquadramento de situação problema: “Quando eu estava com 16 anos era babá de 3 meninos filhos de doutores. Um dia os meninos queriam cocacola eu servi e coloquei um copo pra mim”. Além disso, podemos verificar algumas marcas que nos possibilitam identificar que o “eu”, no lugar social de empregada, que escreve o relato, possui pouca escolarização, uma vez que no relato se coloca no uso não padrão da Língua Portuguesa. Reflete o significado identificacional, que aponta também, por um lado, para uma escrita descompromissada dadas as condições de escrita em rede social que não obrigam o uso formal da língua, por outro lado mais preocupada em relatar o conflito com os patrões, representado no contato com o refrigerante.

No trecho “me proibiu (...)” acima, percebemos uma posição de autoritarismo, mesquinhez e desrespeito para com a empregada em posição de narradora. A atitude do patrão de proibir a empregada de tomar um copo de Coca-Cola descreve o modo como a alimentação diferenciada dos patrões e empregada gera marcas de exclusão, poder e dominação de uma determinada classe em relação a outra, o que, pelo olhar dos estudos de Giddens (2003), nos traz um exemplo de coerção.

Como posto anteriormente, nos dizeres de Giddens (2003), a coerção configura-se como formas de poder assimétrico, nas quais são aplicadas sanções normativas contra aqueles cuja a conduta é condenada, ou desaprovada, por outros. Dessa forma, a partir da teoria da estruturação, Giddens (2003) postula que a ação acontece em detrimento das influências causais do corpo que perpassam a relação com o mundo material. Nesse sentido, os seres humanos se envolvem em determinadas ações materiais devido a uma seleção da estrutura. Outro ponto a ser destacado é a estrutura narrativa já citada no Relato 1 e que, neste, apresenta mudançada situação anterior. A proibição é invertida, gerando conflito, pois a empregada compra um refrigerante só para ela e quando o patrão vai tomar, ela o proíbe dizendo que aquele produto é seu e que ela também pode comprar. A empregada, através da expressão “também posso comprar”, busca o respeito através do empoderamento e da humanização de si. Nesse momento, há um conflito de posições: o fraco frente ao forte, com limites, em outras palavras, independentemente da posição dela na relação trabalhista, ele tem que manter o respeito.

Desse modo, retomamos alguns aspectos da constituição da sociedade que implicam um conjunto de possibilidades sobre as quais o ator social precisa atuar. Tal visão coaduna-se como a concepção de ator social, segundo Fairclough (2001), aquele que possui o ponto chave para a mudança social, ou seja, a quem é dado o direito de escolher entre alternativas, pode intervir e transformar a possibilidade em acontecimento. Assim acontece a dialética social.

Relato 3 – Relato D.U (iniciais fictícias)

Bom trabalhei em uma casa onde tinham outras 2 funcionárias uma cozinheira e outra que trabalhava com a nora da minha patroa a cozinha era no andar de baixo onde todos almoçavam mas em cada apartamento na parte de cima tb tinha cozinha e tinha um barracão “garagem” é neste barracão um bebedouro com um

Copo imundo que nunca era lavado,

Um certo dia ela me questionou a outra funcionária perguntou se vc não bebe água porque ela não vê você descendo para beber!

Eu oiii eu tenho que descer para beber água lá?

Não mas você bebe água onde?

Aqui mesmo ela me olhou estranho e perguntou onde eu disse eu tenho o meu copo que fica aqui e mostrei a ela ele ficava no meio dos produtos de limpeza. Eu fiquei muito chocada ao ver que eles sentem um certo nojo de nos funcionários.

E não foi só isso trabalhei durante um mês e resolvi não voltar era muito humilhante ela me procurou por um

Chat de uma rede social e perguntou o porque eu sai respondi,e logo ela me falou a fulana me disse que você reclama da comida eu disse que sim nos almoçávamos depois deles é nunca sobrava carne nada direito às vezes tinha que esquentar comidas de outros dias ela me disse que eu não deveria reclamar por estar comendo pouco afinal eu estava Gorda ... Eu não respondi mas logo ela me excluiu e bloqueou.

Nunca mais quis trabalhar de doméstica. #Euempregadadoméstica

O relato acima começa com o tom informal típico de oralidade, através da palavra “bom”, marca que remete ao significado identificacional, evocando algo próximo a uma conversa informal. Nesse ponto, os significados acional e identificacional se entrelaçam para compor os sentidos que simulam certa proximidade com o leitor. Após estabelecer a relação de aproximação do leitor, o narrador apresenta um enquadramento sobre a situação de trabalho da empregada e também a descrição do ambiente (casa) onde a empregada trabalhava. Tal fator é primordial, pois no decorrer do excerto, a empregada relata a demarcação de local, o território onde as empregadas deveriam ir para tomar água: uma garagem com um bebedouro sujo, com um copo que era de uso comunitário das funcionárias e que raramente era lavado ou higienizado. Essa descrição, no estilo de uma narrativa informal, demonstra mais uma vez, pelo significado identificacional, o sistema de exclusão, dessa vez por território, padrão *versus* empregado.

Assim como no Relato 1, é reafirmado o sistema de relações desiguais por classe social e a higiene, uma vez que a empregada, por desempenhar a função de empregada doméstica, não deveria tomar água e se alimentar no mesmo local que os patrões, pois na visão deles, a empregada poderia trazer um risco de contaminação biológica para os patrões, que não eram da mesma classe social da empregada, reafirmando a condição de exclusão e separação entre patrões e empregada, identidades postas à mostra pelo relato.

Outra característica marcante do relato acima é a presença de verbos que estão ligados aos processos materiais de apresentação dos eventos ou processos do fazer, ou predicados de ação. Biavati (2001), ao retomar os trabalhos de Halliday (1988. p. 103), aponta que esses processos estão baseados na observação de participantes particulares: um ator e uma meta. Esta se refere ao processo a que se digere, ou seja, o que “sofre a ação, aquele se refere ao que executa a ação” (BIAVATI, 2001, p.47), desse modo no relato em questão empregada e patroa assumem as posições de ator e meta, posição que, por vezes, é alterada de acordo com o acontecimento que é narrado. Ainda segundo Biavati (*Ibidem*), os processos materiais são representados de acordo com o verbo, podendo ser na forma transitiva ou intransitiva e também na voz passiva ou ativa. O que, como afirma Biavati (2001, p. 47), “depende da direção e da ênfase a ser dada ao processo”.

Dessa forma, no relato, os processos materiais contribuem para o desenrolar da narrativa, demarcando as ações da empregada e também da patroa. Esses processos são demarcados pelos verbos usados no relato pela ex- empregada: trabalhei, resolvi, trabalhava; e os processos usados no relato em ações da ex-patroa pela ex-empregada: questionou, perguntou, fiquei, excluiu e bloqueou.

Observamos o trecho que destaca o olhar do patrão pela ex-empregada, que relata o acontecimento após a demissão, “e logo ela me falou a fulana me disse que você reclama da comida eu disse que sim nos almoçávamos depois deles é nunca sobrava carne nada direito às vezes tinha que esquentar comidas de outros dias ela me disse que eu não deveria reclamar por estar comendo pouco afinal eu estava ‘Gorda’”, a temática do alimento é mais uma vez marcante nos relatos. A mistura de diálogos remete a um estilo próximo da linguagem casual representada na escrita, em que não se destacam sinais gráficos da mudança de interlocutores.

Nesse caso, enfatiza-se uma representação atribuída ao patrão pela voz do empregado, conforme o relato. Pelo significado representacional, compreendemos que há a identidade de patrão que humilha, atribuindo à ex-empregada uma forma estética pouco aceita, pois, após a empregada sair do trabalho e ser questionada do porquê saiu, ela aponta a questão da alimentação que, além de ser regra para as funcionárias, também precisavam se alimentar de restos de outros dias. Em resposta, a patroa levanta a questão da forma física da empregada, chamando-a, em tom pejorativo, como um xingamento, de “gorda”. Em um estilo que mistura as vozes do patrão e da ex-empregada, a narradora constrói um significado que a representa de forma discriminatória, já que ser gordo é tornar-se não aceita, portanto, passível de exclusão das relações com a ex-patroa. Nessa direção, descreve-se que a ex-empregada, pelo significado identificacional, coloca-se no lugar da patroa, contando o ponto de vista da patroa e a

justificativa para ela ter sido excluída da rede social, ainda que não aprove tal atitude.

Outro ponto que merece destaque no Relato 3 é o fato de o narrador apresentar juízo de valor, que, com o significado identificacional, estabelece pontos de perspectiva por meio dos quais cria o ponto de vista sobre a empregada.

Relato 4 – H.O.E.(iniciais fictícias)

Oi, tudo bem?

Vi sua página no Facebook achei linda e digna sua iniciativa, finalmente vamos ter voz e pensei em compartilhar meu relato aqui mesmo que anonimamente (por favor, não quero ser identificada). Bom por onde eu começo, tenho 28 anos e trabalho em casa de família desde os 19 anos, fui mãe aos 17 e pra sustentar meu filho aceitei a primeira oferta de emprego que me apareceu, afinal ninguém queria contratar alguém sem experiência. Logo na primeira casa que trabalhei fui vítima de assédio por parte do patrão, eu dormia lá e em uma das noites ele tentou entrar a força em meu quarto pedi demissão no dia seguinte e nunca falei o motivo. Passei por outras residências até chegar na casa de uma Madame, ouvia chigamentos, ameaças, assédio moral na cara dura, ela foi capaz de descontar 1kg de arroz do meu salário porque infelizmente ao fazer o almoço deixei queimar, tenho crises de ansiedade desde dessa época, até que fui parar numa casa onde fui muito bemtratada minha ex chefe, como ela gostava de ser tratada, não queria que eu usasse uniformes em festas, na verdade ela sempre contratava pessoas pra isso eu era mais uma convidada, foi a primeira a me incentivar a voltar aos estudos pensando nisso fiz alguns cursos e fui atrás de outras oportunidades, gastei a sola da sapatilha (e ainda gasto) batendo em porta de agências procurando um emprego quando finalmente consegui uma entrevista mais aí vem um tapana minha cara, a selecionadora ao ver minha carteira de trabalho foi bem direta, chegando a ser grosseira, vou usar as palavras

Que ela usou: “Sua carteira só tem registro de doméstica? Olha infelizmente não posso ajudar você, como vou te enviar pra uma entrevista com a carteira suja desse jeito? No momento em que você deixou assinar você rebaixou sua carteira, não posso fazer nada por você”

Fiquei com essas palavras ecoando na minha mente, fui vítima de preconceito, fui isso mesmo? Como se alguém que já trabalhou faxinando casas de madames por aí não tivesse competência pra fazer outra coisa!!! Agora estou em trabalhar e sinceramente, não vou desistir dos meus objetivos, não depois de tudo o que passei. #Euesmpregadadoméstica

O Relato 4, em um estilo mais ou menos informal, começa com o agradecimento da empregada à criadora da *fanpage*, pois a empregada vê na página uma grande oportunidade de narrar as suas experiências, enquanto trabalhadora doméstica. Após os agradecimentos, a empregada apresenta um enquadramento sobre a situação pessoal que a levou a trabalhar como doméstica aos 17 anos. A narrativa desse relato, assim como o Relato 3, apresenta processos materiais, através dos verbos: aceitou, assediou, dormiu, demitiu, ouviu, descontou, incentivou, procurou, conseguiu, humilhou, os quais ajudam na construção da narrativa, destacando as ações atribuídas ora à empregada, ora aos patrões, ora a “selecionadora” que atua no processo de seleção de funcionários.

Em um relato que traça uma linha do tempo com experiências em trabalhos domésticos, a primeira situação relatada pela trabalhadora apresenta um caso de assédio sexual sofrido no primeiro emprego, praticado pelo patrão.

Depois, a empregada cita uma situação vivida na casa de uma patroa nomeada pela empregada como “madame”, ou seja, há uma representação, cuja nomeação incide recorrentemente à mulher rica, casada, que não precisa trabalhar e vive apenas para seus “mimos”. Essa representação de patroa demonstra ações que estabelecem relações desiguais de poder, mas também apresenta os conflitos de classes sociais que se imbricam aos discursos que perpassam o relato. Considerando as práticas sociais, como aponta Fairclough (2001), há o estreitamento entre os discursos e suas relações com as estruturas sociais, o que possibilita a reflexão sobre as relações de poder existentes no discurso, linguagem que cria e manifesta a prática social.

O relato da a experiência trabalhista na casa da patroa evoca o significado representacional, quando os processos presentes através dos verbos de ação se dão atribuídos ao comportamento abusivo da patroa no trecho “ouvia chigamentos, ameaças, assédio moral na cara dura, ela foi capaz de descontar 1kg de arroz do meu salário porque infelizmente ao fazer o almoço deixei queimar”. Esses dizeres rememoram situações que ela vivenciou envolvendo assédio moral, ameaças e xingamentos, fatos que se reverberam até hoje e que estão diretamente ligados aos problemas de saúde emocional relatados pela empregada, por meio dos dizeres “tenho crises de ansiedade desde dessa época”.

A terceira experiência trabalhista narrada pela empregada é a positiva, descrita por ela partir dos seguintes dizeres: “até que fui parar numa casa onde fui muito bem tratada minha ex chefe”. Nesse ponto, ela representa a patroa como “ex-chefe”. E por meio do significado representacional, relata ações que confirmam a visão positiva sobre a sua antiga patroa, em “(...) como ela gostava de ser tratada, não queria que eu usasse uniformes em festas, na verdade ela sempre contratava pessoas pra isso eu era mais uma convidada”. Nesse ponto, a rede de ações como o “não usar uniforme em festas” indica certa igualdade de condições patroa empregada. Essa diminuição das desigualdades é demonstrada pelos dizeres “(...) foi a primeira a me incentivara voltar aos estudos e pensando nisso fiz alguns cursos e fui atrás de outras oportunidades”.

Nesse caso, a nomeação da patroa pela empregada apresenta indícios da relação estabelecida entre elas. A patroa aqui é nomeada como chefe, termo comumente usado no âmbito administrativo e corporativo de empresas e não tão usado no âmbito no trabalho doméstico. Outro fator que merece destaque nessa relação trabalhista é o fato de a patroa

incentivar a empregada doméstica a estudar e buscar novas e melhores oportunidades de emprego, o que parece contrariar a tendência da *fanpage*, que, de maneira geral, traz relatos negativos acerca da vivência das empregadas. Em um significado identificacional que se constitui pelas experiências narradas em um estilo informal, a última experiência descrita pela empregada está relacionada à procura de novas oportunidades trabalhistas, para que deixasse de trabalhar como empregada doméstica. Nesse ponto, chama atenção a busca por qualificação que a distancie da prática do trabalho doméstico. Chama atenção, também, a situação trazida pela relatante, que narra o estigma de ser ex-empregada doméstica como uma marca de exclusão social. Desse modo, nas palavras da “selecionadora de empregos” a ex-empregada doméstica “rebaixou” a sua carteira de registro trabalhista, quando o registro de trabalho doméstico foi feito ali. Assim, o registro atuou como uma marca de não merecer pertencer a uma outra classe trabalhista considerada “melhor”, pois o trabalho doméstico é “rebaixado”, “suja [a] carteira” de trabalho.

Essa representação de que o trabalho doméstico é menor, desvalorizado e “suja carteiras” tende a reproduzir as sanções sofridas por quem desempenha as funções domésticas, contribuindo para a manutenção da desigualdade social de que uma empregada é pobre, tem um serviço que não é digno de respeito, trazendo uma exclusão que tende a ser perpetuada. Posto isso, identificamos uma forma de coerção feita pela “selecionadora” e nos referimos a Giddens (2003) e a o que ele postula sobre as formas de coerção na sociedade. Para o sociólogo, “os aspectos coercivos do poder são experimentados como sanções de vários tipos, indo desde a aplicação direta da força ou da violência, ou a ameaça disso, até a expressão moderada de desaprovação” (GIDDENS, 2003, p. 206).

Nessa perspectiva, a ex-empregada doméstica que sonha e batalha por uma melhor oportunidade de emprego é coercivamente reprimida pela ação da “selecionadora” que, conforme o relato narrado, julga a profissão de doméstica como uma profissão “rebaixada”, que uma vez exercida impede que a trabalhadora tenha novas oportunidades de emprego por ter a carteira “suja”. A força dessa perspectivação carrega as relações desiguais de poder sustentadas pelo significado representacional de que o trabalho doméstico é “sujo”, indigno. Resvala a ideia de que é impossível que alguém que tenha “carteira suja” consiga adentrar o lugar que historicamente não lhe pertence (ou seja, superar a desigualdade), e será sempre inibido por alguém que detém determinado poder, seja político, seja econômico-social, seja discursivo.

Relato 5 – Relato M. P (iniciais fictícias)
Nao me identifique por favor ainda trabalho lá infelizmente
Eu farei 3 anos dia 21 fevereiro trabalhando como cuidadora
Porém comece trabalhando de segunda a sexta
Por 10 meses e isso fazendo limpeza manter ordem da casa depois passarampra
segunda quarta e sexta e sábado
Agora estou segunda quarta e sexta e a 3 anos ganhando mesma diária de 80.00
reais já desisti de pedir aumento a desculpa eh mesma q tá difícil e tal e emprego
tá difícil a gente faz o que? Abaixa cabeça e vai trabalhar morta pordentro de
esperança
De melhorias financeira não tenho ferias remuneradas
Não tenho 13° nem carteira assinada pq patrão diz q sou diarista fora que patroa
pertuba tempo todo pelp whats falando de cardapio do dia manda wgatsdomingo
sabado a hora que for e eu estou sem forças pra lutar estou compartilhando pra
por pra fora mesmo se Deus quiser vou arrumar algo melhor ainda esse ano pq
estou indo trabalhar arrastada sem vontade sem forças
#EuEmpregadaDoméstica

O relato 5 começa, *a priori*, com um pedido de anonimato à criadora da *fanpage*, com a justificativa de que a trabalhadora ainda é doméstica na casa sobre a qual ela relata. Posteriormente, a empregada apresenta o enquadramento sobre a sua situação trabalhista: tempo e tarefas que são executadas durante a jornada de trabalho. Assim como nos outros relatos, os processos materiais (limpou, recebeu, pediu) demarcam as ações feitas tanto pela empregada doméstica quanto pela patroa, bem como a progressão narrativa.

Durante todo o relato, a empregada narra como seus direitos trabalhistas são violados: Ela trabalha de segunda a sexta e os patrões a consideram diarista, no entanto, segundo a Lei 150 de 2015,

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana [...]

Além disso, a empregada não possui registro na Carteira de Trabalho e não recebe dois direitos básicos da trabalhadora doméstica: 13º salário e férias. Essa representação do patrão que explora, não respeitando os direitos trabalhistas da empregada, conforme seu relato, atesta o desânimo em “desisti de pedir aumento” e “estou sem forças para lutar”, além de “estou compartilhando pra por pra fora mesmo”. Além disso, a exploração se dá por ações da patroa que sempre traz recomendações pelo *WhatsApp*, mesmo fora do horário de trabalho. O gênero relato traz certa esperança ao final, e pelo significado acional, com a caracterização da narrativa, coloca a expectativa de superação do problema com “estou compartilhando pra por pra fora mesmo se Deus quiser vou arrumar algo melhor ainda esse ano”.

Relato 6 – T.M (iniciais fictícias)

Fui empregada doméstica desde os 11 anos de idade.

Aos 14 comecei a trabalhar na casa de um casal. Ele médico, ela advogada.

Uma vez estava limpando a estante repleta de livros e comecei a admirar a coleção de livros médicos que estavam ali. Ele se aproximou e perguntou se eu gostava, falei que sim, que meu sonho era ser médica como ele um dia. Ele riu e me falou que eu teria que largar a faxina e fazer muito programa pra conseguir ser pelo menos técnica em enfermagem.

Naquele dia quando cheguei em casa chorei até soluçar.

Esse ano passei pra medicina, numa federal, mas não pude ir por não ter dinheiro pra viagem.

Quando isso aconteceu aquilo que ouvi, que já tinha esquecido, voltou arrebatando o meu peito. Chorei com dor em dobro.

Não desisti do meu sonho e não vai ser por pessoas como ele que vou desistir.

#EuEmpregadaDoméstica

O relato 6 começa com a empregada doméstica relatando que o seu primeiro trabalho na função foi na infância, aos 11 anos de idade. Vale aqui ressaltar que o trabalho infantil é proibido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988,

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1988).

Após o relato de seu primeiro trabalho, a doméstica começa o enquadramento da situação que é narrada na sequência do relato. Ao situar o seu problema, a empregada narra quantos anos tinha quando começou a trabalhar na casa em que ocorreu a situação relatada. O sistema de exclusão patrão e empregado já se articula quando a empregada enfatiza a profissão dos patrões: “ele médico, ela advogada”, o que demarca o abismo das desigualdades entre as profissões dos patrões e sua condição de empregada, justamente porque as profissões de advogada e médico, em geral, se ligam à elite brasileira.

A empregada, admirada com a quantidade de livros médicos presentes na estante, comenta com o patrão o sonho de se formar em medicina e, assim como ele, tornar-se médica. Nesse exato momento, o patrão não apenas desrespeita os sonhos e desejos da empregada, como também estabelece desprezo à profissão de doméstica, comparando sua profissão à da profissional do sexo em “ele riu e me falou que eu teria de largar a faxina e fazer muito programa para conseguir pelo menos técnica em enfermagem”.

Além de tomar a “faxina” como impossibilidade para conseguir qualquer ascensão social, infere-se que o patrão acaba por reafirmar que, para ele, as duas profissões que são

extremamente estigmatizadas e desvalorizadas na sociedade, sendo a de doméstica ainda mais desprezada e desvalorizada na visão e nos dizeres no patrão, pois, segundo ele, a empregada “teria que largar a faxina e fazer muito programa pra conseguir ser pelo menos técnica em enfermagem”. Tal fala, de um ponto de vista representacional, toma o ator social da empregada doméstica como a excluída de um lugar social que, na visão do ator social patrão, jamais será ocupado por ela: uma profissão de elite no Brasil. Desse modo, com a representação construída pelo médico, qualquer situação torna a faxina um lugar social impossível de construir qualquer esperança de tornar-se médica, ou de obter mudança de classe social.

O significado acional se projeta na ação social, com o relato em narrativa que o problema não é superado. No final da narrativa, a empregada relata a última situação vivenciada por ela, em que a jovem foi sim aprovada em uma Universidade Federal para cursar Medicina, mas em detrimento de sua condição financeira, não pôde realizar seu sonho, reforçando o desalento trazido pelo abismo social em que, mais uma vez, a falta de dinheiro reforçou o problema.

Relato 7 – Relato J. (iniciais fictícias)

Tudo bem Meu nome é J. tenho 26 anos sou empregada doméstica Estou atualmente trabalhando a quase um ano meu trabalho é um pouco sufocante exigências demais a maioria das empregadas Não Param lá ninguém para lá e muito trabalho mas como tenho dois filhos suporte tudo bom vou contar os meus relatos minha patroa às vezes me leva para limpar casa de parentes ela tem uma loja Me leva também às vezes tem uma roça e Me leva também para limpar lá já até dormir lá para ela sem me dar nada a mais no meu salário até aí tudo bem o que me irrita é que quando eu preciso para uma reunião na escola etc ela quer que eu descontos horários depois do expediente eu trabalho das 8 horas às 4 horas faço quase de tudo lá passo cozinheiro a única coisa que não faço é lavar roupa então estou devendo para ela quatro dias de trabalho porque levei meus filhos no médico e não quis pegar atestado acho isso muito humilhante não acho justo o que ela vai fazer ela quer descontar das minhas férias os dias que estou devendo acho injusto porque eu sei que não posso trabalhar fora de lá porque eu trabalho é na casa dela não sei o que faço parece que já tô até com depressão de tão ruim que meu serviço ela é muito sem educação nossa me humilha demais. obrigada #EuEmpregadaDoméstica

Relato 8 – (Relato enviado por M.P.Gonçalves)

“Quando a patroa saía o patrão ficava andando de cueca pela casa. E ficava se tocando e olhando pra mim, dizendo que eu tinha mô cara de vagabundinha mulher de bandido”. #EuEmpregadaDoméstica

Os relatos 7 e 8 trazem abusos das patroas, sendo o 7 abusos moral e material e o 8 de caráter sexual. O relato 7 começa com a identificação da narradora através de uma inicial, idade e profissão. Posteriormente, há o enquadramento da situação trabalhista, que será narrada, através dos dizeres “Estou atualmente trabalhando a quase um ano meu trabalho é um pouco

sufocante exigências demais”. As condições trabalhistas narradas pela empregada configuram-se em um amontoado de atividades que ela precisa cumprir, com uma carga de trabalho excedente e também com violação das leis no âmbito do trabalho doméstico. Além disso, a trabalhadora avalia o serviço como sufocante/ruim e afirma que suporta o trabalho, que a patroa a irrita e que determinadas situações que vivencia são injustas, o que está diretamente ligado, por meio dos processos mentais, aos sentimentos das empregadas em relação ao trabalho.

Já o relato 8 apresenta uma narrativa curta que é narrada apenas em um único acontecimento. Inicia-se com um curto enquadramento situacional “Quando a patroa saía o patrão ficava andando de cueca pela casa”. Logo após esse enquadramento, a empregada narra as ações do patrão : “E ficava se tocando e olhando pra mim, dizendo que eu tinha mô cara de vagabundinha mulher de bandido”.

A representação da empregada como “vagabundinha mulher de bandido”, segundo Oliveira (2008), está diretamente ligada ao fato de as empregadas domésticas, negras ou não, serem perpassadas pela herança escravocrata de servidão sexual, uma vez que as negras, no período da escravidão, eram vistas e tratadas como objeto de prazer sexual. Dessa maneira, como as escravizadas domésticas viviam mais próximas aos seus senhores, elas eram ainda mais expostas ao tratamento como objeto de prazer e, por isso, até os dias de hoje, são comumente associadas à “mulher de bandido” e sedução de maridos brancos.

3.2.2 Análise dos relatos – Vozes dos familiares

Os relatos 9 ao 16 estão agrupados no GRUPO 2, ou seja, em um grupo cujos relatos são escritos por familiares das empregadas domésticas. Vale ressaltar aqui que, na busca por estes relatos, encontramos uma característica comum a todos: são relatos escritos pelas filhas das empregadas domésticas.

Relato 9 – (B). (iniciais fictícias)

Minha mãe tem PAVOR de comemorar aniversário, principalmente o dela. Aos 11 anos de idade, prestes a fazer 12 anos, ela trabalhava numa casa e tinha os fim de semana de folga para ir ficar com a família. Morava no emprego. Minha mãe, por coincidência, fazia aniversário na mesma semana da filha da patroa. Tinha em mente estar junto da família no fim de semana de seu aniversário. Mas a patroa lhe prometeu e convenceu meus avós a deixarem ela ficar no fim de semana. Ficando, seria realizado uma festa de aniversário duplo: De minha mãe e da filha da patroa. Minha mãe acabou ficando. Nuncatinha tido sequer um singelo bolo de aniversário. Ela participou dos preparativos, ajudando na cozinha, limpeza e inclusive servindo os

convidados. Para ela não importava, só queria ter um “Parabéns pra você” e assoprar velinhas. Mas na hora do parabéns, foi trancada no quarto do departamento de empregada, pois, segundo sua patroa “não se canta parabéns para empregada”. Foi tudo uma jogada. Foi-se um sonho de criança. Ficou um trauma. Somos em 4 filhos e nunca tivemos aniversário em casa, mesmo com pai confeitiro, pois minha mãe tem PAVOR de festa de aniversário. #EuEmpregadaDoméstica

Neste texto, apresenta-se o significado identificacional, quando o narrador instiga a curiosidade com a narrativa, destacando as sensações diante do aniversário como PAVOR (digitado em maiúscula) da mãe com essas datas. A representação das emoções acontece não só pelo significante, mas a partir do relato que traz a marcação em caixa alta do uso “pavor” e aponta para isso textualmente, no momento da escrita.

O narrador, no posto de filha da empregada, toma a posição de julgamento a partir da possível demarcação da patroa e da crença referendada por ela, de assimetrias nas posições sociais, com – Não se canta parabéns para empregada - : o significado ideacional indica a dupla marcação de desumanização. Trancar alguém é animalesco – como colocar alguém em uma gaiola, impedindo a liberdade, típica de seres humanos, salvo quando escravizados. Depois disso, a diminuição social a nível de não se ter direito nem a um ritual social tão comum.

Na ótica do narrador, há um julgamento no olhar da patroa, “Parabéns é para quem tem status para merecer. Imagine um superior parabenizar um inferior”. A jogada diz respeito ao significado do estado de coisas em que os sonhos dos favorecidos são diferentes dos sonhos de criança da mãe, a empregada representada na narrativa.

Relata-se uma situação que já sabemos que será negativa, de decepção, de uma pessoa que é humilde e “inocente”, pois acredita na patroa. Nada mais humano do que passar o aniversário com a própria família. Essa impossibilidade demonstra a sua fragilidade dentro da estrutura e da relação de poder com os patrões. Na esfera do significado identificacional, podemos perceber que o narrador apresenta a mãe, que no caso é a menina empregada doméstica, através de sua relação traumática com aniversário devido a experiência negativa que será narrada no decorrer do relato; ou seja, o narrador demonstra o trauma como modo de identificar a identidade da mãe em relação ao trabalho doméstico.

Relato 10 – L.D(iniciais fictícias)

Minha mãe era uma criança quando começou a trabalhar, tinha 12 anos, parou de estudar para ajudar a família, ela até tentou conciliar a vida de trabalho e de estudante mas não deu.

Seus pais e irmãos mal tinham o que comer, carne raramente.

Minha mãe perdeu a conta de quantas vezes foi assediada no trabalho, isso acontecia desde de que ela era criança, uma casa em que ela trabalhou tinha

que morar lá, ela passava o dia todo limpando a casa para ganhar uns 100 reais por mês, deveria ter cerca de 13-14 anos.

E enquanto ela fazia o serviço o marido da chefe ficava lá no sofá vendo ela, e ela tinha que esperar ele sair pois ela dormia no sofá, um dia ela estava dormindo e acordou com o marido da patroa em cima dela, ainda bem ela foi embora da casa.

ela trabalhou numa casa onde tinha que trabalhar sem comer nada, uma vez minha mãe não aguentou e comeu um pouco de hellmanns puro sem nada junto. Seu primeiro emprego com carteira só ocorreu com 22 anos, foi também o primeiro salario que ela não ganhava uma miséria, antes ela ganhava um 100-300 dai ela passou a gangar um 1000 era pouco mas já era melhor.

Só que depois de um tempo trabalhando lá ela ficou amiga de todo mundo lá inclusive do marido da sua chefe, a chefe com ciúmes já ficou de olhou em tudo que ela fazia para qualquer coisinha demitir ela, e isso ocorreu, um homem que bebia muito no local onde minha mãe trabalhava(ela era copeira)ficava assediando as mulheres de lá ,a minha mãe tava no horário de almoço e ele viu ela, foi lá chegou perto dela colocou as duas mãos na COXADELA e assediou ela, a minha mãe disse que não queria nada com ele e mandou ele embora, a chefe dela vendo isso já foi lá na hora e demitiu ela dando a justificativa que ela não deveria ter só mandado embora e sim dado um tapa nele, o que foi só uma desculpa pro ciúmes que a patroa sentia, certeza que se ela tivesse dado um tapa ela iria demitir mesmo assim falando que ela era muito violenta.

Minha mãe jurou que seus filhos nunca iriam ser empregados domésticos pois ninguém merece passar por tanta humilhação.

Mas minha mãe deu a volta, ela hoje não sofre mais por problemas financeiros, terminou a escola e ano que vem começa a faculdade para realizar o seu sonho de ser professora, tem 3 filhos, uma é dona de uma ótica, outro faz faculdade de direito, e tem eu que quero ser geneticista, mas ainda tenho só 12 anos, de uma cara de todo mundo que um dia duvidou que ela iria chegar a algum lugar, minha mãe é minha inspiração, amo ela mais d+. #Euempregadadoméstica

O relato 10, assim como outros relatos aqui já analisados, apresenta uma estrutura narrativa dividida em três momentos das práticas: enquadramento da situação; a situação problema e a superação da situação problema. O enquadramento da situação trabalhista, narrada pela filha da empregada, começa com a violação não apenas dos direitos trabalhistas conquistados a partir da implantação da Lei nº. 150 de 2015, mas também de um dos artigos da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho infantil, uma vez que a mãe da narradora começou a trabalhar como empregada doméstica aos 12 anos. Com o trabalho, a criança perdeu também um dos direitos básicos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): o direito à Educação.

Após o enquadramento situacional, no trecho “Minha mãe perdeu a conta de quantas vezes foi assediada no trabalho” a filha fala do assédio sofrido pela mãe. Desse modo, mais uma vez, o relato aponta que a herança escravocrata se faz presente na vida das empregadas domésticas ainda hoje. O que se dá através da construção social da figura da mulher negra associada à sensualização e à sexualização.

O trecho “um homem que bebia muito no local onde minha mãe trabalhava (ela era copeira) ficava assediando as mulheres de lá, à minha mãe tava no horário de almoço e ele viu ela, foi lá chegou perto dela colocou as duas mãos na COXA DELA e assediou ela” carrega aspectos que realçam o estilo, portanto, o significado identificacional, quando a narradora destaca a situação vivenciada pela mãe. A narradora problematiza as sensações diante do assédio sofrido pela mãe com indignação e destaca a parte do corpo da mulher que foi tocada sem a permissão desta: “COXA DELA”. Em “colocar a mão na coxa”, “coxa” é um elemento metonímico que realça o assédio como marca de um relacionamento abusivo patrão *versus* empregada.

A representação da indignação pelo ocorrido acontece a partir da marcação em caixa alta de “COXA DELA” que aponta, textualmente, as emoções que perpassam o relato no momento da escrita. Além disso, outra questão a ser destacada no relato sobre o assédio sofrido pela empregada é o fato da patroa observar a situação e demitir a empregada com a justificativa de que a empregada deveria ter agredido o patrão e não apenas ter dito que não queria. Justificativa esta que, segundo a narradora e filha da empregada, não foi o motivo real da demissão e, sim, o ciúme que a patroa sentia do patrão em relação à empregada. A questão que perpassa o ciúme citado pela narradora já foi aqui discutida em relatos anteriores e introduzido no início da análise deste relato. O ciúme ocorre porque a figura da empregada, que seduz o patrão, ainda é uma herança dos tempos da escravidão nos dias atuais, no que tange o trabalho doméstico no Brasil.

A representação de trabalhador explorado persiste quando a narradora aborda também o salário incompatível com a jornada de trabalho da mãe, apontando assim, a violação das Leis Trabalhistas referentes ao salário mínimo que deve ser pago ao trabalhador. Por fim, a narradora fala da superação vivida pela já ex-empregada doméstica, que hoje não exerce mais a profissão.

Relato 11 – S.R (iniciais fictícias)

Vou deixar o relato da minha tia.

Ela era doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com minha tia. Quando o pessoal da vizinhança começou a achar minha tia, a empregadinha, mais bonita que a filha da patroa, ela cortou o cabelo da minha tia a força, a proibiu de usar qualquer acessórios e começou a tratá-la com pronomes masculinos.

Tiveram meses que o pagamento foi feito com chinelas havaianas, porque sandálinhas também foram proibidas.

Ela não consegue falar o nome da patroa de tanta raiva, foi em Mauá - Sp, nos anos 90. #Euempregadadoméstica

O Relato 11 apresenta um diferencial em relação aos outros relatos do Grupo 2, ele não foi escrito e narrado pela filha da empregada, mas sim pela sobrinha. O relato inicia-se com o

enquadramento situacional que destaca o fato de a tia ser “doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com a minha tia”. Essa informação introduz a relação conflituosa estabelecida entre a empregada doméstica e a filha da patroa, no que tange os aspectos físicos e de beleza.

A empregada doméstica é nomeada de “empregadinha” pela vizinhança. A representação da empregada através da palavra “empregadinha” (empregada + sufixo “inha”) reforça o estereótipo da trabalhadora, uma vez que o sufixo “inha” na Língua Portuguesa está relacionado à flexão de grau diminutivo de uma palavra da classe dos substantivos. Esse uso do diminutivo denota a ideia de uso pejorativo do termo, ou faz referência ao sentido de que essa trabalhadora é “uma qualquer”, ou seja, a empregada foi ainda mais menosprezada e diminuída socialmente por meio da forma como foi nomeada. Dessa maneira, considerando as postulações de Fairclough (2001) sobre a visão de texto e de discurso, a nomeação da empregada não só constitui, como também naturaliza e mantém os significados de mundo das posições patroa/empregada doméstica a partir do reforço do sistema de conhecimento e de crenças de que as relações de poder são desiguais.

Relato 12 – M.M(iniciais fictícias)

Minha mãe é diarista, um dia ela chegou de uma faxina horrorizada com os filhos da patroa, ela me contou que tinha um menino de 19 anos e uma menina de 15, eles tinham uma empregada que morava lá com um filho de 9 anos. Minha mãe me disse que a empregada era quase careca, ela contou para minha mãe que a filha da patroa tinha dado um shampoo para ela, alegando que não tinha se dado com aquela marca, ela inocente usou o shampoo que acabou como cabelo dela. Advinha o que tinha dentro? Limpa alumínio, isso mesmo, ela teve que raspar a cabeça.

#EuEmpregadaDoméstica

O relato acima inicia-se com uma marca linguística comum a todos os relatos do Grupo2: o pronome possessivo “minha”, que, segundo o dicionário *on-line* de Língua Portuguesa (2021), “determina um substantivo (coisa ou pessoa) do gênero feminino que pertence à, é parte de, e está relacionado com a primeira pessoa do singular (eu)”. Através desse pronome, a narradora estabelece sua relação parental com a pessoa que presenciou a situação e que também trabalha em casas de família. A narradora atribui à mãe o sentimento de horror em relação ao que aconteceu com uma colega de trabalho. No caso narrado, a empregada doméstica sofre consequências duras por ser inocente e aceitar um presente da filha da patroa, uma adolescente de quinze anos, que coloca um produto de limpeza em uma embalagem de xampu e presenteia a doméstica. Após ela fazer o uso, teve que raspar o cabelo. No relato em questão, os processos materiais, expressos pelos verbos significativos: chegou, contou, disse, deu, usou, raspou, não

só indicam a ação de um alguém para outro alguém, mas também ajudam na progressão textual da narrativa.

Relato 13 – (Relato P.C) RJ (iniciais fictícias)

Gostaria de deixar registrado a experiência da minha mãe, que foi escrava doméstica. Sim, escrava doméstica e logo entenderão porque. Quando meu pai morreu, deixando minha mãe com 5 filhos pequenos para criar, ela foi indicada por uma amiga para trabalhar em uma casa. Nesta residência, ela trabalhou por cerca de 23 anos. Uma mansão que ela tinha que cuidar sozinha de domingo a domingo (sábados e domingos era dia de almoços com inúmeros convidados, que ela era obrigada a servir e ajudar a limpar a cozinha depois). Quando ela começou, a madame tinha passadeira, faxineira e cozinheira. Aospoucos, minha mãe foi assumindo todas as funções sem nenhuma acréscimo no salário - que era apenas de um salário mínimo. Nunca recebeu horas extras pelos fins de semana nem feriados que trabalhava, nem pelas horas em que ficava depois do horário. Folga apenas de quinze em quinze dias aos domingos. Não tinha Natal, Ano Novo, Dia das Mães, Páscoa, nem nada. Praticamente todos os dias do ano dedicados à madame e sua família. Sem falar nas diversas humilhações e na forma arrogante e desrespeitosa com quem minha mãe era sempre tratada.

O pior de tudo é que durante todos esses anos ela NUNCA teve sua carteira de trabalho assinada! E ainda pior: o marido da madame já foi, num governo aí, Ministro da Assistência e Previdência Social! Inclusive durante o período em que minha mãe atuou como sua escrava doméstica. Durante os últimos 12 anos em que trabalhou nesta casa, a madame não lhe deu concedeu nem lhe pagou as férias devidas. Doze anos de trabalho sem férias! Assim, sem mais nem menos, parou de pagar e conceder férias.

No seu último ano de vida, já muito doente, ela resolveu ouvir os filhos e buscar seus direitos. A madame se sentiu extremamente ofendida com essa atitude da minha mãe e se recusou, inicialmente, a pagar seus direitos. Somente com a ordem do marido, sim ele teve que mandar, minha mãe recebeu tudo o que tinha direito pelos mais de 20 anos de escravidão. Pena não ter tido tempo para aproveitar, já que faleceu logo depois.

É isso. Sinto muito por não ter tido, naquela época, condições de dar a minha mãe uma vida melhor nem convencê-la a sair daquela situação. Espero que essa página ajude, não apenas a demonstrar a realidade da vida das empregadas domésticas, mas também contribua para uma conscientização dessas trabalhadoras para que não aceitem de forma alguma as condições de escravidão que muitas madames ainda insistem em lhes impor.

#EuEmpregadaDoméstica

O Relato 13 inicia-se com a filha narrando as vivências da mãe enquanto trabalhadora doméstica: “Gostaria de deixar registrado a experiência da minha mãe, que foi escrava doméstica. Sim, escrava doméstica e logo entenderão porque”. A nomeação da trabalhadora como escrava doméstica faz referência à identidade a ela designada, com as condições de

Trabalho desfavorecidas, a qual é um ator social que foi privado de sua liberdade, vivendo assim, em função do trabalho todos os dias da semana, sem direitos trabalhistas básicos como: folgas semanais e pagamento de hora extra. Por meio do significado identificacional, há um estilo mais ou menos informal em que o filho dialoga com o leitor, contando a história da mãe ao representá-la como escrava. Outro fator, referente à forma como se dá a relação de poder entre patroa e empregada, é a nomeação da patroa como “madame”, nomeação que é dada à mulher rica, casada, que não precisa trabalhar e vive apenas para seus “mimos”. Desse modo, a relação trabalhista é pautada em dois extremos da sociedade, a trabalhadora pobre explorada e a patroa rica que explora, já que há elementos que a identificam como mulher de ex-ministro.

A exploração extrema é o cerne do relato em que a narradora explicita as condições de trabalho da mãe: “Nunca recebeu horas extras pelos fins de semana nem feriados que trabalhava, nem pelas horas em que ficava depois do horário. Folga apenas de quinze em quinze dias aos domingos. Não tinha Natal, Ano Novo, Dia das Mães, Páscoa, nem nada”. Nesse ponto, a falta e o não pagamento de folgas, além da sobrecarga de trabalho são argumentos que fortalecem a narrativa da filha. Pesam, também, as ações relatadas, que utiliza o processo “tratar mal”; “Praticamente todos os dias do ano dedicados à madame e sua família. Sem falar nas diversas humilhações e na forma arrogante e desrespeitosa com que minha mãe era sempre tratada”. O ponto culminante da narrativa chama atenção por ser extremamente desrespeitoso quanto aos direitos: “O pior de tudo é que durante todos esses anos ela NUNCA teve sua carteira de trabalho assinada”. O termo “nunca” é evidenciado por apresentar-se em letras maiúsculas, caracterizando, ao mesmo tempo, a ação extremamente grave da patroa de total desobediência aos direitos trabalhistas da mãe da narradora.

Essas condições trabalhistas violam os seguintes incisos do Art. 2º da Lei nº. 150 de 2015.

Art. 2º A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A remuneração da hora extraordinária será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior ao valor da hora normal. [...]

§ 5º No regime de compensação previsto no § 4º:

I - será devido o pagamento, como horas extraordinárias, na forma do § 1º, das primeiras 40 (quarenta) horas mensais excedentes ao horário normal de trabalho; [...]

§ 7º Os intervalos previstos nesta Lei, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres em que o empregado que mora no local de trabalho nele permaneça não serão computados como horário de trabalho.

§ 8º O trabalho não compensado prestado em domingos e feriados deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

Além das condições que são relatadas, vale ressaltar o modo como são textualizadas. O destaque no advérbio “nunca”, escrito em caixa alta, enfatiza a indignação da narradora com a situação vivida pela empregada doméstica e, também, se apresenta como um exemplo de significado identificacional no texto, como estratégia de destaque. Magalhães (2005) explica que o significado identificacional indica a relação entre autor e leitor ou entre personagens ou atores sociais que são representados no texto, sendo assim, a marca textual do advérbio “nunca” está diretamente ligada ao significado identificacional. Chama atenção o patrão, que representa o poder, e que ordenou que a mulher pagasse os benefícios que a mãe da narradora tinha direito. Mesmo com tal pagamento, houve a não superação do problema na narrativa que se dá com a morte da empregada, narrada pela filha. No relato, ela lembra que a mãe não conseguiu aproveitar os direitos recebidos após uma causa trabalhista ganha da patroa que a explorou.

Relato 14 – (Relato R.M) (iniciais fictícias)

Minha mãe empregada doméstica a vida inteira, quando meu avô morreu, minha avó teve que vender as terras deixadas por ele em Glicério, distrito de Macaé (RJ) e vir para o a cidade do Rio de Janeiro, isso nos anos 1940. Minha avó foi ser caseira em um sítio no Recreio dos Bandeirantes (RJ) e as filhas foram se empregar em “casa de família”, minha mãe então com 09 anos de idade. Minha mãe contava que a mulher que a “criou” colocou-a para aprender a ler. E certo dia ela criança toda empolgada leu uma receita para ela e ela disse-lhe: “ótimo que você aprendeu a ler para o que você vai ser não precisa mais estudar”, minha mãe ficou arrasada e quando eu cresci ela me deu a oportunidade de fazer uma faculdade, sou Assistente Social, com MBA. Sou grata a ela por tudo que sou.

#EuEmpregadaDoméstica

O Relato 14 começa com um enquadramento da situação que levou a sua mãe a trabalhar como empregada doméstica, desde cedo. Tal situação se inicia com um movimento migratório das populações rurais pobres, muito comum em décadas passadas: o êxodo rural. Esse movimento se imbrica à prática social de muitas famílias, assim como a da empregada em questão, que deixavam suas residências rurais e seguiam para às cidades maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho. A narradora conta um pouco da história da avó e da mãe para introduzir a condição de trabalhadora doméstica da mãe. A narrativa se dá, em seu início, com a mãe que foi levada para uma casa de família juntamente com seus irmãos, quando a avó ficou viúva e precisou trabalhar como caseira em um sítio. Como era uma prática recorrente naquele período, a empregada, uma criança de apenas 9 anos, foi levada para a casa da família para “ser criada” pela patroa da mãe.

No trecho, a seguir, a narradora apresenta a relação entre a patroa em questão e a empregada:

“Minha mãe contava que a mulher que a “criou” colocou-a para aprender a ler”, vê-se o uso do verbo transitivo direto “criar”, conjugado na 3ª pessoa do singular, no sentido de cuidar de uma criança, é textualizado pela narradora entre aspas para enfatizar não apenas que o criar é simbólico, mas também para desvelar o que foi o cuidado destinado à empregada.

Essa forma de textualização, retoma o que Fairclough (2003) aponta sobre os significados identificacionais construídos no estilo textual. Para ele “à medida que o processo de identificação envolve os efeitos constitutivos do discurso, deve ser considerado um processo dialético em que os discursos são inculcados em identidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159). Nessa perspectiva, a identidade de empregada se reafirma quando a mãe aprende a ler, e é forçada pela patroa a parar de estudar.

Conforme postula Magalhães (2005), retomando os dizeres de Lemke (1995), a relação estabelecida entre identidades e representações é pautada na compreensão de que todos os textos são políticos, no sentido amplo. Em outras palavras, segundo as postulações de Magalhães (2005), sobre os dizeres de Lemke (1995), o indivíduo/ator social produz significados e eles moldam e são moldados pelas relações sociais, definindo os vínculos entre indivíduos e comunidades. Nesse ponto, a narrativa dissocia o sistema de aprendizado e de trabalhador, quando se relata a abrupta interrupção da patroa aos estudos da empregada.

A abrupta interrupção dos estudos acontece como ponto de conflito trazido pela narradora, que continua o relato “E certo dia ela criança toda empolgada leu uma receita para ela e ela disse-lhe: ‘ótimo que você aprendeu a ler para o que você vai ser não precisa mais estudar’”. A narrativa se dá com processos que indicam as sensações da mãe relatadas pela filha: “minha mãe ficou arrasada”. Nesse trecho, a oportunidade que foi dada a empregada de estudar e aprender a ler se mostra com o intuito de que a leitura fosse algo utilitário e suficiente para o trabalho doméstico e não instrumento de conhecimento para a criança. A leitura era apenas um instrumento de trabalho, era apenas necessário saber ler receitas culinárias para auxiliar a doméstica durante o trabalho.

Dessa forma, conhecimento é sinônimo de poder, posição contrária a de uma doméstica na sociedade, pois o poder só deve e pode ser exercido pelos patrões. Tais dizeres podem ser relacionados ao que Fairclough (2003) atribui ao significado representacional como os modos de aspectos de representação do mundo, que são associados às diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, dependendo de suas posições.

Relato 15 – (Relato J. L. F)

Eu gostaria de deixar um relato da minha mãe, após ser demitida de um serviço como faxineira de banco, ela começou a fazer faxinas pra ajudar no orçamento de casa, minha mãe trabalhou pra uma senhora que pagava pra ela 5 reais por faxina, por 4 horas de serviço, um dia essa mesma senhora pediu pra minha mãe ir limpar uma outra casa, que ela iria se mudar, a casa tava virada de cabeça pra baixo, minha mãe precisou de 3 dias (trabalhando o dobro do tempo) pra deixar em ordem, e recebeu os mesmos 5 reais pelo serviço, pq de acordo com a patroa, foi uma faxina só.

#EuEmpregadaDoméstica

O relato 15 inicia-se com a narradora estabelecendo, através do pronome possessivo “minha” seguido do substantivo “mãe”, sua relação com a empregada doméstica que vivenciou a situação que será narrada. Após estabelecer a relação, a narradora apresenta o enquadramento da situação que irá contar através dos dizeres: “após ser demitida de um serviço como faxineira de banco, ela começou a fazer faxinas pra ajudar no orçamento de casa, minha mãe trabalhou pra uma senhora que pagava pra ela 5 reais por faxina, por 4 horas de serviço”. Nesse caso em questão a trabalhadora doméstica trabalha com faxinas, ou seja, segundo as leis trabalhistas é diarista, mas o que está mesmo em questão é a prática exploratória, com trabalho excedente e um pagamento baixíssimo por 24 horas trabalhadas durante 3 dias. No relato, percebemos, mais uma vez, a representação de uma identidade trabalhadora explorada, reiterada com um valor recebido não condizente ao tempo trabalhado.

Relato 16 – Relato P.F(iniciais fictícias)

Vim de uma família pobre e desde cedo tive que acompanhar minha mãe em todos os serviços que ela conseguia, ela não gostava de me deixar sozinha. Uma vez ela começou a trabalhar num condomínio fechado, a mulher tinha acabado de fazer lipoaspiração e além de toda a tarefa doméstica, minha mãe ajudava a cuidar dessa mulher. Depois de recuperada ela resolveu demitir minha mãe, enquanto a mãe limpava a casa ela ligou pra polícia, pediu que escoltassem minha mãe até a saída do condomínio alegando que não sabia com quem estava lidando e vai saber se ela não iria tentar roubar alguma coisa. Minha mãe ficou traumatizada. Foi uma das coisas mais tristes que já vivenciei.

#EuEmpregadaDoméstica

O relato 16 começa com um enquadramento da situação vivida pela doméstica e relatada através dos dizeres da filha da doméstica, pessoa que também escreveu o relato. No enquadramento situacional há, nos primeiros dizeres, a demarcação de classes sociais: “Vim de uma família pobre e desde cedo tive que acompanhar minha mãe em todos os serviços que ela conseguia”. Esses dizeres estão relacionados ao significado representacional, uma vez que a perspectiva de mundo, ligada à classe econômica e social da narradora, aponta sua posição como

ator social pobre e reflexiva sobre a sua própria condição.

Em geral, as relações desiguais de poder imperam e em tal relato não é diferente. No momento em que a narradora fala sobre a situação problema vivenciada pela sua mãe, as relações de poder estabelecidas entre patroa e empregada ficam cada vez mais claras, uma vez que a patroa, ao decidir que demitiria a empregada, simplesmente faz uso de seu poder social para acusá-la sem ela ter feito nada, utilizando-se da ação coercitiva com a expulsão do condomínio. Sobre essa forma, Giddens (2003) aponta que o poder, como uma forma de coerção, pode ser experimentado através de diversos tipos de sanções, desde uma expressão moderada de desaprovação até a aplicação direta da força ou da violência, com a polícia lhe escoltando para fora do condomínio.

O ato de demitir e ameaçar a empregada com polícia destaca o conflito sofrido pela empregada, sendo ameaçada, sob o pretexto de que ela estaria ligada a atos ilícitos. Nos últimos dizeres do relato, a narradora traz o desfecho citando o trauma que a mãe carrega até os dias atuais, devido a essa situação vivenciada como trabalhadora doméstica.

3.2.3 Análise dos relatos – Vozes de observadores

Os próximos dois relatos, 17 e 18, apresentam uma característica em comum, os problemas não acontecem com a pessoa que relata, mas com alguém a quem o narrador se refere dentro do relato. Há, então, uma mudança nos níveis de textualidade em relação aos outros relatos que foram analisados, até então.

Relato 17 – (R.M) (iniciais fictícias)

Ano passado eu estava aqui em casa e tocou a campainha, era uma moça uniformizada com um bilhete na mão, uma moça bem humilde, sabe? Ela se apresentou como faxineira do meu vizinho, pediu mil desculpas por estar supostamente me importunando, e me mostrou o tal bilhete, disse que meu vizinho havia deixado o papel sobre a mesa, mas não sabia ler, só conseguiu identificar o próprio nome, por isso veio me pedir ajuda. Ok, basicamente o bilhete acusava a moça de ter roubado uma toalha de banho azul e algumas referências a respeito do caráter e da classe social dela, além de demiti-la, disse que se algo mais estivesse faltando em casa, comunicaria à polícia, mas cara é tão covarde que não teve coragem de dizer tudo aquilo cara a cara. Lembro que eu fiquei com tanta vergonha e dó de dizer o que estava escrito, que apenas fiz referência a tal toalha, obviamente ela entendeu o recado, foi até o guarda roupa e arrancou de lá a bendita toalha azul, pediu pra eu escrever um bilhete dizendo que jamais se sujaria por tão pouco, desejou sorte e paz, pegou a bolsa e nunca mais voltou. Se eu tivesse lido tudo que estava escrito, seria o suficiente pra acabar com o dia, a semana e a auto estima dela. Pior é saber que essa maldade vem de pessoas que convivem bem perto de vc e se apresentam no dia a dia tão humildes e simpáticas. #EuEmpregadaDoméstica

A narrativa, como tal, apresenta um ponto conflituoso em que a narradora precisa justificar a demissão à empregada, justificativa não validada, mas que parte de uma atitude arbitrária de o patrão não dialogar com ela, representada como “moça humilde”, conforme o significado construído, “que não sabia ler”. O ponto culminante do relato traz a justificativa para a demissão, um suposto roubo de toalha e esse fato se apresenta em um bilhete para a empregada. A suposição do patrão parte, no bilhete, do senso comum que associa pobreza a roubo ou ilegalidade. Tal imaginário estereotipado, seguido pelo patrão, associa pessoas com muita necessidade ou empregadas a atos de transgressão.

Em uma breve discussão sobre o imaginário estereotipado, buscamos em Rogério Fernandes Santos (2008), que retoma os trabalhos de Bodenhausen & Macrae (1998) e Pereira (2002), para apresentar a definição de estereótipo. Para Santos (2008), estereótipo pode ser definido como um conjunto de características e descrições que são associados a uma determinada categoria social, sendo aplicado a um indivíduo que pertence a essa categoria. Tal aplicação consiste na suposição de que esse indivíduo compartilhe com os outros membros do mesmo grupo as características atribuídas a sua categoria.

Desse modo, podemos dialogar com o que Giddens (2003) chama de monitoração reflexiva, conceito que é pautado na ideia de que, a partir do que os atores sabem acerca das condições sociais, haveria a monitoração reflexiva da ação. Sendo assim, os atores controlam e monitoram aspectos sociais, bem como as atividades esperadas de outros atores, ou seja, a partir da percepção do patrão ele monitora, com base em sua visão de mundo, a ação da empregada doméstica e, ao mesmo tempo, respalda a posição não favorecida de a empregada não saber ler, nem se defender, ficando, assim, sujeita à atitude do patrão.

Nessa perspectiva, a monitoração atua como um processo de competência do agente humano e ocorre continuamente no seu cotidiano. Portanto, o agente, a partir do seu conhecimento, subjetividade, intencionalidade e consciência prática, atua e monitora o ambiente social e sua atuação.

Relato 18 – Relato L.C (iniciais fictícias)

O relato não é sobre mim mas, sobre uma moça que trabalha 1x semana aqui em casa. Conto para que outras tenham cuidado.

A pobre menina e muito lutadora é analfabeta e mãe de 6 filhos. Certa vez, trabalhava em uma mansão em Teresópolis, RJ, quando sua patroa pediu seu CPF e algumas assinaturas (ela é analfabeta mas, sabe assinar o nome) em papéis e documentos que obviamente ela confiou e assinou...resumindo. Usaram o nome dela para conseguir cartões de crédito, crediários e outros bichos mais. Hoje ela não pode abrir uma conta e a justiça simplesmente não faz nada...
#EuEmpregadaDoméstica

O narrador do relato, inicialmente, estabelece a sua relação com a trabalhadora, através dos dizeres “O relato não é sobre mim mas, sobre uma moça que trabalha 1x semana aqui em casa.”. Nesse caso, a pessoa que relata é uma patroa que conta o acontecido com a diarista de sua casa em outra residência, ou seja, a patroa apresenta-se como voz da empregada doméstica no relato da *fanpage*.

Logo em seguida, a trabalhadora é retratada pela patroa no relato, através do trecho “a pobre menina e muito lutadora é analfabeta e mãe de 6 filhos”. Tal forma discursiva textualizada através dos predicativos atribuídos à doméstica firma na narrativa a posição social vulnerável da empregada, uma vez que a ela, além da pobreza material, faltou também o acesso ao bem social, que é um dos principais agentes potenciadores na sociedade: a educação.

A situação narrada traz à tona como a sociedade é excludente, pois uma moça que não consegue, devido a sua condição social, ter acesso à educação, sofre ainda mais pelas sanções que o não acesso à educação traz: nesse caso, ela não lê, não escreve, é vítima de um golpe, não consegue reivindicar seus direitos e lutar para que os responsáveis sejam condenados.

Relato 19 – (Relato C.M) (iniciais fictícias)

Uma conhecida casou e, como presente de casamento, seus pais mandaram pra casa dela a empregada da casa deles, que era “muito boa de trabalho e ia ajudar neste começo de casamento”. A moça ficou extremamente feliz e disse que foi um dos melhores presentes de casamento. #EuEmpregadaDoméstica

O relato 19, apesar de ser uma narrativa muito curta, apresenta o enquadramento situacional, a situação problema e o desfecho da situação. É um relato que apresenta a característica do Grupo 3, ou seja, é um relato escrito por alguém que observa a situação sem nenhum vínculo familiar com a empregada; nesse caso, o vínculo é superficial com a futura patroa da empregada doméstica.

O enquadramento situacional relata o momento em que uma conhecida da narradora se casa e recebe um presente de casamento dos pais, mas tal presente é a situação problema que perpassa o relato, pois o presente era a empregada doméstica deles. Tal ação aparece no relato através dos seguintes dizeres: “seus pais mandaram pra casa dela a empregada da casa deles, que era muito boa de trabalho e ia ajudar neste começo de casamento”.

Desse modo, há certa objetificação da empregada ao representar a sua força de trabalho como “presente”, em que as relações desiguais de poder são claras: os patrões não estabelecem uma relação trabalhista e sim uma relação de posse em relação à empregada doméstica, uma vez que os patrões presenteiam a filha com a doméstica. Em outras palavras, a posse da

empregada passa a ser da filha dos patrões. Essa ação é o reflexo de como, ainda hoje, as heranças escravocratas estão presentes no trabalho doméstico e podem ser relacionadas às postulações de Magalhães (2005) sobre a distribuição dos chamados recursos simbólicos que, nas palavras da autora, “é interconectada com as relações de poder derivadas de um contexto histórico profundamente afetado por desigualdades sociais de gênero, classe social, etnia e raça” (MAGALHÃES, 2005, p. 108).

Em outras palavras, podemos dizer que mesmo que a identidade da empregada doméstica continue em construção, existe um atraso em relação a essa mudança que dificulta a construção identitária da mulher empregada doméstica como uma trabalhadora detentora de direitos assegurados pela Lei e pelos Direitos Humanos.

Relato 20 – Relato I.E (iniciais fictícias)

Boa tarde, Preta Rara!

- Tudo bem?

Me chamo I., tenho 21 anos e resido em Santa Catarina. Nos últimos dois anos, antes de minha formatura, fiz estágio profissional no Ministério Público de Santa Catarina. Nesse período, eu e a Priscila - a moça que cuida que limpezado local - passamos a ser muito amigas. Meu estágio terminou há cerca de dois meses, mas nossa amizade continua. Hoje infelizmente recebi dela um áudio no whatsapp aos prantos: depois de estar trabalhando há quase quatro anos no local, ela está sendo acusada de furtar alimentos da geladeira. Para constrangê-la, alguns funcionários do local passaram a escrever bilhetinhos escritos “Priscila, não pegue” e “Eu sei exatamente quantos alimentos coloquei aqui” nos alimentos acondicionados na geladeira. Ela se sentiu muito humilhada e acabou chorando muito no caminho para casa (não quis mostrar as lágrimas para aqueles que não as mereciam). Depois percebeu que a queixa de furto havia sido colocada até em sua ficha profissional (ela trabalha em uma empresa terceirizada e mensalmente a empresa encaminha fichas de avaliação do trabalho da funcionária). Após o incidente, outros funcionários do local passaram a evitá-la, a não mais conversar com ela.

Estranhamente, essas pessoas que fizeram essa atrocidade com a pobre mulher são formados em Direito. Isso só é prova de que o conhecimento repassado na universidade nada significa se não for vivenciado. Na faculdade, aprendemos que todo indivíduo é dotado de dignidade - essa teia invisível e sagrada - e deve receber o respeito devido. Na prática, poucos são aqueles capazes de vivenciar na realidade o respeito pela dignidade em relação à todos: para parcela da população, o respeito está vinculado à classe social, à cor, ao sobrenome... Priscila é hipossuficiente, negra e mais uma “da Silva” entre tantos milhões.

Por que acusar justamente ela? por que os lanches da geladeira não poderiam ter sumido devido à atos de outros funcionários? em um órgão que deveria prezar pela luta da justiça, ela foi pisada, massacrada... e o conceito de dignidade foi totalmente esquecido. Episódios como este nos fazem recordar que nem em todos os lugares se vive as atuais tendências do Direito - o garantismo, as políticas públicas em prol da dignidade - mas se faz direito com as próprias mãos, baseando-se unicamente em preconceitos ridículos. Escravidão e Racismo são as palavras adequadas para definir tal situação – que nunca foi tão dissimuladamente real.

Agradeço desde já e aproveito para declarar o quanto te admiro! Você é um exemplo! #EuEmpregadaDoméstica

O relato acima começa com a narradora se apresentando e se identificando através da inicial I, idade e local onde reside. Posteriormente, ela apresenta o enquadramento da situação que será contada no relato através dos dizeres: “Nos últimos dois anos, antes de minha formatura, fiz estágio profissional no Ministério Público de Santa Catarina. Nesse período, eu e a Priscila - a moça que cuida que limpeza do local (*sic*)- passamos a ser muito amigas”. Nesse trecho, há uma característica que difere de todos os outros relatos, a forma como a empregada é chamada: Priscila, ou seja, pelo substantivo próprio que designa seu nome e não pela profissão ou, até mesmo, por traços linguísticos que definam a relação da trabalhadora com a pessoa que está narrando. Outra característica muito marcante desse relato é que a situação não ocorre em casas de família, como nos outros, mas sim em um departamento do Ministério Público. A acusação de roubo é a “marca” que consta na ficha da trabalhadora representada que, desesperada, teme pela própria sorte.

Relato 21 – (Relato R.G) (iniciais fictícias)

“Não dê água à ela, porque ela vai fazer xixi”

Olá! Tenho um relato a fazer, aliás muitos, mas o que mais me perturba a memória, é uma de quando criança, isso na década de 90 (!), eu tinha por volta de 6 anos. Enquanto brincava na rua, me chamava a atenção sempre uma senhora negra, de idade já avançada, cabelos cortados curtos, de olhar penetrante, sentada atrás das grandes da varanda da casa, que dava para rua, ela não falava nada. Certa vez, cheguei ao portão e perguntei o que ela tinha e repentinamente ela me pediu um copo d'água, minutos depois chega a patroa e diz:- Não, não, não, não dê água à ela, porque ela vai fazer xixi na rede! Eu pequena, fiquei abismada com aquilo, assustada, como pode uma idosa, que os patrões chamavam de “nêga” era privada até mesmo de beber água! Acho que “Nêga” eram daquelas crianças que tinham saído cedo de casa no interior, para trabalhar em casas de patrões ricos na capital, “nega” já não tinha mais parentes, “nêga” já não tinha mais ninguém... se “nêga” era privada de um copo d'água, ficava imaginando como eram as condições de vida dela naquela situação, naquela casa...pouco tempo depois soube que “nêga” tinha falecido de cólera. Fiquei triste por não tê-la ajudado, por não ter dado o copo d'água que ela pedia, já que eu tinha sido interceptada antes de pegar água na minha casa. Até hoje essa imagem corrói meu coração, na época ainda estava na alfabetização, não sabia nem o que era escravidão, mas ali vi, a figura exata, que não precisava nem de explicações de livros, do que era escravidão.

#EuEmpregadaDoméstica

O relato 21, antes mesmo do enquadramento da situação narrada, destaca os dizeres que são considerados o clímax da narrativa: “Não dê água à ela, pois ela vai fazer xixi”. Tal destaque chama atenção do leitor para a situação que será contada logo abaixo, assinalando que a ela

contém duas das privações mais covardes ao ser humano: a privação da água e das necessidades fisiológicas.

A situação da trabalhadora, que é contada por uma vizinha da família que retoma as suas memórias infantis na década de 1990, configura-se como uma situação análoga à escravidão: a senhora vive na casa dos patrões, é privada de sair, se alimentar e também fazer as suas necessidades básicas.

A empregada, já em idade avançada, provavelmente não conseguia fazer nenhuma atividade laboral, mas como prática muito comum na sociedade brasileira, muitas empregadas domésticas eram levadas ainda crianças para trabalharem e morarem nas casas dos patrões e ali permaneciam até falecerem. Isso acontece, pois, segundo Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), essas mulheres, muitas vezes, eram impossibilitadas de criar e manter outros vínculos sociais e afetivos, que não fossem os vínculos da família dos patrões. Os autores supracitados apontam que a falta de acesso à educação mantinha as empregadas ainda mais condicionadas apenas ao vínculo da família dos patrões, o que corroborava com a continuidade da condição de empregadas domésticas.

A narradora destaca, e até certo ponto discute, a forma como a senhora era nomeada pela família: “nega”. Essa nomeação, coloca em referência a cor da pele da empregada, reforçando ainda mais a herança racista e escravocrata presente nas condições em que a senhora vivia.

Relato 22 – (Relato A.P.V) (iniciais fictícias)

O relato é de uma amiga. Ela trabalhou muitos anos para uma família.

Quando engravidou, a patroa piorou bastante a forma de tratá-la.

Ela sentia muitas tonturas e o médico recomendou cautela e proibiu algumas tarefas.

Uma delas era subir em escadas. Porém, naquela abastada residência, não havia escadas e sim um banquinho manco.

Ela então mostrou as recomendações por escrito feitas pelo médico. Ficou combinado que ela não limparia em cima das coisas até o final da gravidez.

Um dia, a patroa chegou brigando muito e perguntou motivo de não limpar em cima do armário ou das janelas. Ela esclareceu que já tinham falado sobre isso e que o médico recomendou pelo risco de cair e perder o bebê.

A resposta da patroa: “Quem liga? É só um pobre a menos no mundo!”

Ela passou mal e quase teve o bebê prematuramente.

Essa foi uma das situações que ela passou. Vou contando aos poucos e enviando os relatos a página

Parabéns pela iniciativa de dar voz a esses trabalhadores que diariamente passam por sofrimentos inimagináveis. E também por não ter desistido do seu sonho. #EuEmpregadaDoméstica

O relato 22 é contado pela amiga de uma trabalhadora doméstica. A situação narrada se

dá quando a empregada engravida e a forma como a patroa a tratava muda completamente. Após algumas complicações na gravidez, o médico recomendou que a empregada não fizesse esforços e as recomendações foram ditas pela empregada à patroa.

Relato 23 – Relato C. A. (iniciais fictícias)

Oi, já faz um tempinho que eu queria fazer esse relato, pq foi algo que doeu na minha alma.

Minha avó tem uma prima rica, fortuna que veio do marido. Essa prima e suas filhas sempre gostaram de humilhar as pessoas, tanto parente, quanto pessoas que trabalhavam para elas. Elas se acham superiores só pq tem dinheiro em uma família de maioria sem posses.

Mês passado fui visitar minha avó e minha avó me disse algo que fiquei chocada: minha filha, a M.F sempre deixa a empregada trancada em casa quando sai.

Ai eu sem entender, perguntei: mas pq ela faz isso vovó? Se acontecer alguma coisa, como a moça vai poder pedir ajuda? Ai minha avó respondeu: ela não quer que a moça vá embora antes do horário, daí sempre deixa ela sem a chave e so solta quando volta pra casa e tem mais, a filha dela faz o mesmo.

Ou seja, quando eu acho que a mesquinha do ser humano já não é o bastante... A moça não pode ir embora mais cedo, mas ela pode deixar a moçalá trancada e “liberta-la” quando bem entender, mesmo depois do horário.

Depois que soube disso, nem fui visitar esse povo. Fiquei com um nojo tremendo, um nó na garganta de imaginar a humilhação que essa mulher passa. Imagina, terminar o trabalho e não poder ir pra casa pq está trancada no local de trabalho. Um absurdo!

#EuEmpregadaDoméstica

O relato acima é contado por um familiar da patroa, o qual apresenta-se indignado com a situação que é vivida pela empregada doméstica. No caso em questão, a empregada é “trancada” pela patroa para que ela não saia do ambiente de trabalho assim que terminar as atividades laborais.

A narradora através do trecho “A moça não pode ir embora mais cedo, mas ela pode deixar a moça lá trancada e liberta-la quando bem entender, mesmo depois do horário” destaca o quanto a relação patroa/empregada doméstica é exploratória. Os processos materiais textualizados através dos verbos trancar e libertar, retomam a prática escravocrata, em que o patrão veta o direito de ir e vir da empregada doméstica e é ele, também, quem a permite sair do trabalho. Nesse caso, o trabalho só termina quando a patroa estabelece. Dessa forma, a Lei nº. 150 de 2015 não é respeitada, tampouco os direitos individuais do cidadão, que são assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Relato 24 – (Relato L.N) (iniciais fictícias)

Trabalhei por anos com crianças em situação vulnerável e alguns dos relatos mais comuns eram relacionados a trabalho infantil justamente, imaginem só,

no ramo da faxina. Seguem alguns casos em tópicos, pra que fique mais claro:

- Lembro de uma menina de oito anos que, por UM PIRULITO, limpou quatro banheiros de uma casa porque a empregada “da família” estava doente e eles decidiram literalmente puxar a primeira criança desarrumada que passou na rua para “uma coisinha rápida”;
- Houve outra menina que, com doze anos e já trabalhando fixamente com faxinas (em 2014 isso, logo aqui do lado), voltou pra casa passando mal por ter tido o rosto segurado contra um balde de água sanitária como punição por uma mancha que ficou entre os pisos;
- Casos de “patroas” que se achavam no direito de bater nas meninas “para educa-las” eram muito frequentes;
- Uma delas, de nove anos, foi colocada a dormir na casinha de cachorro por ter trabalhado até muito tarde (por obrigação e sob pressão) e não saber voltar pra casa no escuro;
- Várias eram colocadas a comerem alimentos vencidos há meses (inclusive obrigadas, “para não haver desperdício”), as quais aceitavam aparentemente felizes e de boca cheia e rezavam de noite para não passarem mal;
- Lesões negligenciadas na hora do serviço eram muito frequentes;
- Abusos sexuais vindo dos homens da casa, também;
- Os pagamentos normalmente eram feito com alimentos como UM pacote de bolacha ou UM prato minúsculo de sobras de arroz ou UM pedaço de pão com queijo.

Fora os mais ene casos sobre. Crianças em situação de miséria não tem voz, não tem rosto. Não tem vida, documento ou *internet* pra expor “patrão” escravocrata, e eles sabem disso. Eles tem diploma, casas grandes e carros imensos, mas uma criança de dez anos ganha um pacote de trakinas por limpar vinte cômodos. Relatos de Santa Catarina, inclusive.

#EuEmpregadaDoméstica

O relato 24, o último de nossa análise, é um relato que reúne várias situações que são vivenciadas por crianças que trabalham como empregadas domésticas. Tais acontecimentos são contados por uma assistente social que os recolheu no estado de Santa Catarina, onde ela trabalha. As narrativas presentes nos relatos resumem as formas mais recorrentes de exploração que perpassam o trabalho doméstico no Brasil.

Mesmo após a proibição do trabalho infantil na promulgação da Constituição Federal vigente, muitas crianças continuam trabalhando ilegalmente no Brasil e o destino de muitas delas é no ramo da faxina, realizando as tarefas domésticas em casas de famílias. São crianças pobres, que saem de casa, na maioria dos casos, em busca de alimento e, aproveitando-se dessa condição, as pessoas que as “contratam” trocam seus serviços por alimentos. Os relatos apresentam como tal prática acontece no trabalho doméstico infantil. Meninas trabalham duro, o dia todo, em atividades que devem ser executadas por adultos, em troca de pirulitos, pacote de bolacha recheada, salgadinhos e até mesmo alimentos vencidos.

Quadro 10 – Modo de representação do empregador e da empregada doméstica

	Como o empregador é nomeado?	Como a empregada é nomeada?	Como a empregada se nomeia?
Relato 1	Patroa	Empregada/babá	Babá/doméstica
Relato 2	Doutor	Empregada	Babá/empregada
Relato 3	Patroa	Funcionária/cozinheira	Funcionárias/doméstica
Relato 4	Patrão/madame	Doméstica	-----
Relato 5	Patrão	Diarista	Cuidadora
Relato 6	Médico/advogada	-----	Empregada doméstica
Relato 7	Patroa	-----	Empregada doméstica/empregados
Relato 8	Patrão/patroa	Vagabundinha/mulher de bandido	-----
Relato 9	Patroa	Empregada	-----
Relato 10	Chefe/patroa	Copeira	-----
Relato 11	Patroa	Doméstica	-----
Relato 12	Patroa	Diarista/empregada	-----
Relato 13	Madame	Escrava doméstica/empregada doméstica	-----
Relato 14	Mulher que a “criou”	Empregada doméstica	-----
Relato 15	Patroa	Faxineira	-----
Relato 16	Mulher	-----	-----
Relato 17	Vizinho/cara	Faxineira	-----
Relato 18	Patroa	Pobre menina/moça	-----
Relato 19	Conhecida	Empregada	-----
Relato 20	-----	Moça que cuida da limpeza, pelo próprio Nome	-----
Relato 21	Patroa	Senhora negra/“nega”	-----
Relato 22	Patroa	Trabalhadores	-----
Relato 23	Pelas iniciais de seu nome (M.F)	Empregada/moça	-----
Relato 24	Patrão escravocrata	Criança	-----

Fonte: (AUTORA, 2021).

O quadro 10, como exemplificado acima, resume o modo como são representados, nos relatos, empregador e empregada doméstica, através da forma como são nomeados..Essas formas de nomear são associadas ao conceito de nominalizações. Biavati (2001) retoma os estudo de Van Dijk (1998) e destaca que a nominalização possui funções semânticas e sociopolíticas em seus contextos. Além disso, elas carregam, mesmo que no subentendido, as identidades dos atores sociais, as quais são estabelecidas com base no conhecimento social ou contextual (incluindo os conhecimentos derivados do texto) de quem lê. No caso dos relatos sob análise, é possível perceber não apenas como se dá a relação trabalhista entre patrão e empregadas domésticas, mas também as práticas exploratórias e o abismo social que perpassam essa essa relação.

Dessa forma, é importante nos atentarmos à quantidade de recorrências que aparecem

determinadas formas de nomear os atores sociais que constituem a relação trabalhista no âmbito do trabalho doméstico. Em síntese, dos vinte e quatro relatos analisados, apenas um relato não apresenta nomeação para o empregador e, dentre as vinte e três recorrências, a nomeação mais usada foi a palavra patrão e sua flexão de gênero: patroa, que aparece em quinze relatos e, em um deles, acompanhada do adjetivo escravocrata.

Em relação a nomeação relacionada à empregada doméstica, verificamos que são nomeadas, ora pelo narrador do relato ou empregador, ora pela própria trabalhadora. Nos casos em que a nomeação é feita pelo narrador do relato ou empregador, elas aparecem em 21 dos 24 relatos, em vinte formas diferentes, dentre essas formas, algumas recorrências são de nomeações pejorativas e preconceituosas. No que concerne os casos em que a nomeação é feita pela própria empregada doméstica, identificamos apenas seis relatos que possuem esse tipo de nomeação, todos os seis relatos são relatos do Grupo 1, ou seja, relatos que foram narrados pelas empregadas domésticas ou ex-empregadas domésticas.

Quadro 11 – Significado acional – gênero relato e pessoa do discurso

	Pessoa do discurso	Narrador	Avaliação do trabalho da empregada pelo narrador
Relato 1	Primeira pessoa singular/plural	Narrador personagem, que presencia ou testemunha o fato	Trabalho humilhante
Relato 2	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 3	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	Trabalho humilhante
Relato 4	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 5	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 6	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 7	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	Trabalho sufocante/serviço ruim
Relato 8	Primeira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 9	Terceira pessoa singular	Narrador observador, que observa a cena do tratamento desigual/ injustiçado à trabalhadora	-----
Relato 10	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente, aquele que não apenas observa e narra os acontecimentos, mas também, muitas vezes, atribui comentários e questionamentos às situações narradas.	-----
Relato 11	Terceira pessoa singular	Narrador observador	-----
Relato 12	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	-----
Relato 13	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	Trabalho doméstico

			escravo
Relato 14	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	-----
Relato 15	Terceira pessoa singular	Narrador observador	-----
Relato 16	Terceira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 17	Terceira pessoa singular	Narrador personagem	-----
Relato 18	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	-----
Relato 19	Terceira pessoa singular	Narrador observador	-----
Relato 20	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	Escravidão e Racismo
Relato 21	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	Escravidão
Relato 22	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	Trabalho que causa sofrimentos inimagináveis
Relato 23	Terceira pessoa singular	Narrador onisciente	Trabalho humilhante
Relato 24	Terceira pessoa singular/plural	Narrador onisciente	Trabalho doméstico infantil

Fonte: (AUTORA, 2021).

O quadro 11 refere-se à análise do significado acional que, como explicitado no capítulo 1, destinado ao referencial teórico metodológico, está diretamente ligado ao gênero. Como aponta Fairclough (2003), a análise do gênero centra-se em questionar como ele contribui para a (inter)ação através dos eventos sociais que está inserido. Desse modo, podemos inferir que os gêneros são definidos pelas práticas

Nesse sentido, os relatos publicados na *fanpage* “Eu, empregada doméstica” podem ser entendidos enquanto forma de recompor as representações da realidade, das relações e identidades sociais que estão presentes e são retratadas nos relatos em questão. Os relatos analisados são responsáveis por distribuir um fenômeno social de forma textualizada, uma vez que o gênero discursivo relato apresenta uma representação de certo fato social, a partir de um ângulo pessoal, seja através da voz de um ator social que vivencia, ou pela voz de alguém que observa determinado fenômeno social.

Dessa forma, “o que as pessoas estão fazendo discursivamente, quais são as relações sociais entre elas, e de qual tecnologia de comunicação (se alguma) a atividade delas depende” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 70) são aspectos que devem ser levados em conta na análise do gênero. Assim, interessa ao significado acional quem são os atores sociais e como eles falam. Nos relatos em questão, verificamos que há a predominância do uso da terceira pessoa do singular para narrar os fatos que perpassam os relatos, e também de dois tipos de narradores: o personagem e o onisciente.

Segundo Faraco (2010), os tipos de narradores são definidos por alguns critérios e características que são resumidos no quadro abaixo:

Quadro 12 – Tipos de narradores

Narrador observador	Narra os fatos em 3ª pessoa e mantém uma narrativa imparcial e objetiva. Ele conhece os fatos, mas não participa das ações, de modo que conta a história sem se envolver diretamente com ela. Embora tenha conhecimento das ações, o narrador observador não conhece o íntimo das personagens.
Narrador onisciente	Usa tanto a narração em 3ª pessoa quanto em 1ª pessoa. Há momentos na narrativa em que a voz do narrador se confunde com a voz dos personagens, pois esse tipo de narrador conhece as personagens e o enredo como um todo, nos mínimos detalhes. Nos relatos em questão é aquele que não apenas observa e narra os acontecimentos, mas também, muitas vezes, atribui comentários e questionamentos às situações narradas.
Narrador personagem	Conta a história em 1ª pessoa, a partir do seu ponto de vista enquanto personagem, transmitindo suas emoções e deixando a narrativa mais subjetiva. Esse tipo de narrador tem conhecimentos limitados sobre as outras personagens e sobre o enredo como um todo. Ele conhece apenas os próprios pensamentos e as ações que também faz parte.

Fonte: (AUTORA, 2021).

A presença dos narradores e a forma como eles narram as histórias presentes nos relatos são elementos importantes para a identificação desses atores sociais no mundo, bem como o modo como as construções identitárias das empregadas domésticas, que em alguns relatos são narradoras e em outros têm suas histórias contadas através da perspectiva de outrem. Outro aspecto destacado no quadro 2 é a avaliação do trabalho presente nos relatos, o modo como a atividade é avaliada aponta como as relações sociais se dão a partir do viés do subalternizado ou de alguém que narra os acontecimentos trabalhistas. Dos 24 relatos aqui analisados, apenas 9 apresentam essa avaliação textualizada que é feita através de adjetivos que caracterizam o trabalho, sendo os mais recorrentes ligados à situação humilhante em que a trabalhadora está inserida no ambiente de trabalho e, também, às heranças escravocratas presentes no trabalho doméstico no século XXI, mais de 130 anos após a Lei Áurea.

Quadro 13 – Descrição dos sentimentos das empregadas – transitividade, identidade e práticas

Relatos	Quais são as ações que expressam sentimentos delas?	Quais são as ações materiais?
Relato 1	“me chocava” “fiquei humilhada, indignada” “eu amava”	Comprou; fez; disse; deu; bateu; falou; humilhou.
Relato 2	-----	Serviu; colocou; entrou; proibiu; jogou; esperou; comprou; disse; olhou; deixou.
Relato 3	“fiquei chocada” “ouvia”	Trabalhou; questionou; respondeu; perguntou; demitiu; perguntou; excluiu; bloqueou.
Relato 4	“ouvia”, “tenho crises de ansiedade” “fiquei”	Aceitou; assediou; demitiu; ouviu; descontou; incentivou; procurou; conseguiu; humilhou.
Relato 5	“estou sem forças”	Limpou; recebeu; pediu.
Relato 6	“admirava”, “chorei”, “ouvi”, “arrebatao o meu peito”	Trabalhou; limpou; admirou; aproximou; perguntou; respondeu; riu; falou chorou; aprovou.
Relato 7	“suporto”, “me irrita” “acho injusto”	Trabalhou; levou; limpou; descontou.
Relato 8	-----	Andou; disse
Relato 9	“tem PAVOR”, “foi-se o sonho, ficou o trauma”	Trabalhou; prometeu; convenceu; participou; ajudou; limpou; trancou.
Relato 10	“jurou”	Assediou; trabalhou; demitiu; assediou; brigou; demitiu
Relato 11	“Ela não consegue falar o nome da patroa de tanta raiva”	Cortou; proibiu; começou; tratou.
Relato 12	“chegou horrorizada”	Chegou; contou; disse; deu; usou; raspou
Relato 13	“ouvir os filhos”	Trabalhou; assumiu; buscou
Relato 14	“aprendeu a ler” “leu empolgada”	Colocou-a; disse-lhe; deu
Relato 15	-----	Trabalhou; pagou; recebeu;
Relato 16	“dizer”, “desejou sorte e paz”	Trabalhou; cuidou; demitiu; ligou; pediu
Relato 17	-----	Apresentou; pediu; mostrou; acusou; demitiu; disse; pegou; desejou; saiu
Relato 18	“confiou”	Pediu; assinou; usou
Relato 19	-----	Casou; presenteou; mandou
Relato 20	“aos prantos” (chorando), “sentiu humilhada”	Acusou; constrangeu; escreveu, evitou
Relato 21	“pediu água”	Perguntou; pediu; impediu
Relato 22	“sentia tonturas”, “esclareceu”, “passou mal”	Brigou; perguntou; respondeu
Relato 23	-----	Trancou; libertou
Relato 24	“passar mal”, “aceitavam”, “rezavam”	Limpou; voltou para casa; comeu; bateu.

Fonte: (AUTORA, 2021).

O quadro 13 apresenta de forma sistemática os “processos” presentes nos relatos, com destaque para dois tipos de processos: materiais e mentais, entendidos, respectivamente, por Halliday (2014) como processos de ação e processos do sentir.

a) Processos materiais de apresentação dos eventos ou processos do fazer, ou predicados de ação (Fairclough, 2000:163). São os processos que, segundo Halliday (1988:103) “expressam a noção de que alguma entidade ‘faz’ alguma coisa que pode ser feita ‘para’ outra entidade¹⁵”. Tais processos consistem na consideração de participantes particulares — um ator (aquele que executa a ação) e uma meta (processo a que se dirige, ou aquele que “sofre” a ação). A representação dos processos materiais poderá ocorrer na forma transitiva ou intransitiva, dependendo do verbo, bem como na forma ativa ou passiva, dependendo da direção e da ênfase a ser dada ao processo.

b) Processos mentais ou processos do sentir, perceber, intuir. Esses processos consistem na representação de um estado de coisas. Para Halliday (1988:107), os verbos que representam esses processos denotam o “sentimento”, o “pensamento” e o “parecer”. Ele divide as categorias gerais em subcategorias, dentre as quais citamos as de interesse para o presente trabalho: 1. categorias da percepção (como os verbos “ver”, “ouvir”, etc.); 2. categorias de cognição (como os verbos “pensar”, “conhecer/saber”, “entender”, etc.) (BIAVATI, 2001, p. 46-47).

Desse modo, os processos presentes nos relatos, além de serem elementos linguísticos essenciais na construção da narrativa, destacam os sentimentos das empregadas em relação à situação trabalhista e também as ações e as metas que perpassam as histórias narradas nos relatos sob análise.

Sendo assim, os processos materiais, em muito, apresentam ações de execução atribuídas aos trabalhadores, mas também processos mentais que indicam-lhes atitudes ligadas à condição do ser/fazer e sentir.

Quadro 14 – A exploração do trabalho humano

Relatos	Quais são as práticas exploratórias recorrentes?
Relato 1	Diminuição do outro pela diminuição/Divisão de classes através dos alimentos (privação de alimentos)
Relato 2	Divisão de classes através dos alimentos (privação de alimentos)
Relato 3	Divisão de classes através dos alimentos (privação de alimentos)
Relato 4	Assédio sexual e assédio moral
Relato 5	Não cumprimento das leis trabalhistas/ trabalho excedente
Relato 6	Trabalho infantil
Relato 7	Não cumprimento das leis trabalhistas/ trabalho excedente
Relato 8	Assédio sexual
Relato 9	Trabalho infantil
Relato 10	Trabalho infantil/assédio sexual/assédio moral/ não cumprimento das leis trabalhistas/privação de alimento.
Relato 11	Violência física
Relato 12	Violência psicológica e física
Relato 13	Não cumprimento das leis trabalhistas/ trabalho excedente
Relato 14	Trabalho infantil
Relato 15	Não cumprimento das leis trabalhistas/ trabalho excedente
Relato 16	Trabalho excedente/violência psicológica
Relato 17	Assédio moral/falsa acusação
Relato 18	Exploração através de atos ilícitos

Relato 19	Objetificação da empregada
Relato 20	Falsa acusação/assédio moral
Relato 21	Violência física/cárcere privado/privação de água
Relato 22	Não cumprimento das leis trabalhistas
Relato 23	Cárcere privado/não cumprimento das leis trabalhistas
Relato 24	Trabalho infantil/ violência física e psicológica/ abuso sexual/violação das leis trabalhistas.

Fonte: (AUTORA, 2021).

O quadro 14 exemplifica de maneira sistemática a identidade subjugada da empregada doméstica através das formas mais recorrentes de práticas exploratórias. Esse quadro é a maneira como os relatos tornam visíveis os processos de exploração, por meio da denúncia ao trabalho infantil, à violência (física e psicológica), ao cárcere, à objetificação da empregada, ao assédio.

O quadro acima também é uma mostra de como a denúncia se mistura aos atos infracionais denunciados nos relatos analisados em profundidade. Além disso, é importante destacar aqui o modo como a estereotipia aparece nos relatos, essa se dá, em muito, com a visibilidade das mãos e das marcas da trabalhadora como a identidade sujeita à escravidão e à acusação de atitudes de roubo, de atitudes reprováveis, denunciadas como (in)justiça na página.

Desse modo, inferimos que é por meio dessas práticas sintetizadas no quadro 14 que a identidade da trabalhadora é (re)construída e representada nos relatos em questões, retratando relações de escravidão e de exploração que são perpetuadas nas relações trabalhistas no âmbito do trabalho doméstico. Essas práticas corroboram com a hipótese, elencada no início de nossa pesquisa, de que as representações do ator social “empregada doméstica” mostram-se imbricadas às relações de poder nos depoimentos da página.

Em síntese, podemos destacar que os relatos analisados configuram-se, por meio do significado acional, como forma de explorar maneiras de tornar visíveis o trabalho humano. Geralmente, essa forma acontece pela narrativa de protesto, que consiste em resistência, e nas maneiras como são relatados problemas e, por vezes, no modo como a exploração da trabalhadora é solucionada.

Nesse sentido, as narrativas são amostras de como essa tentativa de dar visibilidade ao trabalhador acontece, seja por quem testemunha ou é o explorado ou, ainda, por quem acompanha o trabalhador injustiçado e demonstra nas narrativas a reação de relatar como ato de protesto e resistência às condições da empregada doméstica no processo de invisibilidade e de exploração.

Outro fator que precisamos destacar aqui é o modo como a estereotipia aparece nos

relatos, dando-se, em muito, com a visibilidade das mãos e das marcas da trabalhadora como a identidade sujeita à escravidão e à acusação de atitudes de roubo, de atitudes reprováveis, denunciadas como (in)justiça na página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de vinte e quatro relatos publicados na *fanpage* do Facebook “Eu, empregada doméstica”, no período de julho de 2016 a dezembro de 2020, indicamos os elementos linguístico-discursivos que, por meio das narrativas, constroem as relações de trabalho, as crenças, os valores e as identidades das empregadas domésticas. Os relatos são a maneira pela qual a página funciona, com a narrativa e a denúncia dos atos infracionais contra as trabalhadoras. Enfatizamos que a página não traz relatos sobre homens, o que deixa à mostra o gênero típico de quem denuncia e relata os atos de resistência. O estudo nos deu condições de compreender como a observação às regras é um regimento patronal que funciona, ao trazer sanções aos empregados. Ao mesmo tempo, os relatos, em muito, trazem as regularidades do serviço doméstico, narrando o cotidiano de obediência a um conjunto de regras que se dão pela vigilância do patrão ao cumprimento delas. Esse universo é cercado de conflitos e é pano de fundo para os relatos da página que estudamos em profundidade.

Para alcançar os objetivos elencados no início deste trabalho, traçamos, no primeiro capítulo, as principais postulações sobre o aporte teórico-metodológico que norteou esta análise orientada linguística e socialmente. O levantamento dos significados se mostrou efetivo ao estudo dos relatos em questão.

O segundo capítulo fez um breve panorama sobre as diversas perspectivas que versam o trabalho doméstico no Brasil: as raízes históricas, a visão social e, também, as leis trabalhistas que regem a execução laboral dessas trabalhadoras. Esses apontamentos corroboraram com a análise das práticas exploratórias recorrentes no âmbito do trabalho doméstico, com infrações que são constatadas na análise, pois muitos relatos apresentam situações em que a legislação trabalhista não é respeitada.

No capítulo de análise, pudemos observar, no que tange as representações do ator social “empregada doméstica”, que ele aparece sempre em posição inferior ao empregador, em alguns momentos ligado à falta de higiene, à vulgaridade e até mesmo à contaminação biológica. Nas relações de poder, percebemos que o alimento é um dos fatores que marca a superioridade dos patrões e, também, está diretamente ligado ao domínio, trazendo algumas sanções que as empregadas recebem dos empregadores.

Fizemos um estudo em profundidade de 24 relatos, a partir da Análise Crítica do Discurso faircloughiana, com destaque nas produções de 2001 e 2003.. Pelo estudo crítico discursivo, quando investigamos o significado acional nos relatos, verificamos que o gênero e a página são estratégias interessantes para a denúncia e, também, para trazer as marcas de resistência

das trabalhadoras. O gênero discursivo relato apresenta uma representação de certofato social a partir de um ângulo pessoal, seja através da voz de um ator social que o vivencia, ou pela voz de alguém que observa determinado fenômeno social. Nesse sentido, as narrativas, especialmente, são estratégias discursivas de textualizar os fatos vivenciados pelas empregadas e ex-empregadas domésticas. Sendo assim, podemos inferir que está diretamente ligado ao fato de que os relatos analisados configuram-se como forma de recompor as representações da realidade, das relações e identidades sociais que estão presentes no trabalho doméstico e que são textualizadas em narrativas publicadas na página da rede social *Facebook*.

Ao observarmos o significado identificacional, nos relatos em análise, percebemos que o estilo dos relatos que analisamos em profundidade se dá através de narrativas curtas, que apresentam três tipos de narradores: personagem, observador e onisciente. Em cada um desses, foi possível verificar textualmente a forma como eles identificam as empregadas domésticas, o que acontece até mesmo nos relatos que são narrados por elas. Tais marcas aparecem principalmente na forma de nomeação e também nos processos mentais que são relacionados aos verbos de sentir/ouvir.

Observamos também que a identidade da trabalhadora doméstica é expressa através do modo como são explicitados os regramentos sobre o ator social empregada doméstica, ou seja, como esse ator social recebe incumbências do patrão na execução de suas tarefas, moldando sua identidade: o modo de fazer, como deve comportar-se e ser no trabalho, entre outros.

Quando tratamos do estudo do significado representacional, observamos que o trabalho infantil, a violência (física e psicológica), cárcere, objetificação da empregada e assédio (tanto moral, quanto sexual) são as práticas mais recorrentes nas situações narradas, seja pela voz das empregadas ou pela voz de outrem. Outro ponto importante a ser destacado é o modo como a perspectiva de mundo, ligada à classe econômica e social, aponta a posição da empregada doméstica como ator social pobre e, em alguns momentos, até reflexiva sobre a sua própria condição. Além disso, pelo significado representacional, compreendemos que há a identidade de patrão que humilha, atribuindo à empregada formas pejorativas, por vezes, ligadas à estética e à classe social da trabalhadora. Em geral, as relações desiguais de poder imperam nos relatos.

Nosso estudo nos fez perceber a importância dos elementos linguístico-discursivos, pois eles nos trouxeram pistas para identificarmos textualmente como a relação patroa/empregada doméstica ainda configura-se, em muitas vezes, como uma relação perpassada por práticas exploratórias, sanções, violência e abusos. O levantamento dos processos materiais nos fez perceber como as ações de execução, as quais são atribuídas às trabalhadoras aparecem nos relatos, em boa parte, de forma impositiva, destacando a relação de poder presente nas situações

narradas; em relação aos processos mentais, identificamos as atitudes ligadas à condição do ser/fazer e sentir.

No que tange ao levantamento dos elementos de nomeação, esses nos ajudaram a perceber as formas de nomear como estratégia discursiva para destacar o modo como as empregadas são tratadas, uma vez que são nomeadas, ora pelo narrador do relato ou empregador, ora por elas próprias. Nos casos em que a nomeação é feita pelo narrador do relato ou empregador, as trabalhadoras são nomeadas de forma bastante variada e, em algumas recorrências, até de maneiras pejorativas e preconceituosas. No entanto, vale ressaltar que, no que concerne aos casos em que a nomeação é feita pela própria empregada doméstica, identificamos que as nomeações aparecem com menor frequência.

O nosso trabalho pautou-se em dois questionamentos centrais: como representações do ator social “empregada doméstica” mostram-se imbricadas às relações de poder nos depoimentos da página? Em que medida as práticas e identidades sociais estão retratadas nos relatos da *fanpage* “Eu empregada doméstica”, representando relações de escravidão e de exploração perpetuadas nos relatos em questão? Sendo assim, podemos inferir, neste momento, que as relações de poder apresentam-se nos relatos textualizadas através dos processos materiais em que são atribuídas tarefas e sanções às empregadas, bem como através do modo como elas são nomeadas. Em relação às práticas que aparecem de forma recorrente nos relatos, podemos destacar a violência física e o cárcere como modo de exploração que perpetuam na execução das atividades laborais e nas relações de escravidão no trabalho doméstico no Brasil no século XXI.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. *In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2007.

ARAÚJO, Marina Macedo. **Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2003.

BARROS, A. M. de. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 7ª ed. 2011.

BARROS, Ricardo Paes de. **O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil**. 2001.

BENTIVOGLIO, Elaine Cristina Saraiva; DE FREITAS, Natalia Santos. A evolução da legislação do trabalho doméstico no Brasil. **Revista do Curso de Direito**, v. 11, n. 11, p. 219-232, 2014.

BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. 35.

BIAVATI, N. D. F. **O lugar do trabalhador e das relações de trabalho em propagandas publicadas em revista brasileira de informação geral: um estudo de caso em ACD**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 de Jun de 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 8.373 de 11 de dezembro de 2014**. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 72, de 2 de abril de 2013**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2 abril 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm. Acesso em: 15 de fev de 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 150, de 1º. de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º. da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília, 02 jun. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/empregador-domestico> . Acesso em: 09 de jun de 2019.

CARMO, Claudio M. **O lugar da cultura nas teorias de base sistêmico-funcional:** multimodalidade e produção de sentido na dança-ritual de Oxóssi. Curitiba: Appris, 2014.

CARMO, Cláudio M. **Notas sobre o papel da identidade na análise crítica do discurso,** p. 45-58, 2015.

CHAGAS, Sylvia Oliveira. Evolução do direito trabalhista do Empregadodoméstico de 1916 a 2013 – PEC das domésticas. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais,** v. 1, n. 17, p. 63-76, 2013.

CHOULIARAKI, Lilie.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis.* Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DA SILVA, D. F.; DE LORETO, M. D. D. S.; BIFANO, A. C. S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito,** v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017.

DA SILVA, Denize Elena Garcia; RAMALHO, Viviane. Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade. **Revista latinoamericana de estudios del discurso,** v. 12, n. 1, p. 7-29, 2016.

DA SILVA SCHNEIDER, G. S.; NETO, F. Q. V. A igualdade pela proteção ao empregado: o contrato de trabalho do empregado doméstico em face da emenda constitucional Nº 72/2013. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito,** v. 22, n. 26, p. 207-255, 2014.

DELGADO, Maurício Coutinho. **Curso de Direito do Trabalho,** 8ª ed., São Paulo: LTr, 2009.

DE SOUZA, Zoraide Amaral. **A Organização Internacional do Trabalho-OIT.** 2006.

FACEBOOK. **Eu empregada doméstica.** Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London/New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Globalization*. New York: Routledge, 2006.
- FARACO, Carlos Emílio. **Língua Portuguesa: linguagem e interação**. v. 1. São Paulo: Ática, 2010.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Gaucira Lopes Louro, v. 7, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C.; HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. Routledge, 2014.
- HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of a difference**. London: Blackwell. 1996.
- KOFES, S. **Mulheres, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. DELTA: **Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 21, p. 1-9, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **Gêneros textuais e ensino**, v. 2, p. 19-36, 2002.
- MAZIERO, Luís Guilherme Soares. **Direitos fundamentais e discriminação de gênero: ausência de direitos e proteção ao trabalho doméstico**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010. Disponível em: http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/visualiza.php?cod=NjEw. Acesso em: 10 Maio. 2020.
- MIRANDA, Karoline Nascimento. Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX. Epígrafe, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- OLIVEIRA, Creusa Maria. **A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico, 2008.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-310.
- PATRÍCIO, Maria Raquel; GONÇALVES, Vítor. Facebook: rede social educativa?. **I Encontro Internacional TIC e Educação**, p. 593-598, 2010.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, genero e educação**: a trajetoria de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991). 1993. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, [SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253758>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PORTUGUÊS, D. E. Dicionário *on-line*. **Dicionário online de português**: Disponível em. <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 01. Abril. 2020.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Editora Letramento, 2020.

REFERENTE, À. AÇÃO DA OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, Andréa Presas. **Emenda Constitucional nº 72/2013**: primeiras impressões. Publicado em, v. 10, 2013.

SABOIA, João. **Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil**. Revista de economia contemporânea, v. 4, n. 1, 2000.

SANTOS, Rogério Fernandes. **A influência dos estereótipos no julgamento da veracidade de enunciados**. 2008. Dissertação de mestrado, Salvador, Bahia. Disponível em: http://www.pospsi.ufba.br/Rogério_Santos.pdf. Acesso em: 27 de Maio de 2021.

SILVA, Denize Elena Garcia; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica: representações sociais na mídia. In: LARA, G. M. P; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Org.). **Análise do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Lucena / Nova Fronteira, 2008, v. 2, p. 265-292.

SILVA, Rhuan Jonathan da. **Confrontos e repercussões a partir da crise instaurada**: representações discursivas em reportagens de revistas brasileiras. 2018. Dissertação de Mestrado, São João del-Rei, Minas Gerais.

SOARES, E. Abolição da Escravatura e Princípio da Igualdade no Pensamento Constitucional Brasileiro (Reflexos na Legislação do Trabalho Doméstico). **Revista do Ministério Público do Trabalho**, n. 39, Ano XX, p. 1-3, 2010.

SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 396

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S. ; CARRIERI, A. P. . **Os Lugares das Empregadas Domésticas**. Organizações & Sociedade (Impresso), v. 22, p. 161-178, 2015.

TOMÁÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. **Ciência da informação**, v. 34, n. 2, p. 93-104, 2005.

ANEXO A – RELATO 1



Eu Empregada Doméstica

29 de abril de 2019 · 🌐



Relato L.A

Por 7 anos fui babá de duas crianças , um menino e uma menina. O que mais me chocava não era o tratamento a mim reservado, mas às outras empregadas da casa. Por ser babá, eu podia entrar nos quartos, sentar no sofá, ficar de sapato na casa, o que as outras nunca puderam. Era como se eu fosse superior, a distinção era horrível, e eu era odiada pelas outras! Lembro que um dia da semana era peixe, 'filé de St Peter', que nao era um peixe muito barato na época..a patroa comprava os filés, e so comia peixe, fazia as crianças repetirem pra não deixar sobrar e pra nós os empregados só sobrava arroz e feijão, e ela dizia "elas entendem, é um peixe caro, elas nem vão saber apreciar". Mesmo assim era muito apegada às crianças, amava muito elas..o que me fez levar um choque de realidade foi um dia em uma festa de aniversário, eu me lembro feito hoje, estava comendo uma quiche de espinafre..a menina de 3 aninhos me pediu um pedaço, mas o garçom estava longe..quebrei um pedacinho e dei pra ela! Só vi a patroa vindo feito um raio, furiosa, dar um tapa na mão da criança e me puxar pro canto e falar " nunca mais faz isso! Ñ dê a msm comida que vc tá levando à boca pra minha filha, ñ sei quais bichinhos vc tem que pode pegar nela!! Imagina minhas amigas vendo minha bebê comendo restos da babá!!" " Bichinhos!! "Bichinhos" !!! Gente, fiquei humilhada, indignada, lagrimas presas fizeram minha garganta doer..qria largar tudo e ir emboar..mas aos 19, sem pai ou mãe e o mundo todo me fechando as portas eu achava que era tudo o que me restava..fiquei mais 2 anos, comecei a fazer facu, passei num concurso público e falo: aquele tempo deixou marcas na minha alma, às vezes tenho esse pensamento e logo peço perdão a Deus, mas volto e meia ele retorna: se um dia tudo der errado, e eu tiver que virar doméstica de novo, EU ME MATO!! Por favor, não me julguem.

#EuEmpregadaDoméstica



Carla Cassiano e outras 2,6 mil pessoas

320 comentários 97 compartilhamentos

ANEXO B – RELATO 2



Eu Empregada Doméstica

27 de abril de 2019 · 🌐



Relato M.G

Quando eu estava com 16 anos era baba de 3 meninos filhos de doutores.um dia os meninos queriam coca cola eu servi e coloquei um copo pra mim .O pai deles entrou na cozinha e me proibiu de beber isso na frente dos meninos .ele jogou a minha bebida na pia Sabem o que fiz esperei acabar o que eles tinham na dispensa Fui ao mercado e comprei um grande refri pra mim .tive a sorte de no mesmo dia o doutor veio ate a cozinha e foi direto na minha coca cola.eu sem medo lhe disse .essa coca cola e minha por favor nao pegue,ele me olhou e largou o copo.e ainda eu falei isso e pro senhor ver como tmb posso comprar.fim da historia ele comecou a tratar melhor eu e a outra empregada ainda trabalhei muito la .

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

   1,3 mil

161 comentários 18 compartilhamentos

ANEXO C – RELATO 3



Eu Empregada Doméstica

22 de julho de 2016 · 🌐



(Relato D.U)

Bom trabalhei em uma casa onde tinham outras 2 funcionárias uma cozinheira e outra que trabalhava com a nora da minha patroa a cozinha era no andar de baixo onde todos almoçavam mas em cada apartamento na parte de cima tb tinha cozinha e tinha um barracão "garagem" é neste barracão um bebedouro com um

Copo imundo que nunca era lavado,

Um certo dia ela me questionou a outra funcionária perguntou se vc não bebe água porque ela não vê você descendo para beber !

Eu oiie eu tenho que descer para beber água lá ?

Não mas você bebe água onde ?

Aqui mesmo ela me olhou estranho e perguntou onde eu disse eu tenho o meu copo que fica aqui e mostrei a ela ele ficava no meio dos produtos de limpeza .

Eu fiquei muito chocada ao ver que eles sentem um certo nojo de nos funcionários.

E não foi só isso trabalhei durante um mês e resolvi não voltar era muito humilhante ela me procurou por um

Chat de uma rede social e perguntou o porque eu sai respondi,e logo ela me falou a fulana me disse que você reclama da comida eu disse que sim nos almoçávamos depois deles é nunca sobrava carne nada direito às vezes tinha que esquentar comidas de outros dias ela me disse que eu não deveria reclamar por estar comendo pouco afinal eu estava Gorda ... Eu não respondi mas logo ela me excluiu e bloqueou .

Nunca mais quis trabalhar de doméstica .

👍👎🙄 1,2 mil

707 comentários 12 compartilhamentos

ANEXO D – RELATO 4



Eu Empregada Doméstica

23 de dezembro de 2016 · 🌐



Relato H.O.E.

Oi, tudo bem?

Vi sua página no Facebook achei linda e digna sua iniciativa, finalmente vamos ter voz e pensei em compartilhar meu relato aqui mesmo que anonimamente (por favor, não quero ser identificada). Bom por onde eu começo, tenho 28 anos e trabalho em casa de família desde os 19 anos, fui mãe aos 17 e pra sustentar meu filho aceitei a primeira oferta de emprego que me apareceu, afinal ninguém queria contratar alguém sem experiência. Logo na primeira casa que trabalhei fui vítima de assédio por parte do patrão, eu dormia lá e em uma das noites ele tentou entrar a força em meu quarto pedi demissão no dia seguinte e nunca falei o motivo. Passei por outras residências até chegar na casa de uma Madame, ouvia chigamentos, ameaças, assédio moral na cara dura, ela foi capaz de descontar 1kg de arroz do meu salário porque infelizmente ao fazer o almoço deixei queimar, tenho crises de ansiedade desde dessa época, até que fui parar numa casa onde fui muito bem tratada minha ex chefe, como ela gostava de ser tratada, não queria que eu usasse uniformes em festas, na verdade ela sempre contratava pessoas pra isso eu era mais uma convidada, foi a primeira a me incentivar a voltar aos estudos e pensando nisso fiz alguns cursos e fui atrás de outras oportunidades, gastei a sola da sapatilha (e ainda gasto) batendo em porta de agências procurando um emprego quando finalmente consegui uma entrevista mais aí vem um tapa na minha cara, a selecionadora ao ver minha carteira de trabalho foi bem direta, chegando a ser grosseira, vou usar as palavras

Que ela usou : "Sua carteira só tem registro de doméstica? Olha infelizmente não posso ajudar você, como vou te enviar pra uma entrevista com a carteira suja desse jeito? No momento em que você deixou assinar você rebaixou sua carteira, não posso fazer nada por você"

Fiquei com essas palavras ecoando na minha mente, fui vítima de preconceito, fui isso mesmo? Como se alguém que já trabalhou faxinando casas de madames por aí não tivesse competência pra fazer outra coisa!!! Agora estou sem trabalhar e sinceramente, não vou desistir dos meus objetivos, não depois de tudo o que passei.

São Paulo, SP

27/07/2016

#EuEmpregadaDoméstica

👍👎👏 747

60 comentários · 6 compartilhamentos

ANEXO E – RELATO 5



Eu Empregada Doméstica

28 de janeiro de 2018 · 🌐



Relato M. P (iniciais fictícias)

Não me identifique por favor ainda trabalho lá infelizmente
Eu farei 3 anos dia 21 fevereiro trabalhando como cuidadora
Porém comece trabalhando de segunda a sexta
Por 10 meses e isso fazendo limpeza manter ordem da casa depois passaram pra segunda quarta e sexta e sábado
Agora estou segunda quarta e sexta e a 3 anos ganhando mesma diária de 80.00 reais já desisti de pedir aumento a desculpa é mesma q tá difícil e tal e emprego tá difícil a gente faz o que ?
Abaixa cabeça e vai trabalhar morta por dentro de esperança
De melhorias financeira não tenho férias remuneradas
Não tenho 13º nem carteira assinada pq patrão diz q sou diarista fora que patroa perturba tempo todo pelo whats falando de cardápio do dia manda whats domingo sábado a hora que for e eu estou sem forças pra lutar estou compartilhando pra por pra fora mesmo se Deus quiser vou arrumar algo melhor ainda esse ano 😊 pq estou indo trabalhar arrastada sem vontade sem forças

#EuEmpregadaDoméstica



399

74 comentários 4 compartilhamentos

ANEXO F – RELATO 6



Eu Empregada Doméstica

23 de abril de 2019 · 🌐



Relato T.M

Fui empregada doméstica desde os 11 anos de idade.

Aos 14 comecei a trabalhar na casa de um casal. Ele médico, ela advogada.

Uma vez estava limpando a estante repleta de livros e comecei a admirar a coleção de livros médicos que estavam ali. Ele se aproximou e perguntou se eu gostava, falei que sim, que meu sonho era ser médica como ele um dia. Ele riu e me falou que eu teria que largar a faxina e fazer muito programa pra conseguir ser pelo menos técnica em enfermagem.

Naquele dia quando cheguei em casa chorei até soluçar.

Esse ano passei pra medicina, numa federal, mas não pude ir por não ter dinheiro pra viagem.

Quando isso aconteceu aquilo que ouvi, que já tinha esquecido, voltou arrebatando o meu peito. Chorei com dor em dobro.

Não desisti do meu sonho e não vai ser por pessoas como ele que vou desistir.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

🥹👍❤️ 3 mil

293 comentários · 137 compartilhamentos

ANEXO G – RELATO 7



Eu Empregada Doméstica

8 de maio de 2018 · 🌐



Relato J.

Tudo bem Meu nome é J. tenho 26 anos sou empregada doméstica Estou atualmente trabalhando a quase um ano meu trabalho é um pouco sufocante exigências demais a maioria das empregadas Não Param lá ninguém para lá e muito trabalho mas como tenho dois filhos suporte tudo bom vou contar os meus relatos minha patroa às vezes me leva para limpar casa de parentes ela tem uma loja Me leva também às vezes tem uma roça e Me leva também para limpar lá já até dormir lá para ela sem me dar nada a mais no meu salário até aí tudo bem o que me irrita é que quando eu preciso para uma reunião na escola e etc ela quer que eu descontos horários depois do expediente eu trabalho das 8 horas às 4 horas faço quase de tudo lá passo cozinho a única coisa que não faço é lavar roupa então estou devendo para ela quatro dias de trabalho porque levei meus filhos no médico e não quis pegar atestado acho isso muito humilhante não acho justo o que ela vai fazer ela quer descontar das minhas férias os dias que estou devendo acho injusto porque eu sei que não posso trabalhar fora de lá porque eu trabalho é na casa dela não sei o que faço parece que já tô até com depressão de tão ruim que meu serviço ela é muito sem educação nossa me humilha demais. obrigada

#EuEmpregadaDoméstica

🙄👍👎 322

99 comentários 11 compartilhamentos

ANEXO H – RELATO 8



Eu Empregada Doméstica

21 de julho de 2016 · 🌐



(Relato enviado por M.P.Gonçalves)

"Quando a patroa saía o patrão ficava andando de cueca pela casa.

E ficava se tocando e olhando pra mim, dizendo que eu tinha mô cara de vagabundinha mulher de bandido"

#EuEmpregadaDoméstica)

#PretaRara

👍👎👉 1,6 mil

61 comentários · 48 compartilhamentos

ANEXO I – RELATO 9



Eu Empregada Doméstica

24 de abril de 2019 · 🌐



Estou aqui selecionando relatos que estarão no livro Eu Empregada Doméstica e tive que dar uma pausa pq esse relato me levou aos prantos.

Como tem gente ruim no mundo:

Relato B.

Minha mãe tem PAVOR de comemorar aniversário, principalmente o dela.

Aos 11 anos de idade, prestes a fazer 12 anos, ela trabalhava numa casa e tinha os fim de semana de folga para ir ficar com a família. Morava no emprego.

Minha mãe, por coincidência, fazia aniversário na mesma semana da filha da patroa.

Tinha em mente estar junto da família no fim de semana de seu aniversário.

Mas a patroa lhe prometeu e convenceu meus avós a deixarem ela ficar no fim de semana.

Ficando, seria realizado uma festa de aniversário duplo: De minha mãe e da filha da patroa.

Minha mãe acabou ficando. Nunca tinha tido sequer um singelo bolo de aniversário.

Ela participou dos preparativos, ajudando na cozinha, limpeza e inclusive servindo os convidados.

Para ela não importava, só queria ter um "Parabéns pra você" e assoprar velinhas.

Mas na hora do parabéns, foi trancada no quarto do departamento de empregada, pois, segundo sua patroa "não se canta parabéns para empregada".

Foi tudo uma jogada. Foi-se um sonho de criança. Ficou um trauma.

Somos em 4 filhos e nunca tivemos aniversário em casa, mesmo com pai confeitiro, pois minha mãe tem PAVOR de festa de aniversário.

#EuEmpregadaDoméstica

👍👎 2,2 mil

162 comentários · 112 compartilhamentos

ANEXO J – RELATO 10



Eu Empregada Doméstica

27 de agosto de 2017 · Santos, São Paulo · 🌐



Relato L.D

Minha mãe era uma criança quando começou a trabalhar,tinha 12 anos,parou de estudar para ajudar a família,ela até tentou conciliar a vida de trabalho e a de estudante mas não deu.

Seus pais e irmãos mal tinham o que comer,carne raramente.

Minha mãe perdeu a conta de quantas vezes foi assediada no trabalho,isso acontecia desde de que ela era criança,uma casa em que ela trabalhou tinha que morar lá,ela passava o dia todo limpando a casa para ganhar uns 100 reais por mês,deveria ter cerca de 13-14 anos.

E enquanto ela fazia o serviço o marido da chefe ficava lá no sofá vendo ela,e ela tinha que esperar ele sair pois ela dormia no sofá,um dia ela estava dormindo e acordou com o marido da patroa em cima dela,ainda bem ela foi embora da casa.

ela trabalhou numa casa onde tinha que trabalhar sem comer nada,uma vez minha mãe não aguentou e comeu um pouco de hellmanns puro sem nada junto.

Seu primeiro emprego com carteira só ocorreu com 22 anos,foi também o primeiro salario que ela não ganhava uma miséria,antes ela ganhava um 100-300 dai ela passou a ganhar um 1000 era pouco mas já era melhor.

Só que depois de um tempo trabalhando lá ela ficou amiga de todo mundo lá inclusive do marido da sua chefe,a chefe com ciúmes já ficou de olhou em tudo que ela fazia para qualquer coisinha demitir ela,e isso ocorreu,um homem que bebia muito no local onde minha mãe trabalhava(ela era copeira)ficava assediando as mulheres de lá,a minha mãe tava no horário de almoço e ele viu ela,foi lá chegou perto dela colocou as duas mãos na COXA DELA e assediou ela,a minha mãe disse que não queria nada com ele e mandou ele embora,a chefe dela vendo isso já foi lá na hora e demitiu ela dando a justificativa que ela não deveria ter só mandado embora e sim dado um tapa nele,oque foi só uma desculpa pro ciúmes que a patroa sentia,certeza que se ela tivesse dado um tapa ela iria demitir mesmo assim falando que ela era muito violenta.

Minha mãe jurou que seus filhos nunca iriam ser empregados domésticos pois ninguém merece passar por tanta humilhação.

Mas minha mãe deu a volta,ela hoje não sofre mais por problemas financeiros,terminou a escola e ano que vem começa a faculdade para realizar o seu sonho de ser professora,tem 3 filhos,uma é dona de uma ótica,outro faz faculdade de direito,e tem eu que quero ser geneticista,mas ainda tenho só 12 anos,deu na cara de todo mundo que um dia duvidou que ela iria chegar a algum lugar,minha mãe é minha inspiração,amo ela mais do que tudo

#EuEmpregadaDoméstica

917

30 comentários 5 compartilhamentos

ANEXO K – RELATO 11



Eu Empregada Doméstica

22 de julho de 2016 · 🌐



(Relato S.R)

Vou deixar o relato da minha tia.

Ela era doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com minha tia. Quando o pessoal da vizinhança começou a achar minha tia, a empregadinha, mais bonita que a filha da patroa, ela cortou o cabelo da minha tia a força, a proibiu de usar qualquer acessórios e começou a tratá-la com pronomes masculinos.

Tiveram meses que o pagamento foi feito com chinelas havaianas, porque sandálinhas também foram proibidas.

Ela não consegue falar o nome da patroa de tanta raiva, foi em Mauá - Sp, nos anos 90

[#EuempregadaDoméstica](#)

👍👎👤 3,8 mil

239 comentários · 127 compartilhamentos

ANEXO L – RELATO 12



Eu Empregada Doméstica

29 de maio de 2017 · Campinas, São Paulo · 🌐



Relato M.M

Minha mãe é diarista, um dia ela chegou de uma faxina horrorizada com os filhos da patroa, ela me contou que tinha um menino de 19 anos e uma menina de 15, eles tinham uma empregada que morava lá com um filho de 9 anos. Minha mãe me disse que a empregada era quase careca, ela contou para minha mãe que a filha da patroa tinha dado um shampoo para ela, alegando que não tinha se dado com aquela marca, ela inocente usou o shampoo que acabou com o cabelo dela. Advinha o que tinha dentro? Limpa alumínio, isso mesmo, ela teve que raspar a cabeça
[#EuEmpregadaDoméstica](#)

🤔🙄🗨️ 1,1 mil

94 comentários 37 compartilhamentos

ANEXO M – RELATO 13



Eu Empregada Doméstica

25 de julho de 2016 · 🌐



(Relato P.C) RJ

Gostaria de deixar registrado a experiência da minha mãe, que foi escrava doméstica. Sim, escrava doméstica e logo entenderão porque. Quando meu pai morreu, deixando minha mãe com 5 filhos pequenos para criar, ela foi indicada por uma amiga para trabalhar em uma casa. Nesta residência, ela trabalhou por cerca de 23 anos. Uma mansão que ela tinha que cuidar sozinha de domingo a domingo (sábados e domingos era dia de almoços com inúmeros convidados, que ela era obrigada a servir e ajudar a limpar a cozinha depois).

Quando ela começou, a madame tinha passadeira, faxineira e cozinheira. Aos poucos, minha mãe foi assumindo todas as funções sem nenhuma acréscimo no salário - que era apenas de um salário mínimo. Nunca recebeu horas extras pelos fins de semana nem feriados que trabalhava, nem pelas horas em que ficava depois do horário. Folga apenas de quinze em quinze dias aos domingos. Não tinha Natal, Ano Novo, Dia das Mães, Páscoa, nem nada. Praticamente todos os dias do ano dedicados à madame e sua família. Sem falar nas diversas humilhações e na forma arrogante e desrespeitosa com que minha mãe era sempre tratada.

O pior de tudo é que durante todos esses anos ela NUNCA teve sua carteira de trabalho assinada! E ainda pior: o marido da madame já foi, num governo aí, Ministro da Assistência e Previdência Social! Inclusive durante o período em que minha mãe atuou como sua escrava doméstica.

Durante os últimos 12 anos em que trabalhou nesta casa, a madame não lhe deu concedeu nem lhe pagou as férias devidas. Doze anos de trabalho sem férias! Assim, sem mais nem menos, parou de pagar e conceder férias.

No seu último ano de vida, já muito doente, ela resolveu ouvir os filhos e buscar seus direitos. A madame se sentiu extremamente ofendida com essa atitude da minha mãe e se recusou, inicialmente, a pagar seus direitos. Somente com a ordem do marido, sim ele teve que mandar, minha mãe recebeu tudo o que tinha direito pelos mais de 20 anos de escravidão. Pena não ter tido tempo para aproveitar, já que faleceu logo depois.

É isso. Sinto muito por não ter tido, naquela época, condições de dar a minha mãe uma vida melhor nem convencê-la a sair daquela situação. Espero que essa página ajude, não apenas a demonstrar a realidade da vida das empregadas domésticas, mas também contribua para uma conscientização dessas trabalhadoras para que não aceitem de forma alguma as condições de escravidão que muitas madames ainda insistem em lhes impor.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

3,8 mil

158 comentários 134 compartilhamentos

ANEXO N – RELATO 14



Eu Empregada Doméstica

8 de outubro de 2016 · Santos, São Paulo · 🌐



(Relato R.M)

Minha mãe empregada doméstica a vida inteira, quando meu avô morreu, minha avó teve que vender as terras deixadas por ele em Glicério, distrito de Macaé (RJ) e vir para a cidade do Rio de Janeiro, isso nos anos 1940. Minha avó foi ser caseira em um sítio no Recreio dos Bandeirantes (RJ) e as filhas foram se empregar em "casa de família", minha mãe então com 09 anos de idade. Minha mãe contava que a mulher que a "criou" colocou-a para aprender a ler. E certo dia ela criança toda empolgada leu uma receita para ela e ela disse-lhe: "ótimo que você aprendeu a ler para o que você vai ser não precisa mais estudar", minha mãe ficou arrasada e quando eu cresci ela me deu a oportunidade de fazer uma faculdade, sou Assistente Social, com MBA. Sou grata a ela por tudo que sou.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

👍🥰 915

13 comentários · 6 compartilhamentos

ANEXO O – RELATO 15



Eu Empregada Doméstica

23 de julho de 2016 · 🌐



(Relato J.L.F)

Eu gostaria de deixar um relato da minha mãe, após ser demitida de um serviço como faxineira de banco, ela começou a fazer faxinas pra ajudar no orçamento de casa, minha mãe trabalhou pra uma senhora que pagava pra ela 5 reais por faxina, por 4 horas de serviço, um dia essa mesma senhora pediu pra minha mãe ir limpar uma outra casa , que ela iria se mudar, a casa tava virada de cabeça pra baixo, minha mãe precisou de 3 dias (trabalhando o dobro do tempo) pra deixar em ordem, e recebeu os mesmos 5 reais pelo serviço, pq de acordo com a patroa, foi uma faxina só.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

   1,9 mil

188 comentários 33 compartilhamentos

ANEXO P – RELATO 16



Eu Empregada Doméstica

27 de março de 2019 · 🌐



Relato P.F.

Vim de uma família pobre e desde cedo tive que acompanhar minha mãe em todos os serviços que ela conseguia, ela não gostava de me deixar sozinha. Uma vez ela começou a trabalhar num condomínio fechado, a mulher tinha acabado de fazer lipoaspiração e além de toda a tarefa doméstica, minha mãe ajudava a cuidar dessa mulher. Depois de recuperada ela resolveu demitir minha mãe, enquanto a mãe limpava a casa ela ligou pra polícia, pediu que escoltassem minha mãe até a saída do condomínio alegando que não sabia com quem estava lidando e vai saber se ela não iria tentar roubar alguma coisa. Minha mãe ficou traumatizada. Foi uma das coisas mais tristes que já vivenciei.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

🙄👍👎 743

57 comentários 13 compartilhamentos

ANEXO Q – RELATO 17



Eu Empregada Doméstica

25 de abril de 2019 · 🌐



Relato R.M

Ano passado eu estava aqui em casa e tocou a campainha, era uma moça uniformizada com um bilhete na mão, uma moça bem humilde, sabe? Ela se apresentou como faxineira do meu vizinho, pediu mil desculpas por estar supostamente me importunando, e me mostrou o tal bilhete, disse que meu vizinho havia deixado o papel sobre a mesa, mas não sabia ler, só conseguiu identificar o próprio nome, por isso veio me pedir ajuda. Ok, basicamente o bilhete acusava a moça de ter roubado uma toalha de banho azul e algumas referências a respeito do caráter e da classe social dela, além de demiti-la, disse que se algo mais estivesse faltando em casa, comunicaria à polícia, mas o cara é tão covarde que não teve coragem de dizer tudo aquilo cara a cara. Lembro que eu fiquei com tanta vergonha e dó de dizer o que estava escrito, que apenas fiz referência a tal toalha, obviamente ela entendeu o recado, foi até o guarda roupa e arrancou de lá a bendita toalha azul, pediu pra eu escrever um bilhete dizendo que jamais se sujaria por tão pouco, desejou sorte e paz, pegou a bolsa e nunca mais voltou.

Se eu tivesse lido tudo que estava escrito, seria o suficiente pra acabar com o dia, a semana e a auto estima dela. Pior é saber que essa maldade vem de pessoas que convivem bem perto de vc e se apresentam no dia a dia tão humildes e simpáticas.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

🙄👍👎 1,9 mil

150 comentários 77 compartilhamentos

ANEXO R – RELATO 18



Eu Empregada Doméstica

26 de março de 2019 · 🌐



Relato LC

O relato não é sobre mim mas, sobre uma moça que trabalha 1x semana aqui em casa. Conto para que outras tenham cuidado.

A pobre menina e muito lutadora é analfabeta e mãe de 6 filhos. Certa vez, trabalhava em uma mansão em Teresópolis, RJ, quando sua patroa pediu seu CPF e algumas assinaturas (ela é analfabeta mas, sabe assinar o nome) em papéis e documentos que obviamente ela confiou e assinou...resumindo. Usaram o nome dela para conseguir cartões de crédito, crediários e outros bichos mais. Hoje ela não pode abrir uma conta e a justiça simplesmente não faz nada...

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

🙄👤👍 974

121 comentários 24 compartilhamentos

ANEXO S – RELATO 19



Eu Empregada Doméstica

25 de novembro de 2016 · 🌐



(Relato C.M)

Uma conhecida casou e, como presente de casamento, seus pais mandaram pra casa dela a empregada da casa deles, que era "muito boa de trabalho e ia ajudar neste começo de casamento". A moça ficou extremamente feliz e disse que foi um dos melhores presentes de casamento.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

   985

72 comentários 37 compartilhamentos

ANEXO T – RELATO 20



Eu Empregada Doméstica

5 de maio de 2018 · 🌐



Relato I.E

Boa tarde, Preta Rara!

- Tudo bem?

Me chamo I., tenho 21 anos e resido em Santa Catarina. Nos últimos dois anos, antes de minha formatura, fiz estágio profissional no Ministério Público de Santa Catarina. Nesse período, eu e a Priscila - a moça que cuida que limpeza do local - passamos a ser muito amigas. Meu estágio terminou há cerca de dois meses, mas nossa amizade continua. Hoje infelizmente recebi dela um áudio no whatsapp aos prantos: depois de estar trabalhando há quase quatro anos no local, ela está sendo acusada de furtar alimentos da geladeira. Para constrange-la, alguns funcionários do local passaram a escrever bilhetinhos escritos "Priscila, não pegue" e "Eu sei exatamente quantos alimentos coloquei aqui" nos alimentos acondicionados na geladeira. Ela se sentiu muito humilhada e acabou chorando muito no caminho para casa (não quis mostrar as lágrimas para aqueles que não as mereciam). Depois percebeu que a queixa de furto havia sido colocada até em sua ficha profissional (ela trabalha em uma empresa terceirizada e mensalmente a empresa encaminha fichas de avaliação do trabalho da funcionária). Após o incidente, outros funcionários do local passaram a evitá-la, a não mais conversar com ela.

Estranhamente, essas pessoas que fizeram essa atrocidade com a pobre mulher são formados em Direito. Isso só é prova de que o conhecimento repassado na universidade nada significa se não for vivenciado. Na faculdade, aprendemos que todo indivíduo é dotado de dignidade - essa teia invisível e sagrada - e deve receber o respeito devido. Na prática, poucos são aqueles capazes de vivenciar na realidade o respeito pela dignidade em relação à todos: para parcela da população, o respeito está vinculado à classe social, à cor, ao sobrenome...Priscila é hipossuficiente, negra e mais uma "da Silva" entre tantos milhões.

Por que acusar justamente ela? por que os lanches da geladeira não poderiam ter sumido devido à atos de outros funcionários? em um órgão que deveria prezar pela luta da justiça, ela foi pisada, massacrada...e o conceito de dignidade foi totalmente esquecido. Episódios como este nos fazem recordar que nem em todos os lugares se vive as atuais tendências do Direito - o garantismo, as políticas públicas em prol da dignidade - mas se faz direito com as próprias mãos, baseando-se unicamente em preconceitos ridículos. Escravidão e Racismo são as palavras adequadas para definir tal situação - que nunca foi tão dissimuladamente real.

Agradeço desde já e aproveito para declarar o quanto te admiro! Você é um exemplo!

#EuEmpregadaDoméstica

Isabelly

👍🥰👏 511

56 comentários 42 compartilhamentos

ANEXO U – RELATO 21



Eu Empregada Doméstica

22 de dezembro de 2016 · 🌐



(Relato R.G)

"Não dê água à ela, porque ela vai fazer xixi "

Olá! Tenho um relato a fazer, aliás muitos, mas o que mais me perturba a memória, é uma de quando criança, isso na década de 90 (!), eu tinha por volta de 6 anos. Enquanto brincava na rua, me chamava a atenção sempre uma senhora negra, de idade já avançada, cabelos cortados curtos, de olhar penetrante, sentada atrás das grandes da varanda da casa, que dava para rua, ela não falava nada. Certa vez, cheguei ao portão e perguntei o que ela tinha e repentinamente ela me pediu um copo d'água, minutos depois chega a patroa e diz:- Não, não, não, não dê água à ela, porque ela vai fazer xixi na rede! Eu pequena, fiquei abismada com aquilo, assustada, como pode uma idosa, que os patrões chamavam de "nêga" era privada até mesmo de beber água! Acho que " Nêga" eram daquelas crianças que tinham saído cedo de casa no interior, para trabalhar em casas de patrões ricos na capital, "nega" já não tinha mais parentes, "nêga" já não tinha mais ninguém... se "nêga" era privada de um copo d'água, ficava imaginando como eram as condições de vida dela naquela situação, naquela casa...pouco tempo depois soube que "nêga" tinha falecido de cólera. Fiquei triste por não tê-la ajudado, por não ter dado o copo d'agua que ela pedia, já que eu tinha sido interceptada antes de pegar água na minha casa. Até hoje essa imagem corrói meu coração, na época ainda estava na alfabetização, não sabia nem o que era escravidão, mas ali vi, a figura exata, que não precisava nem de explicações de livros, do que era escravidão.

#EuEmpregadaDoméstica

👍👎👏 1,3 mil

127 comentários 48 compartilhamentos

ANEXO V – RELATO 22



Eu Empregada Doméstica

27 de novembro de 2016 · 🌐



(Relato A.P.V)

O relato é de uma amiga. Ela trabalhou muitos anos para uma família.

Quando engravidou, a patroa piorou bastante a forma de tratá-la.

Ela sentia muitas tonturas e o médico recomendou cautela e proibiu algumas tarefas.

Uma delas era subir em escadas. Porém, naquela abastada residência, não havia escadas e sim um banquinho manco.

Ela então mostrou as recomendações por escrito feitas pelo médico. Ficou combinado que ela não limparia em cima das coisas até o final da gravidez.

Um dia, a patroa chegou brigando muito e perguntou o motivo de não limpar em cima do armário ou das janelas. Ela esclareceu que já tinham falado sobre isso e que o médico recomendou pelo risco de cair e perder o bebê.

A resposta da patroa: "Quem liga? É só um pobre a menos no mundo!"

Ela passou mal e quase teve o bebê prematuramente.

Essa foi uma das situações que ela passou. Vou contando aos poucos e enviando os relatos a página

Parabéns pela iniciativa de dar voz a esses trabalhadores que diariamente passam por sofrimentos inimagináveis. E também por não ter desistido do seu sonho.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

👍👎👉 740

27 comentários · 10 compartilhamentos

ANEXO W – RELATO 23



Eu Empregada Doméstica

14 de novembro de 2017 · São Paulo · 🌐



Relato C. A.

Oi, já faz um tempinho que eu queria fazer esse relato, pq foi algo que doeu na minha alma. Minha avó tem uma prima rica, fortuna que veio do marido. Essa prima e suas filhas sempre gostaram de humilhar as pessoas, tanto parente, quanto pessoas que trabalhavam para elas. Elas se acham superiores só pq tem dinheiro em uma família de maioria sem posses.

Mês passado fui visitar minha avó e minha avó me disse algo que fiquei chocada: minha filha, a M.F sempre deixa a empregada trancada em casa quando sai.

Ai eu sem entender, perguntei: mas pq ela faz isso vovó? Se acontecer alguma coisa, como a moça vai poder pedir ajuda? Ai minha avó respondeu: ela não quer que a moça vá embora antes do horário, daí sempre deixa ela sem a chave e só solta quando volta pra casa e tem mais, a filha dela faz o mesmo.

Ou seja, quando eu acho que a mesquinha do ser humano já não é o bastante... A moça não pode ir embora mais cedo, mas ela pode deixar a moça lá trancada e "liberta-la" quando bem entender, mesmo depois do horário.

Depois que soube disso, nem fui visitar esse povo. Fiquei com um nojo tremendo, um nó na garganta de imaginar a humilhação que essa mulher passa. Imagina, terminar o trabalho e não poder ir pra casa pq está trancada no local de trabalho. Um absurdo!

#EuEmpregadaDoméstica

👍👎👤 801

153 comentários 14 compartilhamentos

ANEXO X – RELATO 24



Eu Empregada Doméstica

23 de outubro de 2016 · São Vicente, São Paulo · 🌐



(Relato L.N)

Trabalhei por anos com crianças em situação vulnerável e alguns dos relatos mais comuns eram relacionados a trabalho infantil justamente, imaginem só, no ramo da faxina. Seguem alguns casos em tópicos, pra que fique mais claro:

- Lembro de uma menina de oito anos que, por UM PIRULITO, limpou quatro banheiros de uma casa porque a empregada "da família" estava doente e eles decidiram literalmente puxar a primeira criança desarrumada que passou na rua para "uma coisinha rápida";
- Houve outra menina que, com doze anos e já trabalhando fixamente com faxinas (em 2014 isso, logo aqui do lado), voltou pra casa passando mal por ter tido o rosto segurado contra um balde de água sanitária como punição por uma mancha que ficou entre os pisos;
- Casos de "patroas" que se achavam no direito de bater nas meninas "para educa-las" eram muito frequentes;
- Uma delas, de nove anos, foi colocada a dormir na casinha de cachorro por ter trabalhado até muito tarde (por obrigação e sob pressão) e não saber voltar pra casa no escuro;
- Várias eram colocadas a comerem alimentos vencidos há meses (inclusive obrigadas, "para não haver desperdício"), as quais aceitavam aparentemente felizes e de boca cheia e rezavam de noite para não passarem mal;
- Lesões negligenciadas na hora do serviço eram muito frequentes;
- Abusos sexuais vindo dos homens da casa, também;
- Os pagamentos normalmente eram feito com alimentos como UM pacote de bolacha ou UM prato minúsculo de sobras de arroz ou UM pedaço de pão com queijo.

Fora os mais ene casos sobre. Crianças em situação de miséria não tem voz, não tem rosto. Não tem vida, documento ou internet pra expor "patrão" escravocrata, e eles sabem disso. Eles tem diploma, casas grandes e carros imensos, mas uma criança de dez anos ganha um pacote de trakinas por limpar vinte cômodos. Relatos de Santa Catarina, inclusive.

[#EuEmpregadaDoméstica](#)

👍🙄🙏 2,2 mil

131 comentários 243 compartilhamentos

